

MOTA ASSUNÇÃO

OS SICÁRIOS DO JORNALISMO

(Criminologia - Defesa pessoal - Sociologia)

Julgo que o único meio de estudar com precisão o fenómeno social da criminalidade é viver em contacto com os criminosos e observá-los. — J. MAXWELL.

Todos sabem que a nossa imprensa cultiva a calúnia e a injúria de um modo sistemático. Raros são os jornais que escapam a este sistema. Há mesmo uma particularidade interessante: o insulto supremo é o do amor ao dinheiro: furto, roubo, venda da consciência.
MEDEIROS E ALBUQUERQUE.

A civilização burguesa hodierna transformou, sob a forma de fraude, o assassino e o bandido — que floresciam ontem numa sociedade sob a forma da violência — no especulador e no falsário, no fabricante de *chantages*; e a pena do jornalista de hoje é muitas vezes a tradução moderna do punhal de ontem. Bjornson já entrevira esta evolução quando, no seu terrível drama *O jornalista*, descrevia a alma repugnante dum criminoso-jornalista que mata o seu adversário com artigos difamatórios; e Balzac, nas suas profundas *Ilusões perdidas*, faz passar, como em tela cinematográfica do vício, um bando de jornalistas que rouba, fere, mata e corrompe por meio de artigos de jornal. Seria bom que a sociologia criminal de hoje, depois de reunir os factos vivos e palpitantes da vida real, levasse a sua análise até os redutos onde o génio do artista lançou o primeiro raio scintilante de luz investigadora.
ALFREDO NICEROSO.

SÃO PAULO

MOTA ASSUNÇÃO

OS SICÁRIOS DO JORNALISMO

(Criminologia - Defesa pessoal - Sociologia)

Julgo que o único meio de estudar com precisão o fenómeno social da criminalidade é viver em contacto com os criminosos e observá-los. — J. MAXWELL.

Todos sabem que a nossa imprensa cultiva a calúnia e a injúria de um modo sistemático. Raros são os jornais que escapam a este sistema. Há mesmo uma particularidade interessante: o insulto supremo é o do amor ao dinheiro: furto, roubo, venda da consciéncia.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE.

A civilização burguesa hodierna transformou, sob a forma de fraude, o assassino e o bandido — que floresciam ontem numa sociedade sob a forma da violência — no especulador e no falsário, no fabricante de *chantages*; e a pena do jornalista de hoje é muitas vezes a tradução moderna do punhal de ontem. Bjorson já entrevira esta evolução quando, no seu terrível drama *O jornalista*, descrevia a alma repugnante dum criminoso-jornalista que mata o seu adversário com artigos difamatórios; e Balzac, nas suas profundas *Ilusões perdidas*, faz passar, como em tela cinematográfica do vício, um bando de jornalistas que rouba, ríe, mata e corrompe por meio de artigos de jornal. Seria bom que a sociologia criminal de hoje, depois de reunir os factos vivos e palpitantes da vida real, levasse a sua análise até os redutos onde o genio do artista lançou o primeiro raio scintilante de luz investigadora.

ALFREDO NICEFORE.

SÃO PAULO

OS SICÁRIOS DO JORNALISMO

LIVRARIA "COLOMBO"

M. CAMPOS & C.

PAPELARIA E TYPOGRAPHIA

REVISTAS E FIGURINOS

RUA IMPERATRIZ, 254

RECIFE

João José de Almeida
1925

INTRODUÇÃO

Os malfeitores assenhoreiam-se do jornalismo e dificultam a vida à imprensa honesta — Max Nordau e a criminalidade do jornalismo — Irrisão das garantias legais — Interdependência tradicional entre os governos e as maldades criminosas: Serra Morena, Pinhal da Azambuja, Zé do Telhado, Barbarruiva, Caudilhos, Jagunços — Heróis e bandidos: o critério da temibilidade — Incarnação última da capoeiragem carioca — Somatologia dos sicários do jornalismo — Desmascarar a imprensa criminosa é defender o jornalismo honesto — Os falsificadores do pensamento e das ideias — Defesa social: pela vida não se devem trocar as razões de viver.

Já não é segredo para ninguém que o jornalismo asila em seus refolhos uma verdadeira legião de criminosos, que se fazem jornalistas única e exclusivamente para gozarem das franquias e da irresponsabilidade com que essa profissão pode acobertar e proteger uma série infinita de patifarias e latrocínios. Não é a defesa duma ideia, duma opinião ou a propaganda duma doutrina, boa ou má, pouco importa, que leva ao jornalismo esses amorais, mas tão somente o desejo de se aproveitarem duma instituição privilegiada, para darem expansão aos seus instintos criminosos. É por isso que os tubarões do jornalismo, em matéria literária, pouco mais sabem, geralmente, que assinar o próprio nome; são apenas homens de negócios, com o faro dos animais de presa, e jogam com os sentimentos, as paixões, as ideias, as opiniões e "tolices" do público com o critério duma arguta patrôa de lupanar, só tendo em mira o resultado pecuniário. Essa é a ra-

ção principal do fracasso das empresas jornalísticas quando entregues a verdadeiros escritores, como Rui Barbosa, José do Patrocínio ou Alcindo Guanabara; porque um homem que pensa e sente, que tem uma consciência e um coração, por mais esforços que faça para se adaptar às injunções duma indústria que se habituou a viver do crime e que por êle é tentada de formas múltiplas e a todo instante, acaba sempre por se render e fracassar. Falo com a experiência de mais de 25 anos nos bastidores do jornalismo, em constante observação e estudo. A popularidade dum jornal, assim como o seu avultado número de assinantes ou a respeitabilidade dos seus colaboradores literários não são — como largamente demonstrou Max Nordau — penhor bastante da sua honestidade. Além de que os colaboradores literários, que em regra dão nome e respeitabilidade ao jornal, andam geralmente alheios à vida económica dêste e sabem tanto das suas transacções vitais como os leitores vulgares, “a experiência prova — diz Nordau — que com dinheiro se pode comprar sempre e em toda a parte a colaboração de homens ricos de talento, mas pobres de carácter. Às dúzias podem ser apontados antigos corretores de anúncios, agiotas e banqueiros falidos, criminosos egressos do cárcere, aventureiros, agitadores, ignorantões reles, que fundaram grandes jornais, aliciaram brilhantes penas e fizeram triunfar a sua empresa de acôrdo com seus baixos sentimentos, sua imoralidade, sua falta de convicções.

“O argumento que se tira do número de assinantes também não resiste à crítica. Basta que um empresário sem escrúpulos explore os instintos miseráveis e desprezíveis que existem na multidão ao lado de tendencias boas e nobres, para estar certo de achar leitores e compradores. Quem é que não conhece jornais entregues à especulação mais censurável, ou que exploram rumores caluniosos, ou armam ao efeito com extravagancias de linguagem escandalosa, ou excitam com desenhos a lascivia dos seus leitores e até oferecem sorteios, brindes e prémios em dinheiro? Por estes meios, mais ou menos vergonhosos, todos os jornais podem adquirir grande publicidade e, portanto, grande influência. É provável até que estes tenham mais influência e publicidade que os jornais honestos, que digam só o que saibam, que ensinem tão somente na medida dos conhecimentos dos seus redactores, que tenham sólidos princípios de moral, que não se dirijam nunca aos instintos vulgares dos seus leitores, mas ao contrario se esforcem por desenvolver neles as tendências nobres.” (*Critica contemporânea.*)

Não sofre dúvida, portanto, que há no jornalismo grande número de malfeitores, que escolheram essa profissão ou por ela foram atraídos apenas para mais comodamente desenvolverem a sua acção antisocial. E é tão grande a irresponsabilidade do jornalismo, que só na sua temibilidade encontra paralelo. “Jornalistas levianos e sem consciência, têm preparado e deflagrado revoluções e guerras, que semearam a desgraça e a devastação em nações

estrangeiras e no seu próprio país. Se fossem reis — prossegue Nordau — teriam sido destronados; se fossem ministros, seriam sujeitos a um processo capital; mas porque eram jornalistas ninguém os incomodou e só êles ficaram sem perder nada no meio da ruína geral que provocaram. Não causa estranheza que se suporte tal arbítrio, tal despotismo sem a mais leve revolta, ao mesmo tempo que se combatem com paixão todas as outras formas de tirania?

“O jornalista pode ferir e até aniquilar a honra e a fazenda dum cidadão; pode atacar a sua liberdade pessoal e tornar-lhe impossível a permanência em determinado lugar; entretanto, para exercer esta função jurídica de punir, não deu êle prova pública de habilitação, nem foi preciso que alguém o nomeasse, nem mostrou a origem e veracidade das informações que lhe serviram de base, nem deu garantia alguma de imparcialidade. Mas a imprensa, diz-se, cura as feridas que abre, porque o cidadão está armado contra o jornalista pela lei da imprensa. Esta afirmação repousa, todavia, numa base muito frágil; pois um ataque contra um homem particular pode causar a êste um prejuízo absolutamente irreparável. Todas as rectificações e retratações são impotentes para lhe dar satisfação, porque muitos leitores verão o ataque e não verão a defesa, publicada noutro número do diário; mais de um, por leviandade, não lerá a defesa, e neste caso a honra atacada permanecerá denegrida sempre para certa parte do público. E o mesmo se pode dizer do

processo instaurado por um particular contra um jornal. Êste tem mil meios de atormentar um individuo sem dar margem a que a justiça possa agir contra êle; e quando o jornalista haja sido bastante estúpido para se expor a uma condenação, esta nunca está em proporção com o dano causado.”

É por isso que são tão raros os processos contra jornalistas, pois todas as suas vítimas compreendem sem custo que o melhor é calar ou pagar, ora o silêncio do jornal, ora a defesa. As empresas comerciais, de indústria ou crédito, quando se vêem ameaçadas por notícias ou campanhas difamatórias, mesmo sem fundamento, mas que sempre prejudicariam a sua reputação, preferem geralmente pagar, seguindo talvez o conselho do famoso Zaratustra persa: “Quando comeres, dá de comer aos cães, senão eles mordem-te.” A rubrica “Despesas de publicidade” hospitaliza esses gastos.



Mas se a imprensa está assim em poder de gente desonesta e criminosa, — dirá alguém — como se explica que todo o mundo e os govêrnos a respeitem e acatem tanto, fazendo quanto podem para obter os seus favores, elogios e aplausos?

A resposta podia limitar-se a recordar o que a tal propósito ocorre entre os artistas de teatro e a claqué. Embora saibam que os aplausos vêm do grupinho aliciado para bater palmas, os artistas não dispensam esses aplausos. Mas a objecção compor-

ta mais ampla resposta. Lembremos, antes de tudo, que as palavras "respeito" e "acatamento" envolvem sentimentos diversos, que só os vocábulos "mêdo" e "admiração" difinem com propriedade. O acatamento e respeito que em geral se tributa à imprensa é simplesmente mêdo e terror, visto como, mais poderosa e terrível que a velha Inquisição, ela decide sem audiência ou simulacro de justiça e goza da irresponsabilidade inerente ao anonimato. "Consta", "diz-se", "toda gente sabe", "corre como certo", "escrevem-nos", "informaram-nos", "é voz corrente" — são os chavões e as máscaras por trás dos quais se esconde e foge à responsabilidade o sicário do jornalismo, roubando, ferindo e matando. E contra isto não há defesa possível. "Esta situação explica — conclue Nordau — porque não só os reaccionários, mas também muitos liberais são inimigos declarados ou secretos da imprensa, e tanto mais encarniçados quanto o poder desta os obriga a esconder os seus sentimentos e a simular que a prezam e estimam. A maioria das pessoas reconhece que a imprensa não representa necessariamente a expressão da opinião pública, ante a qual se inclina, não sendo geralmente senão um produto da ignorância, da leviandade, da perfídia, tacanhês de espírito e imoralidade dum indivíduo; mas nem por isso deixa de fazer côro com a mentira que consiste em ver na imprensa a voz autorizada da opinião pública, e até chega, não raro, a identificar-se com ela."

Quanto aos govêrnos, porém, a coisa é outra. A um exame rigoroso não há separação possível entre jornalismo e govêrno. Sem dúvida, passam pelo jornalismo, como pela política, homens honestos, bem intencionados e amigos da justiça; mas ou ficam logo reduzidos à impotência, ou aderem às injunções da máquina infernal. O que o homem respeita nessas entidades amorfas é unicamente a sua temibilidade, a capacidade que elas têm de fazer mal. Imprensa e política podem bem ser comparadas a certas plantas aquáticas muito vistosas e lindas, mas cujas raízes mergulham no lôdo visguento e imundo, onde moram o sapo repelente, a sanguessuga e o réptil venenoso. São as sereias da lenda, que fascinam o homem com os encantos duma nudez estuante e irresistível, mas mal a presa lhes cai nos braços fica logo convertida em monstro informe e hediondo.

Além disso, as relações e interdependência entre os govêrnos e certas castas de bandidos é um facto histórico incontestável e de verificação quotidiana. Certa vez, numa viagem, César caiu na mão dos piratas, que lhe exigiram como resgate elevada somma. O futuro ditador romano prontificou-se a pagar o dôbro e indicou-lhes um seu escravo para ir buscar o dinheiro. Enquanto esta diligência era realizada, César fazia-se tratar como um soberano e dizia aos bandidos que os encheria de dinheiro, mas depois de libertado os enforcaria a todos. Os piratas riam-se da arrogância do prisioneiro, porque operavam em combinação com o governador

do território e estavam, portanto, certos da impunidade. Assim que se viu livre, César dirigiu-se ao governador respectivo e exigiu o castigo imediato dos bandidos; o preboste fingiu diligenciar nesse sentido, mas os piratas continuavam intangíveis. Então, César aliciou gente sua e deu caça aos malfeitores, que foram todos presos e enforcados, como êle havia prometido. Era César!

Cento e tantos anos depois disto, em Jerusalém, certo visionário cheio de amor pelos homens e por estes acusado de *estrangeiro perigoso*, foi vergastado, coroado de espinhos, arrastado ao Calvário e pregado numa cruz, entre dois ladrões. O ideal dêsse visionário era resgatar os homens da mancha do pecado, origem de todo o mal; mas depois do seu inútil martírio o mal não acabou, não diminuiu e até recrudescceu dum modo assombroso. Os "crestos" ou esfarrapados que surdiram em nome da vítima para implantar uma era nova foram monteados como lobos e dados de pasto às feras; e os governos continuaram a operar em combinação com as hordas de malfeitores, assim escravizando e oprimindo, pelos séculos afora, a pobre gente que trabalha. A história da política não diz outra coisa. O que Euclides da Cunha conta nos *Sertões* e Sarmiento narra no *Facundo* não é, nesta parte da terra, senão a reprodução do que se passou na Europa e em toda parte. Serra Morena, Pinhal da Azambuja, Zé do Telhado, João Brandão, Jagunços, Cangaceiros, Beduinos, Caudilhos ou Barbarruiva não são mais que episódios marcantes do mesmo

facto biológico: dadas certas condições cósmicas ou sociais, a política e as hordas danadas têm de ser as duas metades do mesmo pômo. É uma fatalidade: o deserto gera o chefe de malta como a estupidez pública gera o jornalismo pirata. Estas hordas ameaçam, desafiam e aterroram, matando e roubando para viver. Mas a pena de uns não é menos temível que o bacamarte de outros. Ora os governos — que por sua vez não são mais que os destroços dalgumas dinastias de maltezês a quem a civilização e a sensualidade quebraram os dentes e cortaram as unhas — sentindo-se fracos para exterminar os bandos, cujo lema é o de Danton — audácia, audácia e mais audácia — fazem com êles alianças, conchavos e não são, a breve trecho, mais que delegações dos quadrilheiros. As sociedades pacíficas e trabalhadoras ficam, assim, sem rebuço nenhum, defendidas dos bandidos pelos próprios bandidos. Será um paradoxo? Não é. Para nos vencermos disto basta recordar o que os dois partidos em guerra no último pleito presidencial disseram reciprocamente um do outro, a ponto de acabar tudo numa orgia de sangue e num estado de sitio crónico. Mas se preferirmos exemplos do exterior, basta-nos olhar para quem se acha à testa dos governos europeus. Quando não são nitidos chefes de malta, que se apossaram do poder pela força ou pela astúcia, são chefes de partidos chamados ao poder como válvula de segurança contra o assalto iminente ou ainda revolucionários autênticos, socialistas e anarquistas, a quem a burguesia

se agarra como táboa de salvação contra o alude do bolxevismo absorvente e derrocador.

Quando é que Mussolini se tornaria um salvador da Itália se o partido socialista não o expulsasse um dia do seu seio? Mas os decretos que por toda parte vedavam a entrada do grande estadista nos países vizinhos, só foram revogados à pressa quando o caudilho feliz se apoderou de Roma num grito de vitória, à frente dos seus camisas pretas. "Crestos" ou esfarrapados; "sans-coulotes" ou sem camisa; camisas vermelhas ou côr de cinza — é tudo a mesma coisa através dos séculos: a horda salafrária ou a vítima que está para se converter em algoz; é a convulsão em que a lagarta se transforma em borboleta. Mas o criminoso social e o herói nacional só estão separados pela distância que vai duma derrota a uma vitória em qualquer golpe de força. Isto parecem ideias de Max Stirner, mas são demonstrações de Le Dantec. O que respeitamos em tudo é apenas a capacidade intrínseca de fazer mal. O respeito de que goza uma instituição ou um indivíduo é sempre a medida da sua temibilidade. Quem domina o mundo não é o direito legal ou subjectivo, mas o direito objectivo ou da força. Tanto podes, tanto vales; nada podes, nada vales. É isto que se vê por baixo das taboetas hipócritas da civilização. Por baixo da máscara sorridente e nédia da mistificação social ouve-se o estralejar seco das dentuças agressivas do troglodita. E o jornalismo criminoso irrompe deste subsolo ancestral de barbaria como o tortulho brota do esterco após

uma carga d'água. É o micróbio social que nasce do embrutecimento público como o mosquito palúdico irrompe do charco.

Mas a filiação histórica do jornalismo carioca, na sua feição criminosa, prende-se a um fenómeno local bastante recente. De certo todos se lembram ainda da famosa instituição que, há uns trinta anos, era todapoderosa no Rio e se chamava capoeiragem ou capangagem. Essa instituição exercia exactamente as funções políticas, coercitivas e intimidativas que hoje cabem ao jornalismo. Exactamente como êste, dividia-se em duas facções: situacionistas e oposicionistas, que entre si repartiam os cargos públicos e os orçamentos. Em lugar de serem feitas a bico de pena e em numeração estereotipada, as eleições eram feitas a rasteiras, cabeçadas, golpes de navalha e tiros de pistola. O Sr. Coelho Neto recordou recentemente estes factos para propor o ressurgimento da grande instituição nacional sob a sua forma esportiva, de grande elegância e destreza. Uma excelente ideia! Mas o capoeira era um agressor lial e descoberto. Quando exercia as suas altas funções sociais mostrava-se corpo a corpo; e quando a vítima caía com a primeira rasteira, dava-lhe tempo de se levantar para tornar a cair. Em defunto não batia o capoeira. A vítima ainda podia, às vezes, escolher entre ser cobarde por alguns minutos ou ser defunto por toda a vida. Havia mesmo uma tabela. Por um copo de cachaça tinha qualquer sujeito quem desse uma "cornada" ou uma rasteira num inimigo, virando-o de pernas ao ar,

com o nariz a escorrer melado; por alguns tostões ou milréis, era uma porção de rasteiras, cabeçadas, navalhadas ou tiros. Instituiçãozinha de se lhe tirar o chapéu! "Sô dotô, quá é u home; cádeê êle?" O doutor apontava o figurão na rua do Ouvidor, lampeiro e pachola. Numa encruzilhada de bêcos, à noite, o sicário irrompia à frente da vítima. "Sô dotô, côme é?" — "Quem é você, nêgo"?! — bradava o outro já aterrado. E o capoeira, enfurecido, erguia a faca num gesto rápido e rugia como um tigre aguilhado: "Cô cô sô, sô fu má fu!" A faca embainhava-se logo na pansa do infeliz, que morria ou ficava marcado, mas tinha a consolação de saber quem o ferira ou matara. Com a transformação, porém, da capoeiragem em jornalismo, a vítima recebe pelos olhos tal quantidade de poeira que nunca será capaz de reconhecer o sicário que a agrediu. Mas tudo isto o leitor encontrará descrito e provado neste livro, por autores que o fazem muito melhor do que eu o poderia fazer.



Ainda haverá, entretanto, quem duvide da existência de verdadeiros sicários nos refolhos do jornalismo? Pois bem; quem quiser ter disso a certeza certa, indubitável, não precisa conhecer as leis que nos países civilizados codificam e delimitam o exercício do jornalismo; nem precisa ler as obras em que artistas da palavra como Eça de Queirós, Balzac, Paulo Brulat, Ibsen, Bjorson ou Lima

Barreto descreveram as proezas desses marotos; não precisa mesmo consultar os tratados de criminologia em que essa espécie de delinquentes foi minuciosamente estudada e definida; para chegar a tal convicção basta verificar, tão sómente, a sencereza e constância com que os próprios directores dalguns dos mais importantes jornais cariocas se mimoseiam uns aos outros com os epítetos de ladrões, castens, rufiões, trapaceiros e piratas. Esse é um documento flagrante e irrefutável, que os próprios jornais nos põem todos os dias deante dos olhos, sem o pensar nem querer, tal como o degenerado inferior nos mostra no rosto, nos olhos, nos lábios, nos queixos os estigmas e o ferrete irrecusável da sua criminalidade congênita. E se os chefes, os "redactores-chefes", que diariamente criticam e devassam os recessos mais íntimos da vida pública e privada, distribuindo a seu belprazer glorificações e anátemas, assim se nos mostram hedionda e irremediavelmente marcados pelo sinete da criminalidade, — que devemos nós pensar dos fraldiqueiros anónimos que submissa e passivamente operam às ordens dêles?

É intuitiva a resposta. Mas arrancar a máscara ao jornalismo flibusteiro e malfeitor, que se esconde por trás da taboleta do jornal como o seu antepassado se escondia por trás da moita ou do penedo, de bacamarte em punho e faca nos dentes, à coca do viandante descuidado, será por acaso atacar ou agredir a imprensa honesta, que é o índice e a marca das nações civilizadas? De certo que não.

Denunciar e apontar ao público os falsificadores de gêneros alimentícios é uma obra de humanidade e higiene social, que nunca poderá ser tida como um ataque ao comércio honrado. E os jornais são, já agora, o pão do espírito dos povos. É para eles que o homem das cidades se volta, todas as manhãs e todas as tardes, à cata dos seus pensamentos e da sua orientação, como qualquer simples crente das velhas religiões solares. Ora, se vai para a cadeia quem falsifica e envenena o pão do nosso estomago, porque é que há-de ficar em liberdade aquele que envenena e falsifica o pão do nosso espírito?

A fiscalização que hoje incide sobre as fábricas de comestíveis, ou padarias, deve estender-se um dia, portanto, às redacções dos jornais. Que cada qual seja responsável e possa responder em toda a linha por tudo que fizer ou escrever. Essa é a condição primária da existência pacífica das sociedades. E para que tal desiderato se converta um dia em realidade foi que resolvi publicar esta obra, em que se mostram os inconvenientes e males resultantes do actual regime de irresponsabilidade e anonimato, mais ou menos velado, em que vive o jornalismo. São essas as minhas intenções sinceras, que no dizer de Schopenhauer tudo valem no ponto de vista moral. Quando, porém, a minha deficiência como artista da palavra, na exposição dos factos ou das ideias, porventura atraíçoar ou parecer que atraíçoar o meu finalismo essencial, espero que o leitor desprevenido saberá desprezar a palavra

para se ater ao espírito, como recomenda o Evangelho, porque é esse que domina, prevalece e não morre.

Bem sei que aqueles que um dia me agrediram e falsamente me acusaram, só porque o dever da lialdade me obrigou a pôr embargos a uma das mais torpes patifarias do jornalismo criminoso — bem sei que esses sicários hão de ver agora, como viram então, em cada uma das minhas mais inocentes palavras uma injúria e um insulto ao Brasil, porque é esse o chavão infalível, o *Deus ex machina* das suas mistificações e masorcas. É esse o estribilho indefectível da sua eloquência de bois, que como notou Lope de Vega só sabe dizer *mu!* Mas, quem se poderá pôr a salvo das insidias e perversidades duma corja que tem por sestro envenenar e falsificar o pensamento humano? Quando Jesus não pôde impedir que os escribas e fariseus, por Ele vergastados como vendilhões do Templo, deturpassem as suas indignadas palavras e o acusassem ante Pilato como estrangeiro sedicioso, arrastando-o ao Calvário entre os apupos da turba iludida e suggestionada, — como poderei eu, pobre mortal, pretender escapar às armadilhas dos novos traficantes? Mas devemos acaso, por isso, abandonar a causa da justiça e da verdade, entregando o mundo ao dominio dos malvados? Não, nunca! Assim, embora reconheça os riscos que corre, neste caso, quem denuncia, no meio da estrada, os pe-

rigos que cercam o viandante, não me calarei. Como anteparo e escudo contra os falsários farei, contudo, uma declaração. Eu vivo no Brasil desde a idade de oito anos. Vi fazer a abolição e vi fazer a república. Aprendi em escolas brasileiras e, por circunstâncias alheias à minha vontade, cresci e fui educado em meio essencialmente brasileiro. Nunca me esqueci, porém, de que nasci em Portugal, pelo mesmo motivo que outros, vivendo no Rio ou em S. Paulo, não se esquecem nunca de que são de Minas, do Ceará, do norte ou do sul. Mas sempre tive o Brasil por pátria minha, tão minha como Portugal, que é a pátria do Brasil. Sinto-me, portanto, tão brasileiro e tão orgulhoso de o ser, como a minha esposa e os meus filhos, que aqui nasceram e aqui me prendem. Assim, qualquer injúria feita ao Brasil ou a Portugal incidirá não só sobre mim, como sobre os meus e sobre tudo que um homem mais pode prezar na vida. Com estas explicações prévias julgo-me habilitado a ser compreendido pelas pessoas imparciais. Reivindico para mim, nesta obra sobre o jornalismo criminoso, o direito de investigação e crítica que a imprensa toda exerce diariamente sobre tudo e toda a gente. Enquanto, porém, ela se entrincheira no anonimato, que lhe açula a impudência e a audácia, dando sentenças por encomenda e sem prova ou recurso, eu só falarei com os documentos na mão.

assumindo toda a responsabilidade das minhas palavras.

Esta obra será também, de certo modo, um revide e uma réplica aos ataques que sofri um dia dos sicários do jornalismo, visto que as injúrias têm, como os elogios, o valor relativo que lhes dá a qualidade de quem os faz. É pois um acto de legitima defesa, que segundo Rui Barbosa está acima de todas as regras legais (*). Aquêles que tudo julgam poder só porque tudo ousam fazer não conseguirão acobardar-me. Que importa o perigo se a causa é justa e bela? Lutar é viver e só na luta pelo bem encontra o homem justificação à sua existência efêmera. Esta doutrina deve ser boa porque é antiga, visto como Juvenal já ensinava: "Crê ser o sumo opróbrio prezar a existência mais do que a honra e por causa da vida perder as razões de viver."

(*) "Acima de todas as regras legais está o direito de legitima defesa. Quando os tribunais me negarem a mim, como cidadão, esse direito, eu, em nome d'ele, como homem, resisto aos tribunais." (Disc. no Senado, em 16-11-904.)

I — O jornalismo através dos tempos

Ao nascer, sob os auspícios de César, a *Acta diurna* mostra logo a sua capacidade malfetora — O jornalismo entre os Gregos, Galos e Babilónios — Augusto converte a *Acta* em instrumento politico — Quintiliano queixa-se de que os jornais corrompem o idioma — Petrónio dá uma amostra da *Acta* — Após a barbaaria ressurgue a Fénis no solo fecundo da Itália: a *Arte Nova* e os gazeteiros — A repressão e os excessos do papado — Os progressos da arte gráfica — Necessidade de combater os abusos para salvaguardar o uso legitimo.

O jornalismo é uma indústria tão necessaria como qualquer outra, e por isso o vemos surgir desde os primórdios da humanidade, muitos anos antes da era cristã. Como tudo o mais, porém, não escapou desde o nascedoiro aos abusos e mistificações a que se prestava, facto este que levou os governos a regulamentá-lo desde logo e submetê-lo às suas conveniencias, as quais, exactamente como hoje, nem sempre foram as da colectividade. No livro de P. Picca — *I Martiri del giornalismo* — colhemos os seguintes dados históricos:

“Ainda moço então, Caio Crispo Salústio fazia o que hoje chamariamos jornalismo, pois redigia com ajuda de outros, e designadamente de César, os *Commentarium rerum urbanorum*, o *Moniteur* de então. Foi Roma, portanto, a primeira cidade que possuiu uma gazeta; e os que pensam ter sido Veneza quem primeiro a introduziu, no século décimo sétimo, estão enganados... A elle fornecia Lúculo trezentos libertos para multiplicarem as cópias do *Comentário*. Dava-lhe cada liberto cinco cópias por dia. Aparecendo todas as semanas, no dia consagrado a Mercúrio, circulavam 10.500 cópias. A um *dramma* por cópia, que era o preço fixado —

faziam 42.000 dramas por mês, donde, descontadas as despesas, que não passavam de 2.000 dramas, se verifica uma renda de 480.000 dramas por ano. E valendo o drama 97 centésimos da lira italiana, tal renda valia o mesmo que ser procônsul numa rica cidade da Ásia, mesmo sem ser ladrão, como Verre."

"Verdadeira ou simplesmente verosímil, esta noticia, dada por José Ravani na *Juventude de Júlio César*, tem decerto a sua base histórica, pois os Romanos tiveram sem dúvida as suas gazetas e os seus jornais, como antes dêles os haviam tido os Babilónios, segundo testemunha José Hebreu, e por sua vez os Gregos e Galos, os quais costumavam cercar os forasteiros nos caminhos e praças públicas para lhes pedir noticias sôbre as ocorrências, ritos e usos não só das terras donde vinham, como daquelas pelas quais haviam passado.

"A vida moral e civil das outras nações, os vários costumes e fenómenos telúricos eram avidamente indagados por aqueles povos, que sentiam a necessidade de estender os seus conhecimentos até os confins da própria terra; e êste desejo de saber fez imaginar as inscrições esculpidas na coluna dos tempos ou simples sinais a carvão nos muros; depressa, porém, foram êstes meios julgados pouco adequados á rapida propagação das noticias e logo se procuraram outros meios mais fáceis e accessíveis a todos e capazes de satisfazer as necessidades públicas e até a curiosidade popular.

"É controverso se a organização do serviço jornalístico em Roma parte apenas dos últimos tempos da República ou se é mais antigo. Ao passo que Cícero fala das *Acta diurna* e das *Acta urbis populi* como coisas que não eram novas, sustentam outros, com o testemunho de Suetónio, que a redacção e publicação destas actas quotidianas

foram pela primeira vez organizadas regularmente durante o primeiro consulado de Júlio César.

Quanto ao teôr das *Acta diurna* não possuímos documentos autênticos, mas dos vários passos dos autores que a elas se referem, dando o extracto das próprias actas, podemos vêr, embora indirectamente, que elas compreendiam geralmente três espécies de factos:

1.º) Aqueles que diziam respeito aos negócios públicos e á vida das personagens maiores, como por exemplo a recusa do titulo de rei por parte de César e a defecção de Lépido; os processos mais importantes, por exemplo o de Escauro; os discursos dos magistrados, os supplicios sofridos por homens notáveis, o alargamento da cinta da cidade, ordenado por Cláudio, etc.; também ás vezes um resumo dos *Senatus-Consultus*, as decisões relativas ás províncias, os discursos do Imperador, as aclamações do Senado, etc.

2.º) Durante o império, os factos relativos á casa imperial, que eram considerados como intimamente conexos ás coisas públicas: tais como a data do nascimento dos membros da familia imperial, a resenha dos seus funerais, a corôa levada ao Circo pelo Imperador Cômodo.

3.º) Por fim, aquilo que hoje se chamariam factos diversos, os mais interessantes da cidade."

Segundo o autor em que colhemos estes dados, César teria regularizado êsse incipiente jornalismo, cujos elementos já existiam há muito, com o fim de se tornar popular, por onde se vê que a vaidade e a ambição politica são desde o berço a alma da imprensa. Mas as intrigas e patifarias de ordem particular logo também surgiram, porque "Tácito refere-se a essas actas com vivo desprezo, por fornecerem uma porção de particularidades indignas de figurar na história".

No tempo de Augusto já as actas só publicavam aquilo que o imperador queria, havendo portanto severa censura; mas Tibério chegou a fazer escrever artigos contra si próprio, para assim ter pretexto de tornar a acta instrumento exclusivo da sua vontade e caprichos. Cômodo, que gostava da popularidade escandalosa, fez publicar todas as torpezas que lhe eram imputadas, as suas provas de gladiador, as suas crueldades e infâmias.

Conforme o testemunho de Salústio, já existia nessa época o jornalismo bem caracterizado, pois havia em Roma pessoas que viviam unicamente dessa ocupação, umas redigindo e outras copiando as actas para a venda pública. Mas Quintiliano já lamentava que os jornais contribuíssem tanto para a corrupção da língua...

As *Acta diurna* duraram em Roma até a queda do império; no código de Teodósio temos quasi o nome de jornalista no vocábulo *diurnarius*. Mas as últimas notícias a respeito encontram-se em Vopisco, no histórico do imperador Probo, e em Santo Agostinho, que manifesta bem pouca simpatia pelos jornais.

Segundo Hübner, as actas eram coladas num muro branco — *Album* — do mesmo modo que os éditos e outros avisos; e, conforme o uso dos Romanos, os acontecimentos eram anotados dia a dia e aí deixados por certo tempo. Podemos fazer uma ideia da redacção dessas actas lendo a paródia que delas se acha em Petrónio. Aí o secretário de Trimalcião, *Actuarius*, lê durante o banquete uma espécie de resenha, cuja tradução é esta: "No dia 25 de abril nasceram no prédio Cumano, pertencente a Trimalcião, trinta meninos e quarenta meninas. Foram trazidos do campo 500.000 moios de trigo e domados 500 bois. No mesmo dia foi crucificado o escravo Mitridate por ter blasfemado contra o génio tutelar de Gaio, nosso senhor. No mesmo dia foram metidos no

cofre dez milhões de sestércios, a que não se pôde dar emprego. No mesmo dia, no horto Pompeano, manifestou-se incêndio próximo ao empreiteiro Nasta, etc."

Após a grande noite da idade média, o jornalismo ressurgiu novamente, sob a denominação de Arte Nova, no fecundo solo da Itália, por volta de 1560. Começa então o jornal a ser designado por gazeta, nome duma antiga moeda veneziana com que era comprado. A obra louvável e generosa do jornalismo em prol da liberdade e da justiça, que estavam, como ainda hoje estão, na dependência dos poderosos, viu logo contra si voltado o furor dos sátrapas, que trataram de o suprimir, amordaçar ou submeter á sua vontade, estribando-se justamente nos abusos e nas pequenas patifarias que dêle também dimanavam, como corolário fatal, do mesmo modo que em nossos dias. Desde logo se verificou, portanto, que o jornalismo é como qualquer outro instrumento material, que tanto serve para castigar o algoz como para vitimar o inocente, dependendo tudo do critério de quem o tem na mão. Assim, se por um lado logo produziu mártires dignos de figurar ao lado dos santos, por outro deu nascimento a malfeitos execrandos, que nunca receberam sufficiente castigo. Vulgarizada a nova indústria, com rapidez assombrosa, foram os seus males e os seus bens logo postos em evidência, provocando aplausos de uns e protestos de outros. Pelos nomes de *gazeteiros*, *novelistas* e *menantes* começaram então a ser conhecidas e designadas as pessoas que exerciam a Arte Nova. Para dar ao leitor uma amostra do rigor com que o Vaticano iniciou a repressão desse jornalismo que ressurgia das cinzas do passado como a Fénis mitológica, aqui vão alguns tópicos do edital que a 22 de março de 1572 era afixado á porta de S. Pedro e doutras dependências pontificias:

"Contra quantos escrevam, ditem, retenham, transmitam ou não destruam os libelos famosos e cartas chamadas de aviso, contendo noticias offensivas à honra de quem quer que seja, previsões do futuro e revelações de qualquer facto relativo ao governo do Estado eclesiástico, tratado em segredo." Depois de lamentar os males devidos à vulgarização das noticias insertas nas *cartas de aviso*, isto é, escândalos, homicídios, inimizades, ódios, rixas, etc., e depois de recordar as sanções canónicas que proibiam, sob gravíssimas penas, não só escrever, mas até reter ou mostrar a outrem os libelos famosos, Pio V, desejando sanar todos esses males, ordena e estabelece:

"Ninguém dora avante, seja qual fôr a sua qualidade ou dignidade, mesmo eclesiástica, estado, grau, ordem e proeminencia, ouse ou pense em compor, ditar, escrever, copiar, reter ou transmitir a quem quer que seja — embora vindos de outra provincia, cidade, terra ou lugar — nem libelos famosos, nem cartas informativas, vulgarmente chamadas *cartas de aviso*, difamação contra alguém, nem escritos em que se discutam acontecimentos futuros ou se divulguem factos que hajam sido tratados na nossa presença ou de outros, relativamente ao governo do Estado eclesiástico. Assim que tais libelos, cartas ou escritos forem mostrados a alguém, a pessoa que os tiver recebido é obrigada immediatamente, antes de examinar o seu conteúdo, a destrui-los, queimá-los, ou entregá-los ao nosso dilecto filho o Cardial Rusticucci, sob as penas anteriormente decretadas e que aqui damos como inteiramente reproduzidas, e de outras ainda mais graves, que serão infligidas irremissivelmente, a nosso arbitrio, sem excepção do suplicio extremo e o confisco dos bens, tendo-se na devida conta a natureza dos factos e a qualidade da pessoa."

O sucessor de Pio V, Gregório XIII, expedia a 1.º de setembro de 1572 uma nova bula "contra os famigerados e menantes", na qual, depois de frisar os males do jornalismo, que "mais vezes divulga o falso que o verdadeiro, violando directa ou indirectamente a fama alheia", revalida as penalidades anteriormente decretadas contra os gazeteiros e acrescenta: "Aqueles que esta ordem contrariarem serão marcados, *ipso facto*, com a nota de perpétua infâmia, sem esperança de perdão e condenados às galés por toda a vida."

Desde essa época recuada até nossos dias a luta cruenta não cessou entre os governos e o jornalismo. Á medida, porém, que a humanidade progredia, o jornalismo criava maior vulto e se convertia em indústria gigantesca com a invenção da imprensa. O espantoso progresso da tipografia e artes correlatas pôs na mão do jornalista armas de poder assombroso na divulgação e repercussão dos factos de toda a ordem. A imprensa tornou-se, por conseguinte, um considerável poder no Estado, que nela vê alternadamente o seu maior adversário ou o seu maior aliado. Assim, quando os governos não têm recursos pecuniários para assoldar todos os jornalistas — facto que se dá amiúde porque o officio é fácil e os cofres públicos são limitados — lançam mão até do estado de sítio por tempo indefinido, só para efeitos de imprensa e perseguições ferozes aos adversários, instituindo uma vergonhosa censura prévia. Mas esta situação é deprimente e intolerável, porque o jornalismo honesto tem os seus direitos tão sagrados como os da justiça e da verdade, de que elle deve ser o órgão. Para evitar os abusos e os excessos é que as nações civilizadas têm leis reguladoras do exercicio do jornalismo. E isto é tanto mais necessário quanto o estado de sítio, para efeitos de coerção à imprensa, só ampara o governo e seus amigos contra a pirataria, deixando à mercê

dos flibusteiros toda a sociedade produtora e honesta. O comércio, a indústria, os particulares ficam inteiramente sem amparo contra os ladrões do jornalismo. E é justamente neste campo que as maroteiras jornalísticas encontram mais prestígio e força de sugestão no público; porque se alguns jornais atacam o governo e este ou aquele político, outros jornais os defendem ex-officio, por empreitada e, assim, o público se divide ou dá de ombros à questão, visto já estar habituado a esses torneios de injúrias e calúnias entre homens públicos, nos quais vê certos traços de semelhança com as mulheres públicas. Mas se os ataques ou difamações se dirigem a particulares, a este ou àquele comerciante ou industrial, tudo muda de figura. O público compreende facilmente que o jornal se tenha vendido a este ou àquele governo, ou partido, ou político, e defenda ou ataque determinadas coisas automaticamente; mas não compreende que o jornal difame ou ridiculize um particular para arranjar assunto de escândalo e assim entreter e obter leitores, ou que faça esse ataque a soldo dum cobarde inimigo da vítima ou com o fim de vender a defesa. E o público não compreende isto facilmente porque já está defraudado no seu bom senso e critério natural pela leitura quotidiana do jornal, que o habituou aos juízos levianos, apressados, sem ponderação e sem elementos de prova. Afora os governos, os partidos, os políticos, que custeiam o seu jornalismo à custa da nação, ninguém mais dispõe a seu favor dum mecanismo de imprensa espontâneo e automático. O particular que é atacado *tem de pagar a sua defesa*. E é este o alvo, o fim, o objectivo essencial dos sicários do jornalismo. Eu poderia estampar aqui o nome de jornalistas que têm feito e recebido o preço simultânea e cumulativamente dos seus ataques e defesas, quer no mesmo jornal, quer em gazeta diferente e de aparência hostil; mas

isto tiraria ao meu estudo o cunho de impersonalidade e de tese sociológica que deve ter uma obra que não é movida por mesquinhos ódios pessoais e visa tão somente ajudar a sociedade a defender-se duma espécie internacional de malfeteiros que os códigos ainda não definiram com a precisão que se torna indispensável.

II — Um retrato autobiográfico do jornalismo - "Ecce Homo!"

Dois espécimes e modelos das polémicas habituais entre as gazetas cariocas — Brigam as comadres, descobrem-se as verdades — "Le journalisme mène à tout" — Da pirataria miúda ás cadeiras ministeriais — O libelo famoso: roubos, explorações, lenocínio, todo um sudário de infâmias — Lobo não come lobo, mas jornalista devora jornalista — "Corsaire à corsaire, l'un l'autre s'attaquant ne font pas leurs affaires".

Como espécime e modelo das polémicas que surgem amiúde entre as gazetas cariocas, aqui transcrevemos os tópicos representativos de uma que ocupou, a 2 de outubro de 1919, toda uma página, em corpo 6, do *Estado de São Paulo*. Esta publicação foi evidentemente bem paga pelos interessados na divulgação dos ataques da *Notícia* contra a *Noite*, do Rio. Mas como não é meu fim hostilizar ninguém e tão somente coligir e arquivar documentos capazes de darem uma ideia justa, exacta, imparcial da natureza, costumes e sentimentos da entidade social que constitue o objecto do meu estudo, devo declarar que nas páginas vivas e sangrentas que a seguir ponho ante os olhos do leitor, tomo tanto o partido do que ataca como o do que é atacado, sendo ambos para mim absolutamente iguais, idênticos e a mesma pessoa, física e moralmente falando — o jornalismo.

O que nesta "lavagem" se diz do director dum dos mais importante diários cariocas tem sido repetido, *mutatis mutandis*, em lavagens idênticas, a respeito de quasi todos, senão todos os directores dos grandes rotativos. Para demonstrar a minha tese, sirvo-

me desta lavagem como poderia servir-me de outra qualquer. Reduzi a iniciais, aqui e ali, o nome das victimas, como prova da minha isenção de ânimo no pleito. Quisera mesmo suprimir esses nomes, mas isso seria mutilar um documento e tirar-lhe boa parte do seu valor. O meu intuito é, pois, mostrar apenas o jogo jornalístico em acção, como mostraria uma tourada, uma luta entre capoeiras, uma rinha de galos ou um torneio de futebol. Como, porém, o jogo jornalístico é feito com palavras impressas, nada melhor nem mais fácil do que reproduzir essas palavras vivas e autênticas. Ai vai pois uma imagem, uma fotografia e uma autobiografia do jornalismo carioca:

"Os punquistas do jornalismo — A N. e E. M. — *Historias de ontem e de hoje* — *A ousadia dum ex-baleiro de Catumbi* — *Roubos* — *Explorações* — *Cinismo* — O malandro custou a ter coragem. Mas afinal teve-a. Teve-a e bem regularzinha, benza-o Deus! Veio ontem armado em guerra: tópico na segunda página e uma página inteira de velhas coisas, já publicadas e sovadas, contra o director desta folha, seu antigo patrão. Antigo patrão! Deante d'este patrão, centenas de vezes F. chegou, de chapéu na mão, sorridente, tímido:—Dá licença seu Santos! — para pedir o seu vale — vale sempre atendido e pago, mesmo quando F. não recorria mentirosamente a uma ficticia doença de pessoa de sua familia que passava de saúde, muito bem, obrigado...

Quando F. passou de revisor a reporter, o director desta folha já era patrão. Trinta anos de jornal, lidando, na parte administrativa, com os maiores comerciantes, politicos, industriais, jornalistas, escriptores e cavadores do seu país, dão a um homem certa superioridade para julgar os seus contemporâneos. É claro que nesses contemporâneos illustres nunca F. poderia estar, se não se tivesse desastrado...

damente interposto no nosso caminho com as suas perfidiazinhas cobardes, com a sua repugnante hipocrisia, com essa maneira de combater que nos irritava, não pela campanhazinha em si, mas pelo modo subserviente com que elle nos combate, pedindo licença. É que F. sempre se aproximou de nós de chapéu na mão. Nós lhe demos combate durante tres ou quatro meses, para responder a suas perfidiazinhas cobardes. Durante todo esse tempo, F. se conservou calado, tomando bismuto para debelar as perenes diarréas que diariamente lhe provocavam os inocentes tópicos de troça com que o toureava esta folha, por falta de assunto mais interessante. Depois de tantos meses de troça, F. resolveu ter coragem. Mas como? Reeditando uma série de coisas muito dramaticas, mas absolutamente inverosímeis, que são atribuidas ao director da *Gazeta*. E de tudo isso, de toda essa moxinifada de fábulas mal feitas, F. fez uma página da *Noite*, solene e grave, com acordes de órgão e roncões de contrabaixo, para impressionar a sua pobre claqué. E gastou uma página do seu jornal! Uma página que poderia render tanto dinheiro à sua honesta empresa, organizada com o trabalho de seus companheiros ludibriados... Ficamos assombrados com a página. Realmente, F. deve estar muito prospero, graças ao suor dos colegas, porque, enquanto a *Gazeta*, empresa falida, gasta com elle apenas trinta e poucas linhas de um tópico, o seu jornal gasta connosco uma página, e promete mais! Não podíamos conseguir maior triumpho! O que nós queríamos era provar apenas uma coisa inacreditável: que F. ainda tinha dois milímetros cúbicos de brio nos cem milímetros cúbicos de cinismo congênito que tem na cara de negroide opilado com fumaças de branco que empalideceu ao luar de Casimiro de Abreu e de F. O. A. Rosa... Custou a provar; mas provámos. Hoje em dia, F., o jornalista de duas caras, o senador

Tamandaré da moralidade pública e sobretudo da privada dos seus concidadãos, tem dois milímetros cúbicos de brio na cara anterior. A posterior não nos interessa. Estamos, pois, cantando vitória. F. gastou uma página connosco! Era só isso que desejavamos. A *Noite* vive anunciando que não pode aceitar anúncios por falta de espaço. E gasta uma página com a reedição de velharias que já a ninguém interessam! É de pasmar! Foi preciso que levassemos tres ou quatro meses a dar piparotes diários no nariz do comendador, para que o seu jornal perdesse uma página com a *Gazeta*, este jornal que não tem influéncia na opinião! Caramba! Nós somos pretenciosos, lá isso é verdade, mas nunca pensámos que chegassemos a fazer F. desprezar uma página de anúncios para defender a sua honra. Não é por sermos má lingua que o dizemos, mas somente pelo longo hábito que adquirimos de tratar F. como subalterno. Há subalterno e subalterno. Há subalternos cuja convivência honra a seus superiores; assim como há subalternos cujo serviço só pode envergonhar os patrões. F. pertence a esta última classe. Jornalista, depois de vinte anos de trabalho num grande jornal como a *Gazeta*, no dia em que tem de defender essa coisa vaga que elle chama a sua honra, limita-se a reeditar coisas inverosímeis. Se fôsse nosso cozinheiro, não de jornal, mas de forno e fogão autêntico, teria de ser dispensado por quebrar a loiça e queimar o assado... Mas o que os leitores não conhecem são os motivos superiores que obrigaram F. a insultar-nos com armas de segunda mão. Parece incrível, parece; mas é verdade patente que F., desprezando as nossas provadas afirmações relativas às suas chantagens à Light, a Rodolfo Miranda, aos frades da Lapa, etc., etc., só tomou em consideração as pilherias que fazíamos à graciosa e muito apreciada coloração da sua pele. Pode-se dizer que F. é ladrão. Isso não o ofende, porque a sua

consciência lhe diz que a verdade ninguém a esconde. Mas dizer que elle não é branco! Ah! isso F. não perdôa. Imbecil! Cretino! Ofender-se por alguém lhe definir a raça a que pertence! André Rebouças nunca quis ser outra coisa senão mulato. José do Patrocínio, o grande Patrocínio, nunca quis ser senão negro! Mestre Valentim nunca quis ser outra coisa senão mestiço. E este imbecil quer ser branco! O resultado é o que se observa: vê-se repudiado pelos brancos por ser mulato e vê-se repudiado pelos mestiços por ser ridículo e cobarde, que arrenega a sua raça para entrar, por esmola, no grémio de uma raça que, embora trabalhada pela mestiçagem, só o pode considerar um tipo abjecto, para o qual a suprema consolação é o chicote vibrado pelo branco.

E aí está o pobre homem que nos ataca. Um miserável, que vive a morder aqui e ali, com carnes a franzir-se de medo do rebenque e gasta tres meses ou mais para se defender de ataques diários.

O resto pertence à história, como se vai ver nas linhas que seguem e como inda se verá à luz de infismáveis documentos que produziremos.

Introdução — Não há fenómeno mais comum que os moleques, quando apanhados na sem-vergonhice de uma qualquer falta grave, correrem para a porta da estalagem e abrirem a boca despudoradamente, inventando com um cinismo absoluto as calúnias mais vis e mais torpes, produzindo em calão arengas indecorosas, que obrigam toda a vizinhança a fechar as portas e janelas, para fugir à pestilência que se espalha no ar saída do fundo dessas almas inadaptaveis à vida dos homens limpos. Foi o que fez ontem F., despejando pelas colunas do seu jornalco, transformado em cano de esgoto, tudo que habitualmente abriga no seu íntimo de tarado e de caluniador imundo. Nós, entretanto, bem deveríamos esperar a canalhice desse analfabeto chantagis-

ta, que não sabe ler nem escrever e que inda tem as unhas mais compridas do que as orelhas, porque não ha muito tempo lhe fizemos um benefício. Vamos, com toda a calma dizer algumas palavras que bastem para recordar factos sabidos de toda a gente, e suficientes para gravar mais uma vez o perfil desse pulha, que é um curioso de audácia e bandalhice.

A súplica — Quando F. resolveu pôr à margem o último dos companheiros que há tempos lhe restava da fundação da N., como nós sobre esse senhor tivéssemos escrito algumas linhas, elle nos mandou um dia pedir pelo seu redactor A. F., cuja intervenção nós fizemos testemunhar por duas pessoas, que não publicássemos mais nenhuma referênciã ao tal seu companheiro. Nós acedemos. Poucos dias depois o reles Moleque F. punha no olho da rua o seu companheiro e começava uma série de pequeninas perfidias contra nós. Tínhamos assim nós mesmos uma amostra directa da sujice de semelhante tipo!

O roubo inicial — F., quando fundou o seu actual papagaio nocturno, durante alguns dias accumulou as suas funções na N. com o emprego que antes exercia aqui na *Gazeta* e do qual se aproveitou para nos surripiar descaradamente notas e reportagens e até clichês, ao mesmo tempo que seduzia o pessoal desta casa com promessas ultra-pérfidas, levando-o a pouco e pouco, um por um, para o seu jornal, enganando-o com a promessa de parte na propriedade da nova folha.

Já por essa época F. havia sido despedido daqui pelo actual director desta casa, onde a sua presença não podia mais ser tolerada. Por simples medida de hygiene foi afastado. F., sempre à altura dos seus destinos de intrujão, logrou os colegas com o mais insigne desplante, roubando-os totalmente.

O duplo latrocínio — Recebeu dinheiro dos aliados e apesar disso meteu-se em negócios de gran-

des partidas de barbante e corda para vendê-las aos boches por intermédio dos frades holandeses da Lapa. Atolou-se nas lambugens dos alemães a ponto de suprimir de subito colaborações de redactores que queriam continuar aliados por não saberem que já o patrão, com armas e bagagem, se havia passado para outro campo, vendendo-se por qualquer coisa.

Pelo telefone — Também é notório que Moleque F. abriu uma campanha idiota contra a Companhia Telefónica, logo exigindo cem contos para pôr termo a essa campanha...

Ladrão de órfãos e viúvas — Toda gente se recorda do desabamento do Iorque-Hotel, em que morreram soterrados tantos operários. Moleque F. abriu logo uma subscrição na sua folha, que rendeu várias dezenas de contos. Pois cometeu a inclassificável ignomínia de surripiar essa quantia, que tantas almas compassivas lhe haviam confiado para minorar a desgraça das famílias dos miseros operários!

Ladrão macabro — Capaz de revolver túmulos para furtar até aos mortos, Moleque F. empalmou o dinheiro das viúvas e dos órfãos, e começou a aparecer nas casas de chá e nos clubes chiques de sapatos amarelos, gravata branca, esmuque e luvas de pelica *gris-perle*, gastando como um nababo, atirando-se à conquista de cocotes da rua Riachuelo, para se desferrar do tempo em que, simples reporter de policia, fazia defesas de humildes marafonas da rua S. Jorge, das quais extorquia quantias infimas!

A proliferação da N. — Estamos informados que o simpático comendador F. se concentrou algumas horas numa meditação profunda. O pessoal de sua redacção, que lhe concedeu o título de Casta Susana, alarmou-se e precavidamente cada um foi obotoando o palitô, porque quando o comendador começa a operar, deixa a perder de vista Albino Mendes, Pigatto, Afonso Coelho e todos os do mesmo officio.

Havia concebido um projecto de fundação de um jornal do feitio do seu em cada capital de Estado do Brasil, desde Manaus a Porto Alegre. Tomado dessa ideia, o comendador começou a bater á porta de varios capitalistas, expondo-lhes o plano, sem alcançar que alguém caísse no conto do vigário!

Sabendo que na nossa mais baixa imprensa chantageista não há pior espécie de finório que o Moleque F., que de tanto morder o próximo já perdeu todos os dentes, e que chegou ao cúmulo de roubar aos próprios companheiros de fundação do jornal de que éle se diz o proprietário exclusivo, os homens do dinheiro apertaram nas mãos as respectivas carteiras e não quiseram saber de negocio com éle.

Esfolando o rabo... da canalha — Na sétima página os leitores encontrarão reproduzido o artigo que ontem publicámos, pondo à mostra a calva da maior celebridade jornalística — o Moleque F., proprietario de um estabelecimento da pior espécie — em pleno funcionamento no largo da Carioca. Somos a isto forçados porque se esgotou inteiramente a nossa edição e por serem muitos os pedidos de exemplares recebidos por nós. A curiosidade do público explica-se: Moleque F. é o mais descarado dos especuladores, o mais imundo de todos os bipedes, traficante ousadissimo, cujos feitos é preciso que sejam bem divulgados, afim de o impelirmos a assinar termo de bem viver.

B. — Esse homem chegou há anos ao Rio, vindo da Baía, na pior das situações. Apiedados de sua sorte e atendendo aos rogos de amigos, demos-lhe trabalho e por aqui viveu B., escrevendo uns artiguinhos que o então redactor-chefe inutilizava, na sua maioria, alegando com razão ora as sandices, ora o português.

Demos sempre as melhores provas de simpatia ao hoje prospero auditor do Tribunal de Contas, cognominado o juriscombosta das letras juridicas,

até que êle, apanhando-se na policia, deu inicio á devastação que todos assistimos e pôs termo á severidade de hábitos do actual presidente da Republica. Uma vez, B., vendo perigar sua situação, escreveu aos jornais dizendo que a nossa campanha fôra motivada pela sua recusa de atender o pedido de um recomendado do director desta folha. Que pretendia esse recomendado? Reaver 4 contos de réis que a policia apreendera na gaveta de sua casa de bilhetes, ou coisa que o valha, numa busca ali efectuada, e de cujo dinheiro se negava a fazer entrega. Esse pobre homem, roubado miseravelmente pela policia, mais criminosa que êle, veio implorar o auxilio do Sr. Salvador Santos, contando as suas desgraças, pintando os seus sofrimentos, tal qual antes o fizera no escritório do nosso director o então chefe de policia. Daí o cartão ao Sr. B., nosso ex-colaborador, que, durante largo tempo, na frequencia assidua da *Gazeta* e depois como chefe de policia, só teve para alegar contra o Sr. S. Santos o facto de lhe haver apresentado, num simples cartão de poucas frases, uma vitima de furto, praticado por autoridade sob a sua jurisdicção. Eis aí. São passados quasi 4 anos e o público já pôde julgar o opulento chefe de numerosa familia que, em 1914 estava na penuria e hoje vive no fausto, habitando á rua Voluntarios da Pátria, depois de passar cinco anos na policia, vencendo no máximo 2:500\$ mensais e impossibilitado de advogar.

LP. — Esse leproso moral quis também contribuir com o seu quinhão na campanha que Moleque F. se meteu a fazer contra nós. O testemunho de uma criatura absolutamente desmoralizada, não tem o menor valor, sobretudo quando é feita duma forma tão covarde, como a que aprouve ao ex-ministro da Agricultura fazer ao zebroide da N. Esse é o mesmo homem que foi guindado a ministro da Republica sim-

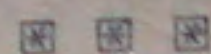
plesmente pelo prestigio que lhe emprestava a Associação Comercial...

LE. — Nunca insultámos o *LE.*, nem mesmo quando êle, cavalgado pelo esportissimo malandrim M., aparecia ofendendo a moral e o bom gosto... Quando o abundante *LE.* esteve á frente da Associação Comercial, até o seu retrato publicámos, a seu pedido, já se vê. Uma bela tarde êle aqui veio: — Salvador! Quero um favor teu. Vês esse retrato? E' meu. Custou cada um 15\$. Eu desejava imenso vê-lo na gazeta. Preciso do apoio da imprensa e recorro a ti. Neste momento estou sendo vitima do *LP.*, que invejoso como é, tem tecido uma série de intrigas contra mim, por ver o successo que eu faço na Associação, resistindo ao Amaro e chefiando o movimento do comércio contra a Prefeitura.

.... Ainda hoje o nosso vigoroso e grande escritor patricio A. T. falava, com evidente tristeza, das lutas intestinas e temiveis com que se procuram reciprocamente esraçalhar quasi todos os jornais do Rio. E' uma deplorável verdade, com que de resto só têm a perder os jornais, cujo prestigio assim se enfraquece devido ao esforço que para isso fazem os próprios que deviam ser os primeiros a querê-lo grande e cada vez mais forte perante a opinião.

... O nosso pretório está infestado de piratas ignorantes e a estes em geral é que mais sorri a fortuna profissional. Houvesse penas rigorosas contra os mercenarios que exploram com a justiça e os covardes não se atreveriam a polui-la. Nunca tivemos na menor consideração o pedido de falência da *Gazeta*; mas a nossa activa reportagem verificou que se trata de um caso sério e a gazeta não está de todo livre duma nova surpresa. Isso mesmo há de ter descoberto o *Correio da Manhã*, e nem outra explicação pode ter a enérgica publicação com que a nobresa de seus sentimentos repeliu a simples ideia de haver um

juiz capaz de tão monstruosa iniquidade. Não! seria para descrever de tudo e o caso de pedirmos também a falência moral das mais respeitáveis instituições da nossa pátria."



A lavagem e a esfregação continua ainda, enchendo colunas e colunas com os maiores desaforos aos homens mais representativos e respeitáveis, que a minha transcrição representa por maiúsculas que nem sequer são as iniciais dos nomes próprios que lá figuram por extenso. Mas não é preciso mais. A alma do jornalismo está aí inteirinha, de mandíbulas hiantes e insaciáveis. Pelo teor desta lavagem bem se pode fazer uma ideia do que seria a outra, que a provocou. Será preciso mais alguma coisa para caracterizar o jornalismo carioca? Não decerto. E não ficaram ali confessados pelos próprios jornalistas, que uns aos outros os atribuem, toda a espécie de patifarias e crimes que, praticados fora da trincheira do jornal, levariam á cadeia os seus autores?

Indubitavelmente. Mas como alindamento e retoque ao retrato e á autobiografia que acabamos de admirar, aqui vai, como nota final, mais um tópico doutra lavagem e esfregação jornalística, aparecida na *Gazeta de Noticias* de 21-6-918:

"Exemplo dessa espécie de gatunos é o Sr. comendador S., director do jornal em que outrora fulgiu a pena adamantina de Bocaiuva... 1º) S. roubou cerca de 1.200 contos ao Dr. Godinho; 2º) conseguiu 800 contos no Banco do Brasil e o Banco ficou sem o dinheiro... 3º) Lembra-se da campanha civilista? Aderiu á candidatura do marechal... e fartou-se de injuriar o Sr. Rui Barbosa... 5º) Organizou a grande patifaria da prata, de acordo com uma firma alemã; como o governo pensasse em rescindir esse contrato... pediu o apoio do governo de Berlim,

para que os canhões do cáiser obrigassem o Tesouro Nacional. 6º) ... que agora vive a lambar as plantas ao conselheiro R. Alves, publicou uma série de artigos contra o venerando brasileiro, nos quais dizia que a sua familia era pior que os Acioli do Ceará. 7º) ... atacava o Sr. Arrojado Lisboa; ... um belo dia conseguiu vender á Central 24 locomotivas e passou a defender o Sr. Arrojado... 8º) ... pegou fogo na sua arapuca e recebeu várias centenas de contos de seguros..."

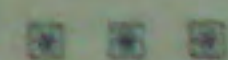
Basta! Basta! Mas estes factos demonstram também o prolóquio a que se refere Le Dantec num de seus grandes livros: "Corsaire à corsaire, l'un l'autre s'attaquant ne font pas leurs affaires."

III — A psicologia do jornalismo através dos grandes autores

A taboleta duma associação preistórica de moços da imprensa, segundo Nietzsche — Lima Barreto e as *Memórias do escrívão Isaias Caminha* — O que disseram do jornalismo A. Niceforo, Ibsen, Medeiros e Albuquerque, Mark Twain, Eça de Queirós, Astregésilo e Mário Pinto Serva.

Vejam agora como alguns dos maiores escritores nacionais e estrangeiros pintaram e descreveram a alma do jornalismo. E ouçamos em primeiro lugar Lima Barreto, o saudoso amigo de toda a gente, cujo romance *Memórias do escrívão Isaias Caminha* é o mais perfeito retrato da imprensa carioca. O estudo do grande escritor brasileiro não fica a dever nada, em minucia e exactidão, às *Illusões perdidas* de Balzac, nem às obras de Paulo Brulat sobre o mesmo tema. Note-se que a 1.^a edição da obra do grande evocador de almas da Comédia Humana era dedicada a Vitor Hugo, nela dizendo o autor que resolvera fazer essa devassa à vida do jornalismo para mostrar quem era, na realidade, a instituição que a si avocara tão extraordinários poderes na sociedade dos homens. Quando li, em 1910 ou 11, o livro de Lima Barreto, apressei-me a dar ao autor glorioso um abraço fraternal de felicitação, sabendo então, com surpresa, que elle desconhecia os trabalhos de Brulat. Mandei-lhe no dia seguinte *La faiseuse de gloire*, em que o nosso grande escritor pôde ver, applicados à imprensa parisiense, conceitos análogos aos que elle applicara tão justamente ao jornalismo carioca. Mas a obra de Lima Barreto é das mais perfei-

tas, sem exageros nem caricatura. Os "moço da imprensa" vivem nela a sua existência quotidiana, tôrva e sórdida. Quem conhece o meio jornalístico da época, como eu, que trabalhara oito anos justamente no jornal que serviu de modelo ao artista, vê levantarem-se daquelas páginas admiráveis os homens vivos e autênticos, com seus gestos e tiques peculiares; e por cima dos nomes exóticos do romance vai a gente, mesmo sem querer, lendo o nome dos piratas verdadeiros. Conta Nietzsche que uns cruzados, em caminho da Terra Santa, encontraram gravada no frontão dum templo em ruínas esta legenda: "Nada é verdadeiro; tudo é permitido." Ora, isto só podia ser a taboleta duma associação preistórica de jornalistas. Não há que ver. E o Eclesiastes tem, portanto, muita razão: *Nil novi sub sole*.



Excerptos do livro de Lima Barreto — *Memórias do escrívão Isaias Caminha*:

"A Imprensa! Que quadrilha! Fiquem Vs. sabendo que se o Barbarroxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua actividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido com o pirata antigo do que o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lança mão e um olhar seguro, uma adivinhação, ou faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência do senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem com que todas as manifestações da nossa vida colectiva dependam do seu assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a elles, adulá-los, chamar-lhes génios, embora intimamente os sintam-

mos parvos, imorais e bestas... Só se é geometra com o seu *placet*, só se é calista com a sua confirmação, e se o sol nasce é porque elles affirmam tal coisa... E como elles aproveitam êsse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis génios, de génios imbecis; trabalham para a selecção das mediocridades, de modo que...

— V. exagera, objectou Leiva. O jornal já prestou serviços.

— De certo... Não nego... Mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... E' um poder vago, subtil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e ausência da mais elemental moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o dominio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os govêrnos, os caracteres para os seus desejos inferiores... Não é fácil a um individuo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata... Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que saibam bem o que se deve fazer num jornal...

... Pelos longos anos em que estive na redacção do *Globo*, tive occasião de verificar que o respeito, que a submissão dos subalternos ao director de um jornal só deve ter equivalente na administração turca. E' de santo o que êle faz, é de sábio o que êle diz. Ninguém mais sábio e mais poderoso do que êle na terra. Todos têm por êle um santo terror e medo de cair da sua graça, e isto dá-se desde o continuo até o redactor competente em literatura e coisas internacionais.

Passando por entre as mesas, tal era a concentração das faces e o ar aterrado daqueles homens tão

arrogantes lá fora, tão sublimes na rua, que eu pensei que se fossem atirar ao chão para serem pisados por aquele novo deus, dando-me ali um espectáculo da India mística.

... Leporace era o secretário, arrogante como todo o jornalista, apesar de ser uma pura criação de Loberant. Formado, sem emprego, sem fortuna, sem *pistolões*, veio a encontrar-se com o Dr. Ricardo. Loberant gostou das sua submissão, do ar respeitoso com que era tratado pelo rapaz, daquela espécie de admiração muda pelo seu génio, que ninguém sentia, e começou a interessar-se por êle, dando-lhe sociedade na banca, arranjando-lhe clientes. Começou precisando d'êle para apoiar a sua pessoa, teve pena depois da sua cobardia, da sua inaptidão para *cavar*, acabando amando-o inteiramente. Quando fundou o jornal trouxe-o como redactor. Leporace foi aprendendo com os outros o officio e acabou secretário, sumidade em literatura e jornalismo, árbitro do mérito, distribuidor de génios e talentos — êle que nunca tivera o minimo gosto, a menor inclinação por essas coisas... Hoje é quasi uma celebridade...

... No curto prazo de uma semana o seu jornal atacou, elogiou e qualificou herói o ministro da guerra; e nenhum dos tres artigos saiu da sua pena; foram escritos à sua ordem por Adelermo Caxias, que se gabava de honestidade intellectual. Na redacção era assim: escrevia-se, mediante ordem do director, hoje contra e amanhã a favor.

... Durante o dia e as primeiras horas da noite, entrava toda a gente; militares, funcionários, professores, médicos, geometras, filólogos. Uns vinham á cata de elogios, de gabos aos seus talentos e serviços. Grandes sábios e activos parlamentares eu vi escrevendo os seus próprios elogios. O *leader* do govêrno enviava notas, já redigidas, denunciando os *cenchavos* politicos, as combinações, os jogos de

interesse das antecamaras ministeriais. Foi sempre coisa que me surpreendeu que amigos, homens que se abraçavam efusivamente, com as maiores mostras de amizade, vinham ao jornal denunciar-se uns aos outros. Nisso é que se alicerçou o *Globo*; foi nessa divisão infinitesimal de interesses, em uma forte deminuição de todos os laços morais. Cada qual mais queria; ninguém se queria submeter nem esperar; todos lutavam desesperadamente, como se estivessem num naufrágio. Nada de cerimónias, nada de piedade; era para a frente, para as posições rendosas e para os privilégios e concessões. Era um galope para a riqueza, em que se atropelava a todos, os amigos e os inimigos, parentes e estranhos.

.... Dai a receptividade do público por aquela espécie de jornal, com descomposturas diárias, pon-do abaixo um grande por dia, abrindo caminho, dando esperanças diárias aos desejosos, aos descontentes, aos aborrecidos. E os outros jornais? Nos outros o suborno era patente; a protecção às negociações dos dominantes não sofria ataques; não demoliam, conservavam, escoravam os que estavam.

.... Havia na redacção farejadores de escândalos; um para os públicos, outro para os particulares. Este era o mais interessante. Tinha uma imaginação doentia, inventava, criava crimes. Eram cárceres privados, enterramentos clandestinos, incestos, tutores dolosos, etc. Porém os grandes escândalos, os grossos, as ladroeiras públicas eram denunciadas pelos próprios funcionários desgostosos, por políticos pedineções e não satisfeitos e pelos próprios subornados.

.... Oh! A vaidade dos homens da imprensa é imensa! Todos eles se julgam com funções excep-cionais, proprietários da arte de escrever, acima de todo o mundo. Não reconhecem que são como um empregado qualquer, funcionando automaticamente e burocráticamente e que uma noticia é feita com

chavões tão evidentes como os da redacção official. Quasi todos os repórteres e burocratas dos jornais desprezam a literatura e os literatos. Não os grandes nomes vitoriosos, que elles veneram e cumulam de elogios, mas os pequenos, os que principiam. Estranha ignorancia de quem, por intermédio dos artigos dos que sobem copia os processos dos romancistas, as frases dos poetas e deturpa os conceitos dos historiadores, mutilando-lhes o estilo com uma habilidade simiesca...

.... Não há repartição, casa de negócio em que a hierarquia seja mais ferozmente tiranica. O redactor despreza o repórter, o repórter, o revisor; este por sua vez o tipógrafo, o impressor, os caixeiros do balcão. A separação é a mais nitida possível e o sentimento de superioridade, de uns para outros é palpável, perfeitamente palpável. O director é um deus inacessível, caprichoso, espécie de Tupã ou Júpiter Tonante, cujo menor gesto faz todo o jornal tremer. Para sciência dos povos, porém, aquilo é *uma tenda de trabalho onde mourejam irmãos*...

.... No meio daquelle fervilhar de ambições pequeninas, de intrigas, de hipocrisias, de ignorancia e filáucia, todas as coisas que eu amara vinham ficando deminuidas e desmoralizadas. Além do mecanismo jornalístico, que tão de perto eu via funcionar, a politica, as letras, as artes, o saber — tudo o que tinha suposto até aí grande e elevado, ficava apoucado e achincalhado.

.... Dois meses antes era simples continuo, limpava mêsas, ia a recados de todos; agora, poderosas autoridades queriam as minhas relações e a minha boa vontade. E toda essa modificação ao meu viver, viera-me do suicidio do Floc. Tendo surpreendido na casa da Valentina, em plena orgia, o terrível director, vexei-o. Nos primeiros dias elle nada me falou; mas já me olhava mais, considerava-me, preo-

cupava-o no seu pensamento. Breve me fez perguntas de boa amizade; bem cedo, porém, graças à bondade com que me tratava, as ampliei até à confiança.

... A' vista disso, à vista dessa incompetência para julgar, da ligeireza e dos extraordinários resultados que obtinham com tão fracos meios, impondo os seus prestígios, os seus favoritos, fiquei tendo um imenso desprezo, um grande nojo por tudo quanto locava às letras, á politica, á sciência, acreditando que todas as nossas admirações e respeitos não são mais que sugestões, embustes e ilusões de meia dúzia de incompetentes que se apoiam e se impuseram à credulidade pública e à insondável burrice da natureza humana."



O sábio autor da *Antropologia das classes pobres*, Alfredo Niceforo, notável criminalista e sociólogo, terminou com as seguintes palavras um minucioso estudo em que há anos descreveu o jornalismo como uma nova forma de banditismo:

"Sendo a estrutura do jornalismo moderno um facto largamente criminoso, encontram-se nos circuitos jornalísticos do jornalismo militante toda uma espécie de criminosos, que a psicologia e a antropologia criminais já sábiamente estudaram e definiram. Está em primeiro plano — para começar a enumeração — o *criminoso nato*, isto é, o homem que por uma condição degenerativa orgânica e psíquica trazida do berço, tem completamente atrofiado o senso moral, ou não o possui absolutamente, e é atraído de modo irresistível para acções violentas ou dolosas, que se acham em franco contraste com a moral social e colectiva. E' incontestável que muitos destes tipos escolheram o jornalismo para campo de sua actividade. Aqui é um verdadeiro la-

drão, que consigo trouxe por muito tempo a gazua, que roubou antes e durante a sua carreira jornalística, que estadiou na antecâmara dos ministros, que tomou assento nos seus banquetes, que soube assumir ascendência sobre eles e que passou algum tempo no cárcere; todavia — ou talvez por isso mesmo — dirige por fim um grande jornal e guia das suas colunas a opinião pública; é o porta-voz das classes dirigentes e um poderoso esteio do governo. Ali, outro degenerado, que teve de fugir do distrito em que se achava, porque a gente do lugar não estava disposta a ter de receber um dia a visita dos anjos do Senhor, como succedeu a duas famosas cidades bíblicas, e que, à frente dum jornal, representante da flor do bom senso, achincalhava diariamente Fulano e Beltrano para, dêsse modo, chamar sobre si a atenção pública. Escreve e insulta para, em seguida, fazer falar as pessoas que insultou e que são sempre gente notável no mundo scientifico e literário ou politico, entabulando-se assim uma polémica, que é para êle uma espécie de orquestração recheada de pancadas de bombo. Outro ainda, degenerado até aos musculos e nos ossos oculares, torto da raquidea — escritor radical um dia — oferece ao governo o seu jornal e vive á sombra da gazeta como o rufião á custa da mulher, não trazendo sobre si um único botão que não haja sido comprado com dinheiro indignamente obtido. No balanço da sua vida não tem um só acto que não seja reprovável — tendo com artigos levantado a mão até contra pessoas de sua familia — mas guia a opinião pública das colunas do seu jornal e tem a prerrogativa de ostentar a nota criminoso em todos os actos da sua vida — como filho, como marido, como pai (digo pai em homenagem ao axioma romano: *pater his est quem nuptiae demonstrat*).

... Apesar de tudo isto, entretanto, não devemos deixar de reconhecer a influencia benéfica que o

jornalismo, mau grado a sua faceta criminosa, exerce sobre a sociedade. O jornalismo, embora sirva de canal a uma derivação do grande rio da criminalidade, contém em si numerosas vantagens e a abolição, se tal fôsse possível, por um milagre de vara mágica, é preferível que êle viva tal como está.

Embora de faceta criminosa como é, o jornalismo pode fazer e faz coisas boas. E' um mal, mas contém em si o bem. Uma intelligência muito fina, que dirige uma das maiores revistas francesas, respondia-me sorrindo: — Sim, faz bem, mas sem o querer.

A observação é justa, sem dúvida, mas não nega o facto: o jornalismo moderno, embora seja em grande parte uma forma actualizada e enlucada do banditismo, ainda contém em si algum bem. E' êle, de certo modo, como o clássico Nilo: inunda e devasta, mas deixa atrás de si, ao retirar-se, um limo que fecunda a terra e anima a vida."



O entrecho da peça de Ibsen — *Um inimigo do povo* — que eu traduzi há uns vinte anos, com todo o entusiasmo da juventude idealista, é o seguinte:

O Dr. Stockmann, director dum estabelecimento termal, para onde se dirigem doentes de toda a parte, em busca de alívio, após suspeitas e pesquisas sobre a pureza das águas, que desconfia estarem poluídas pelos encanamentos de esgoto da cidade, mal construídos, remeteu a um laboratório da capital uma amostra da referida água para definitiva análise e aguarda ansioso a resposta. Entretanto, a época principal das termas aproxima-se, sem que o director mande para o jornal da terra os costumados artigos-reclamos sobre as maravilhas medicinaes das termas. O prefeito da cidade, que é presidente da empresa e irmão do Dr. Stockmann, interpela êste

sobre o caso e ao saber das pesquisas do director e dos escrúpulos consequentes, reprobra tais "fantasias" e exige sem demora a publicação-reclamo. Mas o resultado da análise do laboratório chega nesse momento e confirma inteiramente as suspeitas do Dr. Stockmann: as maravilhosas águas estão poluídas por dejectos dos esgotos da cidade. A empresa, constituída pelos capitalistas e conservadores, gente sem "fantasias", reune-se para resolver. Por proposta do presidente vai-se fazer tudo pela metade, pois que as obras requeridas arruinariam as finanças da cidade; e o Dr. Stockmann é emprazado a fazer publicar os reclamos do costume para atrair de toda a parte os pobres enfermos.

O médico revolta-se e reage contra a torpeza. Pois não tem êle ao seu dispor o *Jornal do Povo*, órgão liberal, que vive em opposição ao prefeito e aos plutocratas da terra? Aceita o desafio e apresta-se para a luta, que é em prol da verdade. Os homens do jornal apoiam entusiásticamente o Dr. Stockmann, que é uma espécie de chefe moral do partido e sua figura principal, mas antes da saída da edição em que o médico poria em pratos limpos toda a questão, irrompe pelo jornal dentro o prefeito e outros tubarões da finança e fácilmente "convencem" os jornalistas a desautorar o Dr. Stockmann, cujas "fantasias" arruinariam a cidade. O médico é logo desamparado, obrigado a deixar a casa onde mora e privado de toda a espécie de crédito; mas não desiste de proclamar a verdade.

Prosseguindo na sua luta em prol da humanidade, o Dr. Stockmann obtém uma sala, numa casa velha e meio abandonada dum capitão de navio, para realizar uma conferência sobre a questão das águas. Mas pelo *Jornal do Povo*, que era inda há pouco o seu órgão, já o público fôra avisado de que o medico enlouquecera e estava tomado da fúria de arruinar a cidade; o marujo que cedera a sala viu-se logo

alvejado por ataques e perseguições de toda a espécie; mas à hora da conferência lá aparecem os jornalistas democratas de parceria com os ricos conservadores, afim de tapar a boca ao Dr. Stockmann. Vendo-se impedido de falar sobre a questão das águas, o paladino da verdade diz que não tocará nesse ponto, mas que tem a comunicar aos seus concidadãos uma grande descoberta que fizera; e profere então os vigorosos conceitos sociais e filosóficos que constituem o seu individualismo aristocrático. A assembleia acaba apupando-o como inimigo do povo. Organiza-se logo uma manifestação patriótica para á noite apedrejar a sua casa. E aí temos a causa da verdade e da justiça vilmente atraçoada pelos mercenários do jornalismo!

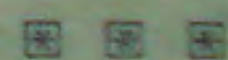


Num artigo do grande escritor Sr. Medeiros e Albuquerque há os seguintes expressivos conceitos sobre o jornalismo carioca:

“Todos sabem que a nossa imprensa cultiva a calúnia e a injúria de um modo sistemático. Raros são os jornais que escapam a esse sistema. Há mesmo uma particularidade interessante: o insulto supremo é o do amor ao dinheiro: furto, roubo, venda da consciência. Desde que um jornalista está em ligeiro desacôrdo com outro, começa por chamá-lo ladrão. Ladrão — é o menos que se pode dizer de um confrade que diverge do outro sobre qualquer assunto político ou literário. Se, por exemplo, um dos dois acredita que há habitantes na Lua e outro pensa que isso é absurdo, essa opinião contrária recebe logo o merecido castigo: o contraditor está vendido. Vendido a quem? — Não importa saber. Seja a quem for, está vendido.

O amor excessivo ao dinheiro é uma fonte de actos indignos. Mas há coisas ainda mais indignas, embo-

ra feitas sem interesse pecuniário: a inveja, a calúnia, o ódio. A imprensa brasileira simplificou a escala dos maus sentimentos, elevando uns e rebaixando outros: tudo é ladroeira, todos são mais ou menos ladrões. Um jornalista profissional acaba muito rapidamente por habituar-se ao que é, no fim de contas, uma questão de técnica e vocabulário, absolutamente destituída de importância. Em geral, as crianças chamam feio àquele que lhes causa qualquer contrariedade. Não há nessa palavra nenhuma apreciação estética sobre a beleza das pessoas. Um jornalista brasileiro, nas mesmas condições, chama o confrade ladrão! E assim se verifica que este grosso palavrão equivale absolutamente àquela palavrinha inocente das crianças que se zangam. Mas, às vezes, uma pessoa insultada, quereria provar sua inocência. A prova perante os tribunais judiciais é um processo quasi sempre ineficaz: depende em geral mais de habilidade processual dos advogados que do fundo da questão. A constituição de tribunais de honra seria talvez o remédio para os casos até agora sem êle.... E assim, a questão se julga simples e sumariamente. Talvez ainda se encontrem no Brasil vinte ou trinta pessoas que não sejam ladrões e em que o jornalismo brasileiro pudesse confiar para constituir a lista dos membros dos seus tribunais de honra. E seria uma instituição útil, no meio do transbordamento geral de calúnias e injúrias, que tanto macula a nossa imprensa.”



O Sr. Dr. A. Astregésilo, grande médico e grande escritor, tem num dos seus artigos da Noite os seguintes tópicos:

“Alguns jornais brasileiros, conhecendo o público que possuem, habitualmente amador de escândalo, permitiram que se lhes intromettessem no seio pa-

pões literários, isto é, profissionais em achincalhamentos, destruidores infelizes de personalidades salientes, e ironistas de baixo quilate. O método empregado pelos tais duendes é facilimo, pois impressionam pelo terror, pelo processo da má-língua.

... "Cabe também aqui um comentário da excelente conferência que acerca da imprensa e da critica fez o Sr. Carlos de Laet, ao citar os muitos desfavores que delas recebera. Refere o facto de haver sido acerbamente atacado por um dos criticos mais em moda do momento; tivera um companheiro vitima das aggressões: o Sr. Machado de Assis!"



Eça de Queirós, o genial artista da palavra, diz o seguinte sobre o jornalismo na carta 15^a da *Correspondência de Fradique Mendes*:

"Meu caro Bento — A tua ideia de fundar um jornal é daninha e execrável. Lançando, em formato rico, com telegramas e crónicas, uma outra "dessas folhas impressas que aparecem todas as manhãs", como diz tão assustada e pudicamente o Arcebispo de Paris, tu vais concorrer para que no teu tempo e na tua terra se aligeirem mais os juizos ligeiros, se exacerbe mais a Vaidade e se endureça mais a Intolerância — eis tres negros pecados sociais que, moralmente, matam uma sociedade! E tu alegremente te preparas para os atigar. Inconsciente como uma peste, espalhas sobre as almas a morte. Já decerto o Diabo está atirando mais brasas para debaixo da caldeira de pés em que, depois do Julgamento, recozerás e ganirás, meu Bento e meu réprobo!

Não penses que, moralista amargo, exagero, como qualquer S. João Crisóstomo. Considera antes como foi incontestavelmente a Imprensa que, com a sua maneira superficial, leviana e atabalhoada de

tudo afirmar, de tudo julgar, mais enraigou no nosso tempo o funesto hábito dos juizos ligeiros. Em todos os séculos decerto se improvisaram estouvadamente opiniões: o Grego era considerado e gárrulo; já Moisés, no longo Deserto, sofria com o murmurar variável dos Hebreus; mas nunca, como no nosso século apressado, essa improvisação impudente se tornou a operação natural do entendimento. Com excepção de alguns filósofos escravizados pelo Método, e de alguns devotos roídos pelo Escrúpulo, todos nós hoje nos desabituíamos, ou antes nos desembaraçamos alegremente do penoso trabalho de verificar. E' com impressões fluidas que formamos as nossas maciças conclusões. Para julgar em politica o facto mais complexo, largamente nos contentamos com um boato, mal escutado a uma esquina, numa manhã de vento. Para apreciar em Literatura o livro mais profundo, atulhado de ideias novas, que o amor de extensos anos fortemente encadeou — apenas nos basta folhear aqui e além uma página, através do fumo escurecedor do charuto. Principalmente para condenar, a nossa ligeireza é fulminante. Com que soberana facilidade declaramos: — "Este é uma besta! Aquele é um maroto! Para proclamar: — "E' um génio!" ou "E' um santo!" oferecemos uma resistência mais considerada. Mas ainda assim, quando uma boa digestão ou a macia luz dum céu de maio nos inclinam à benevolência, também concedemos bizarramente, e só com lançar um olhar distraído sobre o eleito, a corôa ou auréola, e aí empurramos para a população um maganão enfeitado de louros ou nimado de raios. Assim passamos o nosso bendito dia a estampar rótulos definitivos no dorso dos homens e das coisas. Não há acção individual ou colectiva, personalidade ou obra humana, sobre que não estejamos prontos a promulgar rotundamente uma opinião bojuda. E a opinião tem sempre, e apenas por

base aquele pequenino lado do facto, do homem, da obra, que perpassou num relance ante os nossos olhos escorregadios e fortuitos. Por um gesto julgamos um carácter: por um carácter avaliamos um povo. Um inglês, com quem outrora jorneeei pela Ásia, varão douto, colaborador de Revistas, sócio de Academias, considerava os Franceses todos, desde os senadores até os varredores, como "porcos e ladrões"... Porque, meu Bento? Porque em casa de seu sogro houvera um escudeiro, vagamente oriundo de Dijon, que não mudava de colarinho e surripiava os charutos. Este inglês ilustra magistralmente a formação escandalosa das nossas generalizações.

E quem nos tem enraizado estes hábitos de desoladora leviandade? O jornal — o jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que rompem pela redacção, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre todas as coisas da Terra e do Céu. Que se trate duma revolução do Estado, da solidez dum Banco, duma Magica ou dum descarrilamento, o rabisco da pena, com um traço, esparrinha e julga. Nenhum estudo, nenhum documento, nenhuma certeza. Ainda este domingo, meu Bento, um alto jornal de Paris, comentando a situação económica e política de Portugal, afirmava, e com um aprumado saber, que "em Lisboa os filhos das mais illustres famílias da aristocracia se empregam como *carregadores da alfandega*, e no fim de cada mês mandam receber as soldadas *pelos seus lacaios!*" Que dizes tu aos herdeiros das casas históricas de Portugal, carregando pipas de azeite no cais da alfandega, e conservando criados de farda para lhes ir receber o salário? Estas pipas, estes fidalgos, estes lacaios dos carregadores, formam uma deliciosa e quimérica al-

fandega, que é menos das Mil e uma Noites, que das Mil e uma Asneiras. Pois assim o ensinou um jornal considerável, rico, bem provido de Enciclopédias, de Mapas, de Estatísticas, de Telefones, de Telégrafos, com uma redacção muito erudita, pingüemente remunerada, que conhece a Europa, pertence à Academia das Sciências Morais e Sociais, e legisla no Senado! E tu, Bento, no teu jornal, fornecido também de Enciclopédias e de Telefones, vais com pena sacudida lançar sobre a França e sobre a China e sobre o desventurado Universo que se torna assunto e propriedade tua, juízos tão sólidos e comprovados como os que aquela bendita gazeta arquivou definitivamente àcerca da nossa alfandega e da nossa fidalguia..."



O famoso humorista americano Mark Twain fez do jornalismo uma critica viva e desopilante, numa novela intitulada *Como eu me tornei editor dum jornal agricola* (How I become the editor of an agricultural paper). Desta obra extraiu o Sr. Gabriel Timmory uma peça que fez rir os espectadores do teatro Grand Guignol de Paris e, por fim, os leitores do *Je sais tout*. Eis um dialogo expressivo:

"— Pois retomai o vosso jornal! Mas quem foi que lhe disse que era preciso saber alguma coisa para escrever num jornal? Meu barba de bode! Quem é que faz os artigos sobre finanças? Gente sem vintem no bolso. Quem sustenta as campanhas antialcoolicas? Uma sucia de hebedos. Quem disserta sobre questões militares? Uns aleijados que nunca puseram os pés numa caserna. Quem redige os jornais de agricultura? Uns imbecis... E é o senhor que ousa fazer-me observações sobre o *métier* de jornalista! Pois fique sabendo que quanto menos competente é um homem, mais fama e dinheiro elle ganha!

... Sim, talvez os vossos leitores habituais, os agrónomos, os cultivadores nos abandonassem. Mas que idiota acha sempre o seu público; e quanto mais idiota éle é, mais numerosos são os seus leitores. Fazer um jornal com bom senso, com gosto, com inteligência, com espirito, seria a falência imediata. Olhe em volta de si: que é que se faz na imprensa? Explora-se clinicamente a injúria, a cupidez, todas as baixas paixões humanas. Instauram-se inquéritos absurdos, concursos ineptos. Vendem-se folhetins disparatados e grosseiros e é um successo! Ai está como eu compreendo o jornalismo! Se o senhor me deixasse ficar aqui, eu o tornaria millionário, seu espiga de milho!"



A Imprensa no Brasil actual — Artigo do notável jornalista Sr. Mário Pinto Serva, inserto no *Estado de São Paulo*:

"Para fixar com precisão a fisionomia moral da época que atravessamos no Brasil, na realidade dos seus traços, é mister esboçar a situação exacta da imprensa nacional. Melhor que qualquer outro fenómeno, a imprensa denuncia a situação moral e social do país, reflecte o pensamento da época, revela o estado psiquico colectivo, exterioriza a elaboração das ideias latentes no meio. A imprensa é a emanação, a representação, a exposição da vida nacional. Ela exterioriza tudo que se passa no espirito público, porque é ella que elabora a opinião pública, pela acção e reacção das opiniões individuais.

Numa sociedade cuja evolução se processa normalmente, numa sociedade que se norteia em rumo firme para o futuro, numa sociedade que quere pro-

gredir e trabalha energicamente para isso, a imprensa constitue uma força moral orientando seguramente os povos no caminho do bem, da justiça, do desenvolvimento colectivo. Assim, a imprensa é quasi o cérebro colectivo, preenchendo a função de elaborar o pensamento nacional. Em que estado se acha o nosso cérebro colectivo? A imprensa no Brasil actual será um elemento de progresso ou, ao contrario, é um factor de deturpação da opinião, subordinado a interesses mercantis, propinando ao país o veneno da doutrinação maquiavêlicamente ditada pelos interesses da bolsa?

No centro do país, no meio onde se decidem os destinos nacionais, onde se elabora a consciência colectiva, na capital, a grande imprensa não constitue senão uma indústria parasitária, forçada a subordinar-se a estes ou àqueles interesses que a subsidiam e lhe possibilitam a existência, impossivel de manter-se por outra forma, na precariedade das condições actuais, complicada com a exiguidade do número dos leitores. No nosso país a imprensa é, assim, o veículo de opiniões tendenciosas, é a contrafacção da opinião nacional, é a falsificação da consciência colectiva, servindo para aumentar a confusão e a anarquia do espirito público. Onde o jornalista que doutrine sobre todos os problemas nacionais calma e serenamente, indiferente aos governos e tendo em vista apenas o interesse público?

Um país orienta-se pelo que lê. Um país em que os grandes jornais não podem manifestar-se sobre os supremos interesses nacionais de acordo tão somente com os ditames da consciência e do patriotismo, esse país não tem opinião nem orientação, caminhando ao acaso dos interesses particulares que empolgam os órgãos da opinião pública. Não sendo o Brasil um país de grandes acumulações de capital em indústrias, é claro que a grande imprensa brasi-

leira tem que ir buscar a sua sustentação nos tesouros públicos, servindo aos interesses dos detentores do poder, prestando-se a incensá-los e recomendá-los, quem quer que eles sejam, á Nação como grandes estadistas, embora arruinem o país ou o conduzam fatalmente á dissolução. Por isso quasi desapareceu do Brasil o tipo do jornalista doutrinador, são, consciante, votado ao interesse público, aplicado aos problemas nacionais, olhos fitos na grandeza da Pátria, esclarecendo a opinião pública desinteressadamente, e incapaz de cortejar os dominadores do dia.

O público brasileiro, quando depara com um artigo de fundo em qualquer jornal, versando uma questão política, económica ou financeira, imediatamente excogita qual o interesse mercenário que o ditou, qual a personalidade politica dispondo do Tesouro que se procura servir ou qual a candidatura em jogo. Dir-se-ia que a moral do jornalista brasileiro presente é a mesma de Aretino. Ai de quem lhe provocar as cóleras, não lhe comprando os elogios!

E é essa quasi a escola em que se forma toda a nossa geração nova de jornalistas; é nela que se educam os que amanhã vão orientar o espirito público e dirigir a opinião nacional na solução dos problemas do país. Há jornalistas que se atiram como lobos sobre reputações determinadas, para se calarem apenas a vítima se prontifica a entrar em acôrdo, mandando pagar com dinheiro do Tesouro a soma combinada. O jornalista politico, exclusivamente votado ás suas convicções, escrevendo em obediência ao imperativo da sua consciência, esse não tem nem pode ter colocação na imprensa brasileira. Chamam-no poeta, é apontado como um incapaz na luta pela existência, um degenerado, um anormal, e, por último, arrogam-se o direito inquisitorial de mutilar-lhe o pensamento. Ao contrário, o jornalista malabarista, capaz de escrever indiferentemente a favor

desta ou daquela causa, capaz de com o mesmo calor atacar ou defender a quem quer que se lhe designe, esse é um instrumento precioso na imprensa brasileira. Há jornais da grande imprensa brasileira, jornais interpretes do pensamento governamental, dirigidos e orientados pelos mais completos exemplares do cinismo ao serviço da rapacidade mais voraz. Em S. Paulo fundam-se jornais para viverem fiados exclusivamente no auxilio official, a deitarem artigos de fundo em que apenas se comentam os actos governamentais, todos elevados á categoria de actos beneméritos e salvadores da Pátria. Paralelamente á espécie de jornalistas do artigo campanudo e laudatório, há outra — a dos eunucos. Estes são os dos órgãos declaradamente officiais. Nesta espécie de jornalistas, a faculdade do raciocínio e do pensamento foi amputada, a grande virtude é a do silêncio, de longe em longe quebrada solenemente para dar lugar a declarações pesadas, medidas, contadas, anódinas, em que se louva o acerto, a prudência, o patriotismo e a elevação de todos os actos e toda a politica dominante, apontando-se á execração pública, como *anarquistas e demolidores*, todos quantos ousam discordar de determinados individuos que, por sorte ou protecção, têm uma parte de poder. Ai de quem puser em dúvida o dogma da infalibilidade governamental!

Pergunta-se agora — é inpatriotismo frisar, constatar e pôr a nu tais factos, que ocorrem no nosso país, evidentes, palpáveis, berrantes? Não. Um doente não pode curar-se iludindo-se ou procurando desconhecer a moléstia que o mina. Se quiser curar-se precisa conhecer a natureza exacta e a extensão real da lesão que o ataca. Do contrário o mal não fará senão alastrar-se e progredir, acabando por tirar a existência ao enfermo. Procurar desconhecer a verdade é o mesmo que usar vidros que mudem o co-

lorido das coisas ou que lhes invertam a imagem na retina. Enquanto a imprensa nacional permanecer na situação actual, o povo brasileiro viverá mergulhado em um antro sombrio e escuro, a tactear nas trevas, sem encontrar o caminho que o conduza a dias mais felizes e tranquilos."

IV — Como se forma, explora e mistifica a opinião pública

Os suggestionadores das multidões — Como se cria e forma uma opinião inabalável — Um ajuntamento casual é facilmente convertido em multidão criminosa — P. Serva conta como foram apupados e apedrejados Osvaldo Cruz, Rodrigues Alves, Campos Sales e outros grandes do Brasil — O que é a escumalha da população carioca segundo o Sr. Veiga Miranda — A psicologia colectiva conforme Sighele, Rossi e Le Bon.

É-nos indispensável dizer alguma coisa da psicologia colectiva ou das multidões, para mostrar a matéria, o campo sobre o qual impera e donde tira toda a sua força o jornal. Conforme a definição de Pascual Rossi (*Os suggestionadores das multidões*), o jornalista é um perfeito *meneur*, ordinariamente *mediato*, quando actua por meio de artigos, e não raro *imediate* também, com redobrado prestígio, quando na praça pública repete às turbas o que publicou na gazeta. E é um facto quotidiano este, de vir para a rua o jornalista escorar, proclamar, disfarçado na multidão e dela fazendo realmente parte como animador, as questões que discute na sua folha e representam o seu negócio. O jornal diz, por exemplo, que o ministro F. atraiçoou ou roubou a nação; que o negociante B açambarca tais e tais géneros para matar o povo à fome; que o estrangeiro X injuriou o Brasil em livro ou jornal e que o povo deve protestar enérgicamente contra esses miseráveis. Nestas afirmações peremptórias, o jornal explora os preconceitos e paixões vulgares da turba, açulando o seu ódio; mas sabe que toda a sua verborragia ficaria inócua se elle não fizesse mais alguma coisa, pois o jornalista tem a noção intuitiva de

que a turba é uma besta indolente e lerda, que só a poder de chicote levanta a tromba enfurecida. Assim, anuncia logo em seguida que para tal dia, a tal hora, em determinada praça ou salão, está marcado um comício, promovido por estudantes ou operários, conforme o caso, afim de apreciar o facto denunciado e lavrar seu protesto. No dia e á hora marcados lá está o jornalista para ver e contar os sucessos; e os curiosos começam a parar, para ver, á espera dos oradores. Os comentários começam a ferver e as paixões exaltam-se com a impaciência e demora dos oradores. A certa altura, o jornalista, se não é tambem estudante ou operário, arranja quem fale em nome destes illustres anónimos e imaginários promotores do comício. E após a repetição das afirmações do jornal, que a maior parte dos presentes não leu, lança a ideia que põe em acção a turba: — Vamos apedrejar a casa de Fulano ou Beltrano; vamos visitar as redacções dos jornais para pedir o castigo dos culpados! E a procissão lá segue, ruas fora, aos gritos, aumentando sempre em volume e tumulto, até que, ao chegar á porta do jornal ou jornais promotores da campanha, o jornalista vem á sacada e, qual domador de feras já um pouco cansadas de serem exibidas na jaula, estala no ar o chicote da verbosidade, azorraga a cara da bicha até a enfurecer e pôr aos pinotes de raiva. Dá-se então o phenomeno que Euclides da Cunha magistralmente descreveu como o estoiro da boiada. Começam uns a correr atrás dos outros, como doidos, a vociferar, sem saber bem porque. Esta é uma das maneiras como se forma a opinião pública e um dos milagres pelos quais se converte em multidão criminosa e feroz um ajuntamento casual de pessoas indiferentes e pacificas. E' por uma destas escamoteações da verdade que, como disse num dos seus apreciados artigos o Sr. Mário Pinto Serva: — “Os mais patrióticos e integros governantes do Brasil, Campos Sales, Rodri-

gues Alves, Osvaldo Cruz, têm tido no Rio uma impopularidade completa. Osvaldo Cruz, a mais pura glória nacional, um dia, nas ruas do Rio, foi obrigado a fugir e esconder-se numa casa comercial, para não ser morto pela populaça da capital, amotinada, contra o grande sábio brasileiro, pelo jornalismo carioca, que para viver precisa servir os baixos instintos da escória carioca.”



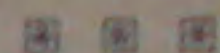
Mas detenhamo-nos um instante na caracterização do ambiente moral da turba carioca, desse famoso “respeitável público”, como dizem os palhaços no circo, para vermos quem dá força ao jornalismo. E fale ainda o Sr. Pinto Serva, no mesmo artigo de que acima demos um tópico, e que tem autoridade bastante:

“A capital da República é um pandemónio de burocracia, parasitismo, militarismo, ociosidade e cabotinagem.” . . . “o Rio é o escoadouro do rebutaiho dos outros Estados, que para ali exportam os seus piores elementos. Todos os naufragos da existência, todos os piratas sociais, todos os malandros do país inteiro para ali vão constituir aquele ambiente cafagestal, dominado por *uma imprensa de piratas*, a que rerem impor ao Brasil inteiro. . . A multidão cafagestal tem os piores instintos e sentimentos. E' colossal o número de cafagestes e cabotinos no Rio. E esses cafagestes e cabotinos constituem o ambiente do Rio e a opinião pública da capital, manejada por *uma imprensa que é a pior das Messalinas*. A imprensa do Rio para viver precisa ou explorar os governos ou a multidão cafagestal e para isto dar carne ás feras, açular os descontentamentos permanentes da escória da população e, portanto, cuspir todos os insultos e todas as afrontas sobre os governantes, sem o que não satisfaz o populacho, sedento de descom-

posturas. Não há ambiente moral pior que esse. A facilidade dos costumes, a corrupção dos caracteres, a deliquescencia dos laços da família constituem as características do ambiente do Rio."

Ouçamos agora o Sr. Dr. Veiga Miranda, grande jornalista e ex-ministro da Marinha, num artigo inserto no *Correio Paulistano*:

"Um dos estribilhos mais estafados por esses jornais agitadores é o da falta de casas para operários. De facto, quem percorre o Rio não pode fugir á sensação de que a maior parte da população vive ao relento. Há, porém, duas ponderações a fazer: Primeira: nem toda essa gente se pode chamar "operários", chamar-se-á com muito maior verdade vagabundos. Segunda: se faltam habitações no Rio, há em outros lugares, pelo Brasil, abrigos confortáveis para quantos os procuram. Só no Estado de S. Paulo contam-se cerca de quarenta mil casas vazias nas colonias das fazendas! Dessas inocentes constatações resulta um programa de governo, programa de alcance moral, económico e sanitário: o descongestionamento das cidades em favor dos campos. Feliz o dia em que se incendiassem todas as infames habitações colectivas do Rio de Janeiro, os cortiços, as avenidas, os porões infectos, os casebres do morro da Saúde, deixando sem teto a multidão ociosa e famulenta que neles fermenta vícios, molestias e devassidão." "Espectáculo nauseante do que vai por esses antros miseráveis depara-se-nos pelo carnaval. Escorre para a Avenida, sob a forma de grupos e cordões, esse detrito de Suburra: Mulheres esqueléticas, crianças maltrapilhas, marmanjos sevandijas, tudo a saracotear, cantando coisas bárbaras e estendendo a mão á caridade, numa supplica de esmolas que se torna revoltante pelo impudor cinico, pelo bestial arreganho em que a sensualidade se derrama sobre os andrajos."



Mas sondemos um pouco mais a alma da turba.

Diz S. Sighele: "Uma multidão — escreve Tarde — é um amontoado de elementos heterogêneos, desconhecidos uns dos outros; no entanto, logo que uma faísca de paixão scintila de um deles, electriza essa amalgama, produzindo-se-lhe uma espécie de organização súbita, de geração espontânea. Essa incoerência torna-se coesão, esse ruido torna-se voz e esse milhar de homens apertados uns contra os outros não forma, em breve, senão um só e único animal, uma fera anónima e monstruosa, que caminha para o seu objectivo com uma irresistivel fatalidade. A maioria acorreu por pura curiosidade, mas a febre de alguns apoderou-se rapidamente dos corações de todos e em todos sobe ao delirio. Aquele que acorrera precisamente para se opor ao assassinio dum inocente, é dos primeiros empolgados pelo contágio homicida e, o que é mais, nem pensa em se admirar disso.

.... "Toda a gente sabe e sente, por experiênciam, que o exemplo dum homem perverso ou louco pode arrastar a multidão ao crime. A psicologia colectiva é fertil em surpresas: cem, mil homens reunidos podem cometer acções que nenhum dos cem ou dos mil teria cometido estando só, mas estas surpresas são quasi sempre dolorosas. De uma reunião de homens bons não se obterá quasi nunca um resultado excelente; obter-se-á muitas vezes um resultado mediocre, algumas vezes até um resultado muito mau. A multidão é um terreno em que o micróbio do mal se desenvolve facilmente, ao passo que o micróbio do bem morre quasi sempre, por não encontrar condições de vida.

.... "Há na multidão uma tendência oculta para a ferocidade, que constitue — posso dizer assim —

o facto organico, complexo das suas futuras manifestações; e esse factor (como o factor antropológico no individuo) pode seguir uma direcção boa ou má, conforme a ocasião e conforme a sugestão que lhe é imposta pelas condições exteriores. . . . Há todavia a seguinte particularidade: a *ocasião*, isto é, a palavra ou o grito de um homem tem, perante a multidão, uma importancia infinitamente superior à que ela tem perante um só homem. O individuo isolado — na sociedade, no estado normal — é sempre, mais ou menos, uma matéria pouco inflamável; aproximem dele uma mecha; arderá mais ou menos lentamente e talvez se extinga. A multidão, pelo contrario, está sempre como a pólvora seca: se aproximam dela a mecha, a explosão não pode deixar de dar-se. A *ocasião* tem, portanto, na multidão, o *terível do irreparável*.

. . . . "Quantos não há que, numa sublevação popular, gritam *viva* ou *morra*, porque receiam que, se se calassem, os seus vizinhos os acusassem de cobardes e espiões! E quantos, pelas mesmas razões, passam dos gritos aos actos! E' necessária uma força de character pouco comum para reagir contra os excessos que comete a multidão de que fazemos parte; e bem poucos possuem esta força. A maior parte dos individuos *compreende* que procede mal, mas fá-lo porque a multidão impele e coage a isso. Sabem que se não seguirem a corrente chamá-los-ão de vis e serão vítimas da cólera doutrem. É o medo material de serem maltratados ou feridos une-se ao medo moral de serem tratados por cobardes."

Uma página agora de Lima Barreto, sobre a arma terrível que o jornalismo maneja a seu talento:

. . . . A fisionomia das ruas era de expectativa. As patrulhas subiam e desciam; nas janelas havia muita gente espiando e esperando qualquer coisa. Tínhamos deixado a estação do Mangue, quando de todos os lados, das esquinas, das portas e do próprio bon-

de partiram gritos: *Vira! Vira! Salta! Salta! Queima! Queima!*

O cocheiro parou. Os passageiros saltaram. Num momento o bonde estava cercado por um grande magote de populares, á frente do qual se movia um bando multicolor de moleques, espécie de poeira humana, a que os motins levantam alto e dão heroicidade. Num ápice, o veiculo foi retirado das linhas, untado de querosene e ardeu. Continuei a pé. Pelo caminho, a mesma atmosfera de terror e expectativa. Uma força de cavalaria de policia, de sabre desembainhado, corria em direcção ao bonde incendiado. Logo que ela se afastou um pouco, de um grupo partiu uma tremenda assuada. Os assobios eram estridentes e longos; havia muito da força e da fraqueza do populacho naquela ingênua arma. E por todo o caminho o scenário se repetia. Uma força passiva, era vaiada; se carregava sobre o povo, este dispersava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canho ou num portal fechado. O largo de S. Francisco era mesmo uma praça de guerra. Por detrás da Escola Politécnica havia uma força e os toques da ordenança sucediam-se conforme as regras e os preceitos militares. Parei. Um official a cavallo percorria a praça, intimoando o povo a retirar-se. Obedeci e, antes de entrar na rua do Ouvidor, a cavalaria, com grandes sabres reluzentes ao sol, varria o largo com estruendo. Os curiosos encostavam-se ás portas das casas fechadas, mas aí mesmo os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim.

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário, em longos artigos solenes, que o governo era desonesto e desejava oprimir o povo; que aquele projecto visava enriquecer um sindicato de fabricantes de calçado, que atentava contra a liberdade individual; que se devia correr a chicote tais administradores,

tinham-se encrostado nos espiritos e a irritação alastrava com a violencia de uma epidemia.”

Fechamos este capitulo com as seguintes palavras de G. Le Bon (*Psicologia das multidões*):

“O mais curioso facto que uma multidão apresenta é o seguinte: quaisquer que sejam os individuos que a compõem, por mais semelhantes ou dissemelhantes que sejam os seus modos de vida, as suas occupaões, o seu character ou intelligência, pelo simples facto de se haverem transformado em multidão, esses individuos possuem uma espécie de alma colectiva, que os faz sentir, pensar e proceder dum modo absolutamente diverso daquele por que sentiria, pensaria e procederia cada um deles isoladamente... Os homens mais dissemelhantes em intelligência têm, contudo, instintos, paixões e sentimentos muito semelhantes. Em tudo que seja matéria de sentimento, religião, politica, moral, affectos, antipathias, etc., os homens mais eminentes só raramente vão além do nivel dos individuos vulgares. Assim, entre um grande matemático e um sapateiro pode haver um abismo intellectualmente, mas moralmente a differença, a maior parte das vezes, é nula ou fraquissima. Do que precede concluimos que a multidão é sempre intellectualmente inferior ao homem isolado e que com relação aos sentimentos, aos actos provocados por esses sentimentos, a multidão pode, conforme as circumstancias, ser melhor ou pior. *Tudo depende do modo por que a multidão é suggestionada.*”

Não é pois em vão que a Bíblia recomenda (Exodo xxii, 2): “Não vos deixeis ir para a multidão para fazer o mal; e no julgamento não cedereis à opinião da maioria para vos desviardes da verdade.”

V — A chantagem na politica — Como se fez a “demolição” de Ruí Barbosa

O orçamento do jornalismo e as eleições — *Oposição e governismo* — As sympathias populares — Todas as armas são boas contra o adversário — Um modelo das campanhas do jornalismo politico — O Sr. N. Nascimento accusa Ruí Barbosa de fátuo, traidor à pátria, vil ganhador, difamador do Brasil e injuriador de toda a gente.

A politica é a base dos orçamentos do jornalismo, porque é dos cofres públicos que elle tira, directa ou indirectamente, boa parte do seu alimento quotidiano. Quando se trata de fazer um intendente, um deputado, senador ou presidente, cuida-se antes de mais nada de lhe “cavar” uma imprensa favorável, visto que o jornal é o maior e o melhor eleitor, mesmo que não se efectue a eleição. A campanha que se fez contra o actual presidente da República é um modelo tipico e eloquente da falta de compositura que predomina em tais empreitadas. Como então se viu, o jornalismo lança mão de todas as armas contra aquele que não quis ou não pôde comprar-lhe o apoio ou o silêncio. Como se sabe, o candidato do governo, só por ser do governo, é sempre impopular. Asssim, embora menos numerosa e menos valiosa, a imprensa da opposição é sempre mais simpática ao público. Mas o governo é quem manda, graças a Deus e a Noé; por isso a opposição é sempre derrotada, a não ser que em seu auxilio acuda uma bernarda, que está cada vez mais fraca e desmora-

lizada, acabando o candidato do govêrno por triunfar sempre, embora seja um qualquer contra um grande homem, como no caso da candidatura do grande Rui Barbosa á presidência.

O que a imprensa fez na ultima campanha presidencial foi de tal porte que acabou em fogo e sangue. Ao lado da opposição vários jovens e chefes de familia pagaram com a vida o crime de ler e se fiar nas intrujices da imprensa; ao lado do governismo foi preciso apertar o freio dos jornais, decretando o estado de sitio permanente, como unico meio de coarctar abusos. Isto são factos do dia, que toda a gente conhece. Como modêlo, espécime e amostra, porém, do que a imprensa é capaz de fazer contra um homem, quando o quere perder, destruir, inutilizar, ofereço alguns tópicos da "demolição" do maior dos Brasileiros, Rui Barbosa, publicada no *Correio Paulistano* de 13 de abril de 1919, e proferida em conferencia publica pelo Sr. Dr. Nicanor do Nascimento, grande politico e jornalista.

Este libelo abrangeu duas páginas inteiras do referido órgão e dele só transcrevemos uma pálida amostra, como modelo da audácia jornalística:

"Nunca formou jurisprudencia o dizer do eminente advogado, porque sempre a sua actuação se desenvolveu em torno de causas vultuosas, nas quais a opinião tinha de obedecer ao importe do salário profissional. De toda a sua obra resulta sempre duvida e incerteza. Á beleza de um parecer sempre se pode opor a formosura do voto contrário, do mesmissimo prolator. Beleza contra Beleza. Rui contra Rui. Dois momentos do mesmo interesse, da mesma avidéz. Jornalista? A vida resplandescente de talento, magnifica de fulgor, escrevendo na lingua maravilhosa de Vieira ou de Bernardes os periodos mais fulgentes que no Brasil tem enobrecido a palavra, o egregio brasileiro realizou todas as formas as

mais violentas da contradicção e da desordem. Vindo do exilio, como disse em queixas lamentosas e amargas, dele trazia uma bagagem que jámais homem publico quiz carregar. Da Argentina trouxe a fama de ter maltratado a sua Pátria como nenhum inimigo em antes o pudera fazer. A *Provincia de S. Paulo*, rigidida pelo mesmo ilústre Mesquita, que ainda hoje ilumina, com seu deslumbrante talento, o magnifico diário republicano e dissidente, cobria de justos baldões, de injúrias selvagens ao rebelde, que, no estrangeiro, deante do inimigo Zeballos, hoje seu amigo, insultara a sua Pátria e a sua raça, desafiando o sorriso escarninho dos inveterados contrários.

Nesta época o ilustre Mesquita, com furia semelhante àquela com que agora cobre de aleives aos adversários mais energicos, agredia — então com justiça — ao Sr. Rui nas viltas ignominiosas que leio:

"Na opinião de S. Ex. correu imminente perigo a vida da esposa do almirante Melo e de seus filhos: e considerando-se sequestrado de sua familia, o mesmo senador Rui Barbosa diz que actualmente, na capital do Brasil, nenhuma garantia de segurança há para os debeis e inocentes, para as mulheres e as crianças.

E S. Ex. termina afiançando que o marechal Floriano inoculou um sentimento horrivel na politica nacional — o sentimento das represálias sanguinolentas, que hão de transformar este governo num circo de feras. Para mostrar a que ponto a paixão politica desvairou o espirito do Sr. Rui Barbosa, basta transcrever este periodo difamatorio da civilização brasileira: prega-se a vingança, a responsabilidade do sangue dos filhos inocentes pelos pecados politicos dos progenitores!

E o Sr. Rui Barbosa escreve isto em terra estranha, para justificar a sua ausência, sem que a sua pena lhe trema na mão, sem que a sua consciência de patriota proteste contra tanta injustiça e contra

tanta falsidade! A nossa honra de Brasileiro recusa a transcrição na nossa folha do manifesto do Sr. Rui Barbosa."

Quanto ao comentário do *Estado*, que começa pela palavra *Miserável*, prefiro não lê-lo. É áspero de mais. Nunca mudou a cólera de Rui. Se sua Pátria o rejeita para a sonhada presidência sempre *manqué* — rebusca na memória felleíssima as histórias mais cruas e ridículas, as frases mais escarninhas e enfiadas para, envenenadas de ódio e despeito, lançá-las sobre a pátria maldita, que mais ama filhos mais dóceis e carinhosos, *Matricida inveterado* — na raiva com que a madrasta a Pátria generosa, que o elevou a senador, a ministro, à fortuna, a embaixador, a opulentíssimo, às mais altas dignidades públicas, à consideração e ao respeito máximos, é sempre eleva mão sacriliga para lhe bater nas faces venerandas. Como um filho desordenado que, exigindo à própria mãe mais dinheiro para desperdícios, como esta lho tenha de recusar, logo a injúria, em calão bárbaro, no qual lhe aconselha que, se não tem outro meio de lhe arranjar dinheiro, vá para qualquer prostíbulo receber todos os homens, contanto que não lhe falte com o que pede o malandrão; assim é Rui — para com sua Pátria tem este mesmo sentimento. Imprensa — Vênus-Macho se o não acata — Vestal se o aplaude.

"Que glória lhe negou este Brasil farto e bom para com seus filhos desvirtuosos e esbanjadores? Todos os postos lhe concedeu. Todas as honras lhe entregou — sempre ajudadas de farta pecúnia para a sua gloriosa representação. Todas as maiores dignidades lhe ornaram a vida bela, coroada pela fulguração do gênio, banhada pelo sol ardente da popularidade. Luxo e conforto lhe foram sempre concedidos desde o Provisório, a ele que na monarquia levava vida penosa, despida da suntuosidade que lhe dá sempre a Republica. Mas tem uma obsessão que lhe perturba o

equilíbrio mental, conturba-lhe a moral, altera-lhe a vontade, fá-lo delirar e agitar-se contra os homens e contra a Pátria. Ama o luxo desordenado que acredita lhe é devido. Aspira ao Primato, que entende lhe foi outorgado pela divindade, para quem sempre ape-la em forma tocante; e foi-lhe sempre recusado pela Pátria, a quem logo após cobre de infames insultos e de doestos sacrilegos, como o filho desvairado pela ambição de dinheiro, que á recusa materna, desce a veneranda criatura dos altares para remetê-la ao prostíbulo. Nomeia o Brasil Jeca Tatu. Assim desvaira. Sua palavra genial transcorre formosa e cheia de harmonia, mas buscal-lhe o conceito e tereis de encontrar retórica e vazia. Lêde as suas maravilhosas tecituras dos ultimos dias. Autolatria e injúria. Diviniza-se, declara-se o enviado de Deus, seu aliado na Terra; e cobre das viltas as mais ignominiosas aos seus contrários, aos que — ainda o estimando pelo gênio — lhe não podem conceder as funções executivas, nas quais de uma feita se desvairou tanto que levou o Brasil ao cambio de 5 dinheiros. No Rio, a proposito de operários, insultou a toda a gente. Buscou formas inéditas de injúria, tendo descido ao calão para, com impeto maior e mais crueza, ferir fundo aos que lhe rejeitam a investidura maior."

Depois de enumerar os danos e prejuizos que ao Brasil causava a recusa feita pelo grande Rui de ir a Versalhes representar sua pátria, o Sr. Nicanor do Nascimento comenta:

"Que lhe importava isso a éle — Deus ofendido pela ignorancia dos seus patricios chamados ao govêrno? Os crimes contra os deuses não têm remédio, nem perdão; e a Pátria, pela voz do presidente, levava mais dias do que devera a convidá-lo, de modo a permitir ao embaixador o aconchego fidalgo

de algumas peles mais finas e cálidas! Por menos Prometeu foi acorrentado, para a eternidade, ao rochedo branco e oferecido ao bico agudo das águias ferozes e altaneiras...

Pátria minha! Pátria amada! pela qual nós os brasileiros abriremos as artérias fecundas e ricas para que lhes bebendo o sangue te alimentes, floresças e fuljas e fulgures! Pátria! pela qual trabalham as gerações activas e morrem os jovens belos nos campos de batalha! Pátria!, dona das nossas vidas! para o teu filho maior, o primogênito, que mais tens acariciado e ao qual mais tens doado quanto tens de mais belo e mais rico; para cuja cabeça fenomenal tens tecido as guirlandas mais floridas e engrinaldadas de louro antigo e de carvalho formoso, a tua desventura e o teu desprestígio nada valiam deante da sua vaidade ligeiramente riscada por uma imprudência ou por uma tardança! Srs.! Aí tendes o Brasileiro!

".... Ouvistes bem as frases com que Rui castiga a pátria ingrata? Foi ela, bem ela, que andou a marrombar cuidadosamente. E sabeis porque? o orador candidato o diz bem alto: *Foi porque o Sr. Venceslau Brás tinha apreensões que o velavam quanto aos riscos da vitória alemã.* Não é bem claro? Mesmo durante a guerra, o governo brasileiro, aliado dos Estados Unidos, em guerra com a Alemanha, como tinha medo da vitória alemã, ia traíndo tranquilamente aos aliados e fazendo umas *picole combinazioni* condescendentes com os Bernstoff e Paoli...

"Alguma vez se disse, com mais nua clareza, da infamia duma nação que, por medo da vitória do inimigo, tem com êle entendimentos e lhe faz concessões contra os próprios aliados?! Se conheceis disto, sois mais felizes do que eu. Cuidais que já findou, que o Sr. Rui concluiu os terríveis itens do libelo famoso? Ilusão! Ouvi mais:"

E êle continua, terrivelmente; mas não precisamos ouvir mais. Para o que pretendemos mostrar, o que aí fica transcrito basta. Quando assim se fala do maior dos Brasileiros, que é que o jornalismo não é capaz de dizer de qualquer pobre mortal? O lema dêle é bem a citada legenda de Nietzsche: — "Nada é verdadeiro; tudo é permitido!"

VI — A chantagem nas questões operárias

Como um órgão burguês se converte em apologista das greves e defensor do anarquismo — Justificação e ludíbrio dos operários — Brusco virar de casaca se os "mercantes" chegam a falas — A defesa dos vencidos — O estrangeiro, que é o Satanás do nativismo, também é o Deus et machina da velhacaria jornalística.

As questões operárias oferecem um vasto terreno às operações da pirataria jornalística, como é fácil compreender. Se a folha está em oposição ao governo, ou mesmo só à policia, e também não tem "compromissos" com a firma ou empresa cujos operários estão em greve, esta é largamente defendida com entusiasmo e argumentos que fazem inveja à retórica anarquista ou bolxevista. Os operários que não percebem o jogo ficam então deslumbrados por se verem assim defendidos por um órgão que dias antes — a propósito doutra greve e quando ainda não hostilizava a policia — dava provas dum burguesismo exemplar, atacando rudemente os grevistas e exigindo do governo enérgicas medidas contra a desordem. Os mais espertos, porém, que andam em dia com os seus irmãos em Cristo, logo percebem a manobra, que acatam e prestigiam por interesse, mas a que dão apenas a relativa importancia que merece. Sabem muito bem que essa attitude do jornal significa adversários dos grevistas. Demais, o jogo da folha é sempre certo, pois se os barcos tiroteados não chegarem a falas, conforme o escôpo primário, a tiragem ao menos e a popularidade terão aumentado. Noticiando, porém, as manifestações de apreço que

os operários lhe fazem, o órgão da opinião pública exagera e alarga as proporções da arruaça, realçando o seu prestígio e insinuando aos prejudicados com a greve as vantagens que lhes daria um oportuno acôrdo com o velhaco. Contudo, não é raro que as embarcações consigam ir deslizando por entre a saraivada dos piratas, acabando a greve como tinha de acabar. Algumas vezes, entretanto, os mercantes vêm a falas e, nesse caso, os operários são sempre vendidos por mais ou por menos. E o entusiasmo com que o jornal defendia ao começo a greve baixa logo como a fervura duma panela em que se deita água fria. Mas se os grevistas ainda insistem na resistência, o órgão que a principio os defendia com tanto calor passa a atacá-los com paixão idêntica. E o efeito que isto produz nos círculos operários e na opinião pública é esmagador para os grevistas.

Na hilariante comédia de Curteline, *Un clien sérieux*, que o famoso Antoine representou no Rio há anos já, encontra-se excelente imagem desta velhacaria jornalística. Um espertalhão, tendo embrulhado um ingénuo, leva-o ainda por cima à barra do tribunal e um eloquente advogado faz-lhe uma accusação tão feroz que o pobre fica estarrecido. Quando pensa, porém, que vai ser enforcado, o mesmo advogado que o acusou oferece-se-lhe para o defender e passando, acto continuo, para a tribuna fronteira, produz uma defesa tão entusiasta e convincente como fôra a accusação. Não é outra, nas greves, a attitude do jornalismo pirata.

Em 1906 tive ensejo de assistir a um caso desses e procurei concretizá-lo numa peça teatral — *O Exemplo* — que foi exhibida no Rio, em Santos e provavelmente noutras partes, pois dela se tiraram algumas cópias. Alguns dos amadores que primeiro a representaram são hoje artistas de nomeada e isto indica ter tido a obra bons interpretes, donde proveio o seu relativo êxito. O seu entretcho é o seguinte:

Os operarios duma fábrika declaram-se em greve. O proprietário é um homem liberal, de bom coração e tem uma filha doutora, escritora e simpática ao socialismo, sendo colaboradora do *Diário do Povo*, que defende calorosamente os grevistas. O patrão quer satisfazer os grevistas, mas um padre seu irmão mostra-lhe o mau exemplo que dará com tal procedimento e decide-o a entender-se com o director do referido jornal afim de fazer cessar a greve pela derrota dos operários, embora satisfaça depois, aos poucos, as suas reclamações. Laura expróba ao tio essa attitude, mas o jornalista, que é das relações da casa, entende-se com o industrial e o seu jornal volta-se contra os operários, que são totalmente derrotados após longa e dolorosa resistência. Um individuo alheio à greve e indignado com a derrota, incendeia a fábrika um dia antes dos operários voltarem ao trabalho e no momento preciso em que alguns vencidos combinam a sabotagem que deve ser feita. Nesta peça, a que depois mudei o titulo para *A desforra dos vencidos*, não há tese nem doutrinação de qualquer espécie. Adoptando a técnica de Hauptmann, nos *Tecelões*, fiz uma successão de quadros com certo nexó, em que os homens agem e pensam estritamente de acôrdo com a psicologia e a ética normal das classes a que pertencem. Não há adultério, nem casamento, nem exhibição de pernames ou ditos obscenos; e nem mesmo transigi com os marionetes do romantismo revolucionário e operário, que faz do burguês um vampiro de sangue humano e do grevista um abnegado mártir da familia e do ideal. Os meus figurantes são todos honestas pessoas vulgares, escravas do seu meio e das circunstancias ambientes. Apenas tres idealistas reagem contra o fado: a filha do patrão, que se retira para Minas; um jornalista, que abandona a profissão, e um operário, que destróe a fábrika, que era o pomo da discórdia, lembrando-se talvez do Evan-

gelho, que diz: o membro que for objecto de escândalo deve ser cortado.

Mas não há aí comentários tendenciosos ou sectários; há factos apenas, que o espectador ou leitor interpretará com as opiniões que tiver, muito livremente, como se estivesse assistindo a scenas da vida real. Assim, a peça impressiona e comove mais pelo drama interior que sugere ou põe em relevo, do que propriamente pela mecânica teatral. Eis um trecho do 2.º acto, que aqui vem muito a propósito:

"GAMA — ... Como sabe, a mudança não pode ser repentina. E' preciso ir preparando os espiritos...

FAGUNDES — Sim, sim, compreendo...

G. — Hoje foi um bocadinho. Amanhã será mais forte.

F. — Sim, porque se isto se prolonga...

G. — Não, por nossa parte não. Quer ver o golpe de amanhã? (*Tomando de sôbre a mesa umas tiras de papel*). Ora veja. Aqui está. Isto só por si é bastante para matar a greve moralmente. Ouça: (*Lê*) "A greve de tecelões. Manejos criminosos. A nossa reportagem especial. Cessação da parede. Volta ao trabalho." (*Interrompendo a leitura*.) Só por estes titulos já o Sr. Comendador pode calcular o efeito sensacional do artigo de amanhã. (*Voltando a ler*.) "O "Diário do Povo", como órgão genuino do operariado que é, manifestou-se desde o começo, como toda a gente sabe, francamente favorável aos grevistas da fábrika de tecidos, advogando mesmo calorosamente as suas reclamações, no que elas tinham de justo e razoável. Atendendo, pois, ao clamor por nós levantado em favor dos operários e cedendo, também, aos sentimentos bondosos que o caracterizam, o Sr. Comendador Fagundes, digno proprietário do grande estabelecimento industrial, resolveu atender ao pedido dos grevistas, com a con-

dição de voltarem imediatamente ao trabalho. Estes, porém, enchendo-se de exigências e imposições descabidas e absurdas, não retomaram o trabalho, facto que muito nos surpreendeu. E foi na busca da causa dêsse acto estranho que a nossa arguta reportagem descobriu ontem os manejos criminosos que fazem continuar a greve. E é êste o caso: Recentemente deram entrada na fábrica, como tecelões, quatro ou cinco famigerados anarquistas expulsos da Argentina e da Europa, e são êles que, pelo seu entranhado ódio ao capitalismo e ao progresso do Brasil, estão, com essa greve, procurando arruinar um dos mais florescentes ramos da indústria nacional."

F. (*interrompendo*) — Perdão, Sr. Gama; mas isso não é verdade... Os meus operários, e sobretudo os cabeças da greve, são todos antigos empregados. Quem foi que lhe pregou essa pêta?

G. — Eh! eh! eh! Já vejo que o Sr. Fagundes não sabe o que é a imprensa. Nós bem sabemos que isto não é verdade, mas para o grande público a verdade é o que o jornal diz, e nós, dizendo isto, levantamos a opinião contra os grevistas e preparamos o terreno para a policia se poder mexer á vontade, isto é: prender e espaldeirar até que a greve cesse.

F. — Que me diz o senhor! Eh! eh! eh! Está bem, está bem. Mas, olhe lá: e se por fim se descobre a verdade?

G. — A verdade?! E' boa! Amanhã, creia o senhor, os seus próprios operários olharão desconfiados uns para os outros a ver se descobrem qual é o perigoso anarquista que os está fazendo passar fome. Eh! eh! eh! O senhor não calcula o poder supersticioso que a imprensa exerce sôbre o povo. A verdade é o que diz o jornal, embora o que êle diga seja a mentira mais impudente e inverosimil. Esta história de anarquistas não é verdade agora, para nós, que aqui es-

tamos, mas amanhã será verdade incontestavel para todos os nossos leitores e, creia: até nós próprios acabaremos por acreditar nesta invencionice...

F. — Que me diz?! E' extraordinário! E' extraordinário!... Enfim...

G. — Mas oiça agora o resto: (*retomando a leitura.*) "Descoberta assim a lebre, fomos dar parte á policia, que a estas horas já deve ter mão sôbre os culpados, os quais, segundo nos consta, vão ser deportados sem demora. E' de crer, pois, que, dentro de pouco tempo a policia nos terá livrado desses perturbadores, acabando-se assim a greve. Os próprios operários, reconhecendo o ludíbrio de que estavam sendo vítimas, não tardarão a voltar ao trabalho, provando assim que não se prestam a servir de joguete a estrangeiros perversos e inimigos do nosso progresso. Este facto é mais uma vitória da reportagem do "Diário do Povo", no seu incansável empenho de servir o público e a Pátria."

F. — Está muito bem, muito bem. Eh! eh! eh!

G. (*ar solene*) — Precisamos reagir contra esses estrangeiros perigosos, Sr. Fagundes! Exige-o a soberania do Brasil; é um direito de legitima defesa!

VII — A chantagem contra os particulares

A vida vegetativa das gazetas envolve uma série de patifarias involuntárias — Como um drama doméstico é convertido em farsa pornográfica — A chantagem contra os particulares — Os 330 contos do Tesouro — Mas o agiota "não liga"... — A indústria teatral e os ratos do jornalismo — Quando o caçador que levanta a presa não consegue agarrá-la, outro colega se incumbiu disso — A defesa da vítima consiste na escolha do molho em que deseja ser comida.

Edmundo de Amicis disse alhures que a quarta página do jornal — no tempo em que as gazetas só tinham quatro páginas normalmente — era uma proveitosa leitura para quem desejasse conhecer a verdadeira vida local. O famoso escritor italiano referia-se assim aos anúncios, convites, participações, etc., através dos quais se ergue uma ponta da cortina que vela os interiores da vida pessoal e doméstica. Mas se a quarta página tanto nos diz da vida dos cidadãos, a segunda e a terceira páginas são as que melhor nos informam da vida vegetativa dum periódico. Afora a chantagem propriamente dita contra os particulares, que geralmente ali se insinua entre os pequenos reclamos, há os ecos policiais e as ocorrências diárias em que o jornalista pratica, sem o pensar nem ter esse propósito, toda uma série de maldades e infâmias para dar corpo e nexos às notas vagas e truncadas que lhe servem à redacção dos conflitos, furtos, crimes, queixas, etc. A prova disto qualquer a pode ter examinando a forma discordante e contraditória pela qual vários jornais relatam e comentam diariamente o mesmo facto. Se se trata de gente graúda ou que teve o cui-

dado de "abafar" os prelos a tempo, o facto ou crime mais escandaloso ou bárbaro passa em silêncio ou é contado em poucas linhas discretas, sem nomes nem personalizações. Um exemplo entre milhares: a luta do genro do Barão do Rio Branco com a esposa, cujo epílogo foi a morte do marido a tiro, no jardim, em pleno dia. Mas tratando-se de gente modesta, que não teve tempo ou posses para comprar o silêncio ou a amizade dos jornais, lá vem tudo para a rua, com retratos, exageros, invencionices, ironias impudentes e pilherias canalhas. E quantas lágrimas, quantas dores pungentes vão essas trapalhadas causar no recesso das famílias! É preciso não ter coração nem consciência para explorar, ampliar, inventar nesses casos, convertendo em pequenos romances essas notas vagas, desconexas, confusas e apanhadas ao acaso, na policia ou nas ruas. Mas ao lado dessa reportagem, que é a injustiça e a crueldade arvorada em pão nosso de cada dia, há os redactores humorísticos, que nela se inspiram e colhem o material da sua produção espiritual. Contarei um facto que é um símbolo. Um meu colega de trabalho perdera um filho por ocasião dum carnaval; e a esposa ficou de tal modo perturbada por essa dor, que durante todo o ano não fez mais que chorar e pensar no suicídio. Na quarta-feira de cinzas do carnaval seguinte, de manhã, saiu ela de casa, a fazer umas compras e desapareceu. À noite, quando voltou do trabalho, soube o marido do ocorrido e averiguou que a esposa não se alimentava havia dias já e só falava em se suicidar junto à cova do filho. Mas depois de haver, até à tarde do dia seguinte, indagado da esposa em vão no cemitério, na Assistência, Santa Casa e Necrotério, assim como em casa dos parentes e famílias amigas, o homem deu parte à policia. E a noticia appareceu nos jornais seca e lacónica, isso é verdade. Mas ao anoitecer chegou a casa em maca a desaparecida. Acon-

tecera o seguinte: Depois de mandar para casa as referidas compras, dera-lhe na cabeça ir ao cemitério, que era num subúrbio afastado e ficava longe da estação. Viajara de bonde e trem sem perfeita noção do que fazia; mas quando caminhava para o cemitério caiu ao chão e aí ficou sem sentidos até que alguns roceiros a encontraram e levaram para um rancho, onde horas depois dera acordo de si. Não tivera forças, entretanto, para voltar logo ao lar, e desatinada, fraca do espirito como se achava, não lhe ocorrera mandar portador contar o que se passava.

Tudo isto, como se vê, nada tem de cómico. Mas um dos tais bufões de rodapé, lendo nos jornais a noticia lacónica do desaparecimento duma senhora na quarta-feira de cinzas, imaginou logo, arguta e sagazmente, uma farsa obscena: a mulherzinha andava na grande troça com o amante durante o carnaval e resolvera prolongar a farra pela quaresma dentro. Era tão evidente!... E nessa apreciação canalha sobre um respeitável drama doméstico vinham os nomes por extenso da mulher e do marido. Tendo caído, porém, na minha mão essa nota genial do palhaço imbecil, passei-a logo á vítima, que a meu lado trabalhava e o jornal não a inseriu. Mas imaginam que o escriba leviano e maligno era algum desses moleques que andam a apanhar pontas de cigarro pelas ruas e a correr á frente dos batalhões que passam? Nada disso. O maroto era nada mais, nada menos que um respeitável doutor, beirando pelos quarenta e pai de filhos; recebia da nação os vencimentos de secretário duma academia estética e fazia jornalismo humorista por amor á arte. Pelas 14 horas passava o idiota pelo jornal, para receber os aplausos devidos á graciosidade que mandara levar pelo continuo e lá se ia, sorridente e feliz, a abraçar os filhos e a esposa, devorando em seguida o jantar com a tranquilidade dum justo... Dessa vez,

porém, não saiu muito contente o truão, quando lhe deram as razões porque não fóra publicada a trua-nice. Mas nem por isso o remorso o mordeu. Saiu esboçando um risinho amarelo e lá se foi jantar.

Infâmias deste quilate verificam-se, porém, todos os dias, sem que ninguém as possa impedir ou neutralizar, como por mero acaso sucedera daquela vez. Não é difícil, entretanto, imaginar e compreender as perturbações e lágrimas que tais maroteiras vão causar no seio das familias. E a vítima, por mais que se esforce, nunca descobrirá a cara do maroto. A redacção desfazer-se-á em desculpas e lágrimas de crocodilo, se a vítima estrila, mas não apontará o autor da patifaria. A monstruosidade é tão evidente, todavia, que são escusados mais comentários.

Mas falemos agora da chantagem propriamente dita. Cansados de fazer pirataria por conta alheia, certos "moços da imprensa" cavaram um dia um capitalista e fundaram novo jornal para piratear por conta própria. Era um matutino respeitável como todos. Não havendo na ocasião qualquer caso sensacional para explorar, atiraram-se os hominhos a uma excavação: desenterraram o defunto Salgado, dos 330 contos, e deram corda ao fonógrafo. Em letras garrafais e páginas inteiras, cheias de gravuras e títulos abacadabrantes, insinuava-se que o Salgado se abotoara com os 330 pacotes e vivia algures muito feliz, graças á protecção e cumplicidade de certo agiota, cujo nome aparecia em grandes caracteres. Nos primeiros dias ainda o público se interessou, mas vendo que era beco sem saída "deu o fora nele"... Os tiros da piratagem e o salseiro todo visava evidentemente a bolsa do tal agiota, mas este, ou porque estivesse "limpo" no caso, ou porque tivesse agido com "limpeza", ficou na moita, não se deu por achado, não ligou...

Convidado a colaborar nessa folha, que publicava os meus artigos na primeira página, anunciando-os

de véspera, junto com outros de autores famosos, como se eu também fôsse mesmo "grosso", aparecia às vezes na redacção, onde estava um dia quando chegou o director e logo disse ao "homem" do Salgado: "Seu F. esse caso está uma lástima; aquela carta nem tem relação com o assunto... Está o diabo!" O estilista e jacobino brilhante, que hoje é pensionista académico do galego Alves, e que dez anos mais tarde me havia de ferir com um tiro disparado contra um amigo meu — o "homem" do Salgado deu de ombros, num sorriso amarelo, e explicou:

— Que quer você? É o que estava no livro...

Eu compreendi então que toda aquela patifaria, de cartas e testemunhos, segredos e documentos esmagadores, que nunca apareciam contra o agiota, nem sequer tinha a virtude da originalidade: era tudo mais ou menos copiado, traduzido, adaptado de um manual qualquer da pirataria internacional.

Respondendo a um gesto interrogativo dos meus amigos, disse-lhes eu então que achava errada a pista no tocante ao Salgado, pois era vizinho de parentes d'ele e conhecia a situação da gente do fiel famoso. Perdidos e desorientados como se achavam naquela batalha, e não vendo por onde sair dela, os homens agarraram-se a mim como cães a bofes: — Esplendido! Você então vai-nos fazer uma entrevista a esse pessoal, está dito?

— Posso ir, respondi eu; mas de antemão já sei que essa entrevista estará em contradição com o que a folha tem dado a entender: a verdade é que ninguém mais soube do Salgado e a família ficou na miséria.

— Bem; não faz mal; nós precisamos dar um tiro no caso. Mas você veja se apanha o retrato de fulana e sicrana, etc. Se não quiserem dar, veja se os rouba...

Estive para perguntar se o pirata me tinha na conta de ladrão, mas condescendendo com a psicologia

do meio limitei-me a sorrir com ironia e lembrei-me de que um irmão de meu avô — segundo minha mãe costumava contar-me em criança — fôra o terror dos bandidos em certa parte do distrito de Coimbra. Quando os marotos eram de bico amarelo éle próprio substitua o carrasco e queria ter o gosto de puxar a corda. Decerto eu seria incapaz de fazer outrotanto, porque um sentimentalismo mórbido faz-me ter piedade de todas as criaturas; mas se os maus me inspiram dó, os bons e infelizes me inspiram simpatia, ainda que sejam animais, quanto mais sendo gente. Fui, pois, fazer a entrevista, mas com a publicação dela o "caso" morreu. Nela eu narrava a tristeza e desolação da infeliz família do pobre infiel, que sem dúvida pagara com a vida o crime de se ter deixado suggestionar pelos ladrões. Nada de retratos nem calungas. A situação dessa gente era digna da obscuridade e do silêncio respeitoso que devemos á dor dos nossos semelhantes. E os piratas publicaram assim mesmo a minha entrevista, porque não tinham outra saída a dar ao negócio, mas comprehenderam lá com os seus botões que eu "não servia", não era um d'eles, não tinha realmente queda para o *métier*... Graças a Deus!



A indústria teatral e de diversões é outro grande campo de acção do jornalismo desonesto. Dependendo estreitamente da opinião pública, essa indústria é positivamente escrava daqueles que dominam e jogam a seu belprazer com essa opinião. Ora, toda a gente sabe que os ordenados dos jornalistas são irrisórios. Afora tres ou quatro, que são os pilares da redacção, o resto não ganha mais que "pour boir". Esta expressão traduz-se por "gorgeta", mas deve ser entendida aqui na sua significação literal, que é "para beber". Realmente, o jornalista não ganha

para mais; se quiser comer, tem de o "cavar", no que é ajudado pela "vista grossa" dos superiores, que vivem da alta piratagem e sabem muito bem e em geral os jornalistas, como os criados de cafés e restaurantes, não vivem do ordenado. É um facto internacional este, e a causa principal da criminalidade visceral do jornalismo. Numa revista italiana vi ainda há pouco uma curiosa paródia ao caso. Junto a uma exposição de jornais á venda, exclamava um sujeito: "Eu queria ser jornalista; mas, como se ganha mais, sou jornaleiro!" E não mentia.

Os jornalistas estão pois para as empresas teatrais como os ratos estão para os depósitos de gêneros. São um flagelo de Deus! Mas nem sempre os empresários podem satisfazer todas as "facadas" da pirataria; e nesse caso é inevitável o ataque na gazeta, a qualquer pretexto. E o que succede nas capitais, reproduz-se nas pequeninas cidades do interior. Companhia de diversões que aí pare há-de pagar o seu tributo á camorra, ainda que o mambembe esteja a morrer de fome. Eu tenho um amigo a quem Nosso Senhor deu por fadario e castigo percorrer o Brasil inteiro e nações limitrofes com um circo de cavalinhos, a divertir e comover as gentes com seus artistas e uma bicharada exótica. O que êle tem sofrido na encruzilhada do jornalismo é de fazer chorar as pedras. Não há negócio mais sujeito a crises do que êsse; uma semana de chuva basta para arruinar a tribo ambulante; mas o escriba pirata não quer saber de nada: "Ou paga, ou esculhambo!" E o melhor é mesmo pagar. A vida civilizada assemelha-se a um bosque onde vivam várias espécies de animais a entredevorar-se, aproveitando-se reciprocamente dos mais pequenos descuidos e cochilos uns dos outros. Nesse bosque os jornalistas são caçadores profissionais. Não têm entre si grande solidariedade, como succede entre as aves de rapina e outros animais de presa, mas a caça que uns ferem e não podem de-

vorar, é logo apanhada por outros colegas que, dizendo-lhe: "Coitadinha, coitadinha, que malvados!" vão hipocritamente chamando-a ao estreito do gorgomilo. Um jornal "cutuca", por exemplo, um sujeito e este "não se explica com os dinheiros". Lá vem bordoadas de criar bicho em letras garrafais ou pérfidas insinuações não menos contundentes. O sujeito processa o jornal e gasta noutro, com publicações de defesa, o rico dinheiro. Assim, um caçador levantou a lebre e outro caçador deitou-lhe o gadanho e comeu-a... Ora, conta-se que certo africanista caiu uma vez em poder duma tribo antropófaga. A sua ordenança, rechonchuda e novinha, foi logo preparada e comida entre gritos de prazer; mas o capitão tentou fazer valer as imunidades da sua patente para escapar. "Não haja dúvida, não haja dúvida, Sr. Capitão; nós aqui respeitamos sempre as hierarquias; por isso V. S. será petiscado num dia de festa e até pode escolher o mólho com que prefere ser comido."

Tal é a sorte de quem cai em poder dos sicários da imprensa.

VIII — O caso do “Correio Português”

§ 1º. — Parêntese sobre a minha acção no movimento operário e subversivo — Quem foram os meus companheiros — Curiosos episódios dos círculos revolucionários — O sorteio militar — Minhas opiniões opostas ao comunismo anarquista — Uma expedição a Goiás para catequese de índios — Um partido socialista eleitoral — Minha retirada dos círculos subversivos — Um drama de família — A guerra desengonça as igrejinhas sociais — Quem não nasceu no Brasil há-de ser sempre estrangeiro.

Em outubro de 1917 deu-se o ruidoso caso do *Correio Português*, originado de uma vil chantagem jornalística contra o meu ex-sócio Sr. Humberto Tabor-da, e que tantos danos morais e materiais me causou, como vítima imprevista que fui da pirataria. Mas antes de narrar esses sucessos e mostrar como a opinião pública foi ludibriada e vendida nessa ocasião, é-me indispensável oferecer alguns esclarecimentos acerca da minha obscura pessoa, para que o leitor possa julgar os factos com a devida justiça.

Dos 20 aos 30 anos, ou seja de 1899-909, colaborei em publicações anarquistas e socialistas, tendo mesmo dirigido algumas. Mas cada uma destas designações partidárias envolve uma série de cambiantes teóricas que se hostilizam e combatem com o ardor fraternal que se pode admirar entre as seitas cristãs chamadas catolicismo, protestantismo, espiritismo, etc. E' a Torre de Babel que Nosso Senhor plantou em toda a parte, para que os seus filhos se entendam menos quando mais falam. A cambiante que obtive os meus sufrágios chamava-se individualismo anarquista, ou aristocrático, presa às teorias de Nietzsche, Max Stirner, Ibsen e Tolstoi, e que combatia encarniçadamente o anarquismo comunista ou

revolucionário e democrático de Kropotkine, Baccunine, Malatesta, etc. Estas facções, juntas ao clássico reformismo parlamentar, existiam em Buenos Aires, então, nitidamente separadas, com seus órgãos na imprensa. A facção a que eu me ligara, porém, não era mais que uma modalidade do racionalismo ou atitude de critica social, não podendo fazer prosélitos senão entre diletantes de filosofia e literatura; não era uma seita organizada. Contudo, teve em Buenos Aires órgãos na imprensa, como o *Germinal* e o *Escalpo*, e em Paris o *Inimigo do Povo*. Afora isso, manifestava-se cada qual pela imprensa anarquista militante, reformista ou burguesa, conforme as circunstâncias. Como mera critica social, esta seita tinha a sua expressão prática nas fileiras do reformismo, em que ingressou grande número dos seus adeptos. O Sr. Jorge Palante, nos livros *Sociologia*, *Combate pelo Individuo* e *Sensibilidade individualista*, editados por F. Alcan, definiu muito bem a seita, assim como o Sr. Vitor Basch, numa obra volumosa, *Max Stirner e o individualismo anarquista*. Ao Rio, onde eu vivia, chegavam os ecos de tudo isto, mas só havia partidários das outras seitas socialistas, representadas por núcleos pouco numerosos, que viviam em amigável contacto. A comunidade dos “sociais” formava, assim, no Rio, um corpo pouco homogêneo. O meu primeiro discípulo, que por acaso veio ao meu encontro e se tornou meu confrade, foi o Sr. Elisio de Carvalho, que após alguns anos de agitação e propaganda entre os operários e os insurreccionais, passou para director do Gabinete de Identificação da Polícia, assim ocupando o antigo posto do actual ministro do Exterior, Sr. Félix Pacheco.

A essa agitação deram também o seu concurso o tenente do exército Joel de Oliveira, o Dr. Fábio Luz, o professor do Pedagogium, Dr. Curvelo de Mendonça, autor do romance tolstoista *Regenera-*

ção; o Sr. Pedro Couto, professor do Colégio Pedro II e várias outras pessoas muito distintas e idóneas. Com a extinção da nossa Universidade Popular, a que o Sr. Elísio de Carvalho tanto se dedicou, tudo se dissolveu. Foi um movimento efêmero, não se achando os indivíduos ligados nele senão por simpatias pessoais e algumas analogias teóricas e ideológicas. Dêsse movimento só permanece na estacada o Dr. Fábio Luz, cuja sinceridade e bondade tantas simpatias lhe tem grangeado das várias gerações que, de então para cá, continuaram a dar o seu efêmero concurso ao movimento social a que eu sacrificuei por mais de dez anos.

Ao efectuar-se o 1.º congresso operário, em 1906, fui um dos delegados e só então, por força das circunstâncias me enfronhei propriamente na questão operária, que pelo dito congresso foi sistematizada à moda francesa. Assim, pelos acordos tomados, as associações ou sindicatos seriam neutras em matéria política e religiosa, isto é, neutros sobretudo ante as diversas seitas em que se achavam distribuídos os operários e militantes, afim de que nas greves e constituição dos blocos corporativos essas divergências não fôsem motivo de desunião e insolidariedade. Achei tão justo e assimilei tão bem êsse método, que ao fim da conferência, apesar dos meus fracos dotes oratórios, fui designado para, na sessão de encerramento, que se fez no teatro Lucinda, expor ao público os resultados do congresso.

Em seguida surgiu uma greve numa estrada de ferro de S. Paulo e de tal vulto que o govêrno mandou navios para Santos e forneceu marinheiros para substituir grevistas. No Rio promoveu-se uma greve geral de protesto contra a intervenção do govêrno a favor dos patrões, mas por meu voto essa greve devia limitar-se a simples ameaça, pois conhecia a fraqueza dos elementos existentes para realizar tal movimento. Ao cabo de oito dias de agitação, e tendo

a greve sido realizada apenas por algumas classes de pouca importancia, insisti por que se lhe pusesse còbro e obtive do chefe de policia, Dr. M. Espindola, um acòrdo pelo qual êle se comprometia a pôr em liberdade os operários já presos, não prender mais ninguem por motivo da greve e eu, em troca, obteria dos chefes a publicação dum manifesto que ao dia seguinte daria a greve por terminada. O meu velho amigo Carlos Dias foi testemunha deste acòrdo. O Dr. Espindola acolheu a minha ideia de braços abertos e tudo se realizou conforme os meus cálculos.

Devido a estes e outros factos em que prevalecia a minha opinião moderada e conciliadora, gozava eu, nos circulos operários, de certo prestigio e consideração, embora preponderassem nesses circulos os partidarios do anarquismo insurreccional, cujo finalismo e métodos eu condenava. Mas, como o que mais domina nesses circulos é a critica, o negativismo e a demolição ao presente, nesse capitulo todos os partidos e credos se conciliam mais ou menos; por isso, e tambem porque reunidos todos os ideólogos não eram muitos, viviam em boa camaradagem os partidários das diversas seitas socialistas e recebiam como aliados todos quantos, desta ou daquela forma, se manifestavam do seu lado.

Na séde das várias associações que constituíam a Federação Operária, vasto salão á rua do Hospício, appareceu um dia o Sr. Paulo Berthelot, ex-tipógrafo, espirito culto e amável, mas partidário fervoroso do anarquismo insurreccional. A breve trecho era êle professor de francês e esperanto de várias famílias distintas e íntimo do Sr. Medeiros e Albuquerque, que gozava de grandes simpatias nos circulos obreiros, por causa dos artigos em que diáriamente versava as questões sociais e operárias. Ao Sr. M. e Albuquerque eu admirava muito não só por isso como por várias das suas múltiplas manifestações intelec-

tuais. Mas Berthelot appareceu um dia a fornecer pistolas a prestações e no círculo dos comunistas cochichava-se duma manifestação violenta a propósito da chegada de certo politico. Eu encarava com desdém essas veleidades de transformação social a tiro, mostrando o perigo e os resultados contraproducentes de tais métodos. A propósito e sem aludir ao caso occorrente, que era segredo, realizei no local uma palestra em que expus os resultados a que tinha chegado a critica histórica sobre o processo dos cristãos no incendio de Roma, que se actualizara por discussões em torno do *Quo Vadis?*; mostrei as analogias existentes entre a Revolução Social dos comunistas e o Juizo Final dos antigos "inimigos do genero humano", como eram considerados os cristãos. Numa obra de A. Bouché-Leclercq, *L'Intolerance religieuse et la politique*, foi esse assunto analisado exhaustivamente. Decerto não foi por causa dessas minhas criticas, mas o facto é que a tal manifestação não se realizou.

Entretanto, numa greve violenta que se verificou mais tarde no Andaraí, notei a influencia das famosas pistolas e renovei as minhas criticas aos "carabineiros do comunismo", como os reformistas italianos cognominavam os insurreccionais. A seguir veio a greve dos gasistas, que deixou a cidade às escuras, e por motivo da qual eu resolvi separar-me definitivamente da camaradagem militante em que por longo tempo vivera com os comunistas, depois de ter verberado os seus métodos francamente; pela sua própria imprensa, de que pode dar testemunho a *Folha do Povo*, diário paulista. Mas para a incompatibilidade que então se tornou decisiva entre mim e os revolucionários contribuiam outros factos não menos importantes, de que farei breve resenha, para se ter dêsse meio e da minha acção nêle uma imagem aproximada.

Para protestar contra a execução do sorteio militar, que o govêrno tentava, convocou a Federação uma assembleia pública. Comparecendo e verificando que os dirigentes não tinham ainda qualquer ideia ou programa sobre o modo de se opor ao acto do govêrno, que vinha perturbar as familias operárias, sugeri de improviso a fundação duma liga que congregasse toda a gente que se quisesse opor ao sorteio. Para isso foi convocada outra reunião pública para tres dias depois, domingo, sendo nomeados eu, Eloi Pontes e Carlos Dias para apresentar as bases do novo baluarte. E no dia aprazado, sem nos podermos ter reunido sequer — pois que cada qual tinha o seu emprego a que não podia faltar — ante enorme assistência leu Eloi Pontes um manifesto que escrevera e eu expus os considerandos e bases da liga, que nessa manhã havia gatafunhado atropeladamente, sem ter sequer podido lê-los aos colegas de comissão. O êxito dêsse meu trabalho foi estrondoso, sendo as ideias expostas largamente aplaudidas. Mas o abalo produzido na opinião pública ainda foi maior e mais inesperado. Órgãos conservadores e militaristas como o *Pais* e o *Jornal do Brasil* publicaram com elogios as bases famosas, recebendo eu de toda parte cartas e telegramas de aplauso e com oferecimento de recursos para a campanha. O govêrno, alarmado, annunciou que ia processar os organizadores da liga, dando assim maior vulto ao acontecimento, visto que legalmente nada podia fazer ante o carácter ordeiro e de resistência passiva das bases em questão — que era o método de Tolstoi e do estoicismo individualista. Pelo órgão da liga — *Não matará!* — que logo surgiu e que era o titulo dum trabalho que eu recentemente lera, publicado nos *Temps Nouveaux*, de Paris, do filósofo de Asnaia-Poliana, iniciou-se a propaganda, que era acompanhada com simpatia por toda a gente, e apoiada pelos positivistas, assim como pelo Dr. Mau-

ricio de Medeiros e seu illustre irmão, pois que então eram antimilitaristas todos quantos se prezavam de civilizados.

Vivamente impressionado pelos considerandos famosos, que proclamara dignos do Sr. Teixeira Mendes, o director do *Pais* desejou conhecer-me pessoalmente e encarregou o meu velho amigo Lacerda — um dos fundadores e presidente da Liga Brasileira de Imprensa — de me levar ao seu gabinete, onde me abraçou efusivamente e apresentou ao Dr. Franklin Sampaio e Dr. Pedro Moacir, respectivamente presidente da empresa e redactor-chefe. As colunas dêsse e vários outros diários foram postas à minha disposição. Mas o govêrno arrepiou carreira e suspendeu a execução da lei. E a liga, tendo atingido sem luta maior o seu objectivo, voltava por meu voto à sombra do nada, porque sempre fui contrário à existência de instituições sem função necessária.

Mas alguns militaristas não se deram por satisfeitos e foram pedir ao Dr. Edmundo Bittencourt que despedisse das suas oficinas o *perigoso estrangeiro* que dera tão rude tombo na lei do sorteio. O patrão não se faz de rogado, mas quando o *perigoso estrangeiro*, que lhe haviam pintado como um Sathánás truculento e fosforescente a irromper dum alcapão mágico, lhe appareceu sem pêra nem nada, incarnado na minha vulgar pessoa, o homem não pôde conter um sorriso de surpresa e deixou-me ficar em paz, após breves explicações, em que cada um de nós justificou o seu ponto de vista na questão militar. Dias depois, entretanto, o repórter do quartel chegava afobado à officina, por volta da meia noite, a prevenir-me que tomasse cuidado, ao ir de madrugada para casa, porque na ponte dos Marinheiros alguns soldados me esperavam para um desforço. Eloi Pontes já tinha sido agredido na rua do Ouvidor e vários colegas se ofereceram, indignados, para me acompanhar, mas eu preferi mudar de ca-

minho e denunciar ao dia seguinte, pela imprensa, a tentativa cobarde, afim de que não se repetisse. Nesse interim deu-se o atentado contra D. Carlos e o barulho e comoção que esse facto causou no Rio abafou os últimos ecos da questão do sorteio.

A popularidade e prestigio que os factos referidos me haviam dado suscitaram ciúmes em alguns chefes comunistas do movimento. Eu era ostensivamente contra a violência e a insurreição, desaconselhando qualquer interferência de pessoas alheias aos estabelecimentos em caso de greve. Mas os revolucionários estão sempre dispostos a ajudar qualquer manifestação dessa natureza, e a esse desacôrdo irreductivel que havia entre mim e eles outros se uniam. O Sr. Medeiros e Albuquerque defendia calorosamente a vacina e o citado P. Berthelot, por influênciã natural dos circulos que frequentava e ignorando os crimes que essa questão originara em 1904, propôs que se estabelecesse na Federação um posto vacinico. Ora, todos se lembram como a massa popular que, por motivo da revolta de 1904, se amontoou nos calabouços da Ilha das Cobras foi arastada para o Acre, sem processo, sumariamente, como lixo e abandonada à margem do rio ou trocada por comestiveis e entregue como escrava aos ribeirinhos, à medida que nas "gaiolas" ia faltando o alimento. Os srs. Gonçalves Maia e Evaristo de Moraes denunciaram calorosamente esse crime administrativo, que confirma de modo eloquentemente trágico tudo que o sr. Oliveira Viana havia de dizer mais tarde, nas *Populações meridionais do Brasil*, sôbre a falta absoluta de garantias em que vivia, na época colonial, a gente pobre das fazendas. Além disso, eu tinha vivas simpatias pelo positivismo e sobretudo por alguns positivistas, cujo devotamento sincero à questão social e proletária me captivava; na Federação mantinham eles um curso de matemática, ali comparecendo nas pessoas muito dignas e

nobres de dois oficiais, um do Exército, Capitão Montarroios, e outro da Marinha, tenente Coriolano, e de um jovem engenheiro que hoje tem brilhante posto na representação diplomática do Brasil. Por esses motivos opus-me á ideia de Berthelot, notória como era a opposição dos positivistas á vacina; e o posto fracassou.

Berthelot terminara a tradução para francês dum famoso romance brasileiro e a professora Daltro exhibia nas ruas os índios levados de Goiás. Índios vai e índios vem, Berthelot, de temperamento nómade e irrequiesto, concebe a ideia de ir ao sertão conquistar índios para o anarquismo. Os seus correligionários concordam, mas eu rio-me do absurdo, sobretudo com os magros recursos que se poderiam obter. Eu era, assim, um ostensivo hereje dentro do templo, mas tinha do meu lado o bom senso de quantos estavam livres do contágio mais virulento da seita, isto é, aqueles que os comunistas chamam "os operários inconscientes". Era de doido a ideia, mas Berthelot achou tres ou quatro dispostos a segui-lo e a expedição organizou-se — debaixo do meu sorriso sceptico. Um dia, porém, na Agência Havas, falando com o Belmiro, pergunta-me este pela expedição, imaginando que eu acompanhava o terço. Mas diante da minha opinião sôbre o caso exclama logo: "Oh, cos diabos! Já não empresto ao Berthelot os 400\$!" E ao dia seguinte, encontrando eu o pobre Berthelot, contou-me êle furioso que alguém dissera ao Belmiro que a expedição era loucura "e o canalha, agora, não quer emprestar os quatrocentos!" Eu fiquei sinceramente comovido, porque armas, munições, remédios, já tudo estava pronto para a partida; disse então ao Berthelot que voltasse a falar com o Belmiro, que eu faria o possivel para que êle cumprisse a palavra dada. E logo fui á Agência e fiz ver ao homem que devia cumprir o prometido, visto já estar tudo pronto e não dever a minha desvaliosa

opinião sôbre o caso perturbar uma obra já iniciada. O Belmiro ficou sem o cobre e a expedição partiu. Mas logo que os trilhos da Mogiana chegaram ao ponto final, a missão evangélica deu-se por vencida. Alguns apareceram tempos depois, no Rio, como escapos de uma batalha perdida, e Berthelot parou em Goiás, onde morreu alguns anos após, deixando-nos o interessante *Evangelho da Hora*, curtas páginas em estilo biblico, que Neno Vasco publicou em português com grandes elogios, tão próprios do seu bonissimo coração de apóstolo e de santo.

Quando surgiu, portanto, em 1908, a greve do gás, pondo em foco novamente as minhas divergências teóricas com os comunistas, a critica que fiz desse facto foi o divórcio formal. Aparecia tambem nessa ocasião a minha tradução do romance de Henry Mackey, *Os anarquistas*, que é uma critica cerrada ao comunismo anarquista, através da narração do seu martirológio, tão triste e tão inutil como fôra o dos primeiros cristãos. Dei baixa, portanto, desse exercito, mas fi-lo franca, aberta, sinceramente.

O Dr. Caio Monteiro de Barros começou então a seringar-me os ouvidos para organizarmos um partido operário de acção eleitoral. Mais duma vez lhe fiz ver que uma obra dessas requeria muito esforço e tempo antes de alguém se poder apresentar ás urnas em nome dum tal partido. Era um jogo que tinha sido explorado em excesso pelos arrivistas sem escrúpulos e que ninguem mais tomava a sério. Mas o Dr. Caio estava disposto a trabalhar para depois colher. Em 1910 organizou-se, pois, o sonhado partido. Conhecedor, porém, das justas prevenções reinantes nos circulos obreiros contra todos os "companheiros" alheios á classe, pelas bases que apresentei do partido só operários teriam nele voz activa, sendo todas as outras pessoas simples elementos consultivos e protectores. Assim se aproveitariam todas as boas vontades que há nas diversas classes

a respeito das questões proletárias e se daria aos trabalhadores seguro penhor de que não seriam iludidos e explorados por qualquer trepador burguês rotulado de socialista. A lógica era inexpugnável e mestre Caio teve de a aceitar. Também quis desde logo convidar para o novo bloco o meu velho amigo e mestre Evaristo de Moraes, grande tribuno e grande conhecedor das questões sociais, mas o Sr. Caio opôs-se, naturalmente pelo receio da sombra que os gigantes projectam sempre sobre os pigmeus. Logo na primeira reunião apresentou o Sr. Caio o medico Dr. César de Magalhães como membro do partido. Mas a maioria dos elementos, pouco numerosos embora, tinha mais confiança em mim e, por isso, ao escolher o director do órgão social, que se fundou, *A Vanguarda*, aclamou o meu nome, ficando Ulisses Martins como secretário. Nada disto, entretanto, agradou ao Sr. Caio, que tinha pressa de se exhibir e queria colhêr antes de plantar, visto como o partido nascente não passava ainda dum minúsculo agrupamento, que era preciso prestigiar por uma longa e persistente acção hostilizasse o partido. O cobrador do jornal era tambem cobrador da advocacia dêle e logo aos primeiros numeros se abotoou com 600\$, deixando de aparecer ao administrador. Este apresentou queixa á policia. E o Sr. Caio, com grande espanto de todos, apresenta-se na delegacia a defender o gatuno! Estava, assim, desmascarada a bateria e o partido expulsou do seu seio o advogado. *A Vanguarda* narra o facto escandaloso e envolve numa incisiva vergastada o pirata e seu procurador. Mestre Caio querela o jornal em nome do ladrão, mas — quem o diria! — não comparece á audiência e deserta a acção, que aí morre.

Por minha vontade tinha abandonado logo essa tentativa de partido e de jornal operário, mas outros

camaradas estavam dispostos a batalhar. *A Vanguarda* viveu ainda alguns meses, tendo tambem sustentado várias e vivas polémicas com os anarquistas revolucionários. Ao ser proclamada em Portugal a República, *a Vanguarda* torna-se insensivelmente quasi um órgão colonial republicano, tal o vigor e copiosidade com que defendia a revolução que extinguira naquella terra bendita a lei de 13 de fevereiro, que ali estrangulava o pensamento humano. Mas ao cabo de alguns meses estavam todos cansados e eu principalmente. Suspendemos o jornal e demos por morta a tentativa de partido obreiro. Se eu tivesse então uma propriedade agricola, iria com prazer viver nela entre as plantas e os animais, tal a disposição que sentia de me limitar daí em diante á vida vegetativa e isolada das coisas mudas. Mas a falta duma fazenda não impediu que eu satisfizesse de algum modo essa exigência do meu espirito: mudei-me para longinquo subúrbio, onde vivi até 1915, indo á cidade exclusivamente para trabalhar e abstendo-me até de ler jornais para ignorar as questões que em torno de mim se agitavam. Em vão procuraram envolver-me na questão do civilismo-hermismo, pedindo-me artigos e anunciando o meu nome como orador em comícios. Fui inflexível. E nesses anos de tranquilo labor os filhos foram crescendo e algumas economias tambem; mas em 1915 a morte arrebatou-me um rapaz de 11 anos, que era o idolo da casa, e lá se foi tudo que a Marta tinha fiado. Maldizendo a terra que nos roubara o filho amado, voltámos em angústia para a cidade, onde mora a Tentação. A guerra europeia acentuara a minha descrença nas ilusões socialistas e desengonçara por toda a parte as igrejinhas sociais, que foram repartidas entre aliados e germanófilos. E a voz do sangue e da tradição bradou dentro de mim: eu era português e na guerra já estavam alguns parentes e amigos meus; era aliado, por-

tanto. O jornal do velho Fataça — *Portugal Moderno* — passara a diário e eu fôra convidado a colaborar. O homem é um animal gregário e de rebanho, não vive isolado como Robinson na sua ilha. Emancipado da ilusão socialista e dos partidos sociais militantes, voltei naturalmente ao ponto de partida: integrei-me na colónia. Infelizmente, quem não nasceu no Brasil tem de ser nêle estrangeiro toda a vida, embora os acasos da sorte e os laços mais fortes da tradição e do sangue o hajam identificado até á medula com o povo no seio do qual viveu desde a mais tenra idade. Dir-se-ia que pesa sôbre o desgraçado imigrante um ferrete idelével que por toda a parte o marca e aponta ás prevenções do meio social, tal como na idade média sucedia aos moiros e judeus. Voltei, pois, ao ponto de partida. E os meus pobres artigos eram apreciados. Um vi-o eu transcrito com elogios num diário portuense. E quem nasceu com o fadário de escrever, é como quem nasceu para cantar ou sofre de cleptomania. E' uma fatalidade. Mal se lhe oferece um ensejo...

§ 2.º — Como assumi a direcção do *Portugal Moderno* — Por intermédio do Sr. C. Neves conheci o Sr. H. Taborda — Desacôrdo entre os proprietários do *Correi' Português* — Organização da sociedade com o Sr. Taborda.

A breve trecho a empresa *Portugal Moderno* diário fracassa; eu raramente ia á redacção, ignorava os negocios internos e tinha com o Fataça meras relações de cortesia; mas simpatizava naturalmente com o velho jornalista, que mesmo antes de me conhecer transcrevia na sua folha crónicas que eu publicava na *Folha do Comércio*, de Campos. Assim, tendo êle adoecido, fui visitá-lo á Beneficência Portuguesa.

Fataça tinha a convicção de que não iria muito longe. A morte preparava-se para lhe dar o último

bote. Falou-me na sua imperiosa e urgente necessidade de transferir o jornal a alguém que o continuasse. Eu não pensava sequer em tomar aos ombros tal empresa, mas o malogrado poeta insistiu, me influindo e, apurado o cobre indispensável, em março de 1917 adquiria, por escritura pública e livre de qualquer compromisso anterior, o título e algum material do velho semanário.

A minha orientação já estava traçada. A folha abster-se-ia de dar eco ás questiúnculas partidárias da colónia e seria sobretudo um repositório semanal dos factos que mais pudessem interessar aos Portugueses. Ultimamente havia examinado uma edição hebdomadária do *Times*, de Londres, em que se fazia uma resenha sintética das ocorrências da semana e pareceu-me isso um excelente modelo. Assim, ao tomar conta do *Portugal Moderno* logo fiz dêle o sumário de quanto aparecia na imprensa diária, nacional e estrangeira, com particular interesse para o meu público especial. Esta reforma impressionou agradavelmente e de toda a parte me chegavam os elogios e encorajamentos; mas não obstante isso as dificuldades financeiras começaram a surgir, porque tudo encarecia sempre e havia numerosos assinantes que tinham pago á empresa do diário e convinha continuar a fornecer-lhes de graça os números correspondentes do semanário, para obter mais tarde a renovação da assinatura. Foi êste o óbice que eu não vira ao fazer o negócio com o Fataça, mas não desanimei: reduzi o pessoal ao estritamente indispensável e voltei a trabalhar de noite pelo meu officio, fazendo o meu jornal em horas roubadas ao descanso. Estavam as coisas neste pé e eu com as dificuldades maiores já debeladas e condicionadas, quando o Sr. Carvalho Neves me propôs organizar-mos sociedade, cuja fórmula impugnei, conhecedor por longa experiêcia que jornal não é panela que

possa ser mexida por muitos ao mesmo tempo. Passados dias, porém, o Sr. Neves voltou á carga, propondo a organização duma sociedade por cotas, em que entraria êle e o Sr. Tabora, ficando a direcção da folha inteiramente a meu cargo. Concordei então; mas ao chegar, dias depois, á reunião onde já encontrarei os dois amigos, o Sr. Tabora — que eu só conhecia de nome — discordou da fórmula proposta pelo Sr. Neves. E não aceitando eu outra combinação qualquer, propuseram os referidos amigos comprar-me o jornal pura e simplesmente, com a condição, porém, de continuar eu a encarregar-me da redacção, como empregado da firma. Embora esta solução não me oferecesse qualquer vantagem, aliviava-me um pouco dos compromissos tomados e por isso a aceitei, ultimando-se o negócio por escritura pública. Os novos proprietários do *Portugal Moderno* mudaram-lhe então o titulo para *Correio Português*; mas em breve eu me desentendia com o Sr. C. Neves e apresentava aos sócios a minha demissão. Enquanto esperava quem me substituisse, porém, os dois sócios entraram em desacôrdo, dissolveram a sociedade e o Sr. Tabora ficou como unico dono, propondo-me sociedade então. O capital era em partes iguais, devendo notar-se que a minha parte ficava desde logo realizada, com uma promissória assinada pelo Sr. Tabora e que estava a vencer-se, ao passo que a parte do meu sócio iria sendo realizada á medida que fosse sendo preciso. Hesitei ainda um pouco em aceitar a proposta, mas as maneiras delicadas e cordatas do Sr. Tabora inspiravam-me confiança no exito da sociedade e as exortações do Sr. C. Neves, que achava excelente a combinação, acabaram por me decidir. Efectivamente, realizada a sociedade e registado o contrato na Junta Commercial, marcando a cada sócio as suas atribuições, nunca entre nós ambos surgiu a mais leve desinteligência.

§ 3.º — A entrada de Portugal na guerra modifica profundamente a opinião carioca, abafa os órgãos germanófilos da imprensa e leva os partidários do cáiser, como contragolpe, a organizar uma sistemática campanha de difamação contra Portugal — Os desafortos da *Brasília* e seus responsáveis — Queixas da colónia — Por que misterioso conclave um artigo que defendia o Brasil foi considerado ofensivo aos Brasileiros — Afirmções do Sr. Medeiros e Albuquerque — Como os mesmos germanófilos foram agraciados pelo rei Alberto, conforme declara o Sr. Goulart de Andrade.

Quando em 1914 estalou a guerra europeia parecia inevitável a derrota dos aliados. Vários órgãos da imprensa carioca, assim como boa parte da população, manifestaram as suas simpatias pelos alemães, os quais por todos os modos trataram de alimentar a corrente que lhes era favorável. Em regra eram germanófilos todos os retrógrados: monarquistas, católicos, etc. A colónia portuguesa sebastianista e carola era notoriamente germanófila. As cartas que A. Amaral enviava de Londres para o *Correio da Manhã* foram indicadas como hostis aos aliados e o governo inglês expulsou o jornalista brasileiro, só o deixando desembarcar no Brasil. O grande órgão carioca passou a manifestar-se então abertamente pela causa germânica, assumindo o Sr. Amaral a sua direcção redactorial. Activos e patriotas, os alemães desfaziam-se em sacrificios e diligências tendentes a alimentar êsse movimento, tanto mais que no porto se achavam numerosos transatlânticos que era preciso salvar. Defronte às redacções da *Tribuna* e do *Jornal do Brasil*, como decerto todos se lembram ainda, juntavam-se grupos a discutir o movimento das bandeirinhas que, fincadas nos mapas aí afixados, marcavam a posição dos exércitos em actividade, com seus recuos e avanços. Mas a breve trecho, com a continuação indefinida da guerra, esses mapas deixaram de atrair curiosos. Para entreter, porém, esse espectáculo, em comentários favoráveis aos alemães,

vários sujeitos foram estipendiados para aí estacionar como claque disciplinada, afim de prender alguns basbaques e dar uma prova pública de que o povo se interessava realmente pela causa do cáiser. Mas com a entrada de Portugal na guerra sofreu tudo isso uma reviravolta. A colónia portuguesa constituiu-se em grande comissão sem côr política para afirmar o seu patriotismo, cerrando assim fileiras ao lado da Pátria e dos aliados. Os aliados do Rio ganharam mais ânimo e começaram a hostilizar as manifestações germanófilas que apareciam em jornais e casas de comércio. Dir-se-ia que o Brasil tinha entrado também na guerra quando, na realidade, estava neutro e tinha como chanceler um estadista que a Liga dos Aliados e Rui Barbosa acusavam francamente como inimigo da causa aliada. O *Correio da Manhã* e outros jornais viram-se obrigados a pôr uma máscara de neutralidade ou de aliadismo capcioso. Os plumitivos germanófilos ficavam, assim, sem válvula por onde expelir o seu rancor e as suas opiniões. Naturalmente, voltaram-se logo contra Portugal e os Portugueses, que eram a causa da reviravolta insólita. Activos e inteligentes sempre os Alemães não perderam vasa: trataram de arregimentar todos esses elementos em ligas e publicações mais ou menos flibusteiras, iniciando contra Portugal e os Portugueses uma sistemática e brutal campanha de difamação e descrédito em nome dos nativistas e jacobinos. Sabendo, como toda gente sabe, da existência, no Rio, duma intensa xenofobia, trataram de mobilizar e pôr em batalha esses sentimentos virulentos, que são pau para toda a obra. A violência e sistematização da campanha antiportuguesa da revista *Brasília* não tem outra explicação, nem pode ser compreendida de outra maneira. A demonstrá-lo, aí vai um pouco do que ela dizia só numa edição (n. 9):

"Ninguém se iluda. Há actualmente em Portugal uma politica malandra, comprometedora dos interesses brasileiros. Existe uma organização, com delegados mais ou menos letrados, no Brasil, minando-nos, como foi sempre hábito dos nossos irmãos de além-mar. O que êsse espia (*referência nominal a um representante do "Século"*) mal educado vem fazer entre nós é pôr-se ao serviço da velha impostura lusitana, tratando-se do Brasil, e aproveitar-se justamente das facilidades com que os politicos brasileiros tratam das questões mais sérias da nossa pátria, para se tirar partido lá fora das inconveniências que forem ditas e, depois, achincalharem-nos, como fazem constantemente os jornais lusitanos... Convençamo-nos disto: o Brasil não precisa da opinião de Portugal. Portugal é um caro trambolho que vive a embaraçar a nossa marcha, pela nossa muita generosidade e pelo nosso muito descaso no que diz respeito á defesa dos interesses brasileiros. (Pg. 437).

"O problema é este: pode ser considerada brasileira, ou mesmo amiga do Brasil, uma gente que nada nos honra pela cultura e cujo unico fim, ao desembarcar entre nós, é roubar-nos o mais possivel para enviar *pro reino?*"... Ora, diga-nos o Sr. João do Rio — ainda é preciso mais gente para elogiar e respeitar Portugal (como dizia o Eça) nesta terra em que já arranjou foros de literato até êste minotauro da imbecilidade que é o Alexandre Tirribil de Albuquerque? Ainda é preciso mais gente para ajudar o melifluo consulzinho das palavras loucas e o D'Annunzio da cebolada e pós da Persia que os destinos fizeram Justino de Montalvão? Será pouco o Sr. Raimalho Ortigão e o seu dinheiro; o Sr. Visconde de Moraes e a sua corôa; o comendador e a sua burrice? Será pouco toda a imprensa do Rio, em que as secções sobre Portugal são novos cantos dos *Lusitadas*, e em que as greves de Lisboa são transformadas em

feitos gloriosos na frente ocidental? Pois bem, a *Brasília*, achando que é muita cera para tão ruim defunto, neste enterro que lhe vai preparando a velha e boníssima Albion — aquela amiga que o Junqueiro cantou — a *Brasília*, julgando que é muito gasto para esta missa de sétimo dia que ainda estamos a anunciar, preferiu dedicar-se ao encorajamento do Brasileiro mesmo, isto é, do tipo que ha de predominar — o mestiço — a que precisamos elevar o nível moral e abrir os horizontes sociais ainda fechados até hoje com costeiras de hipocrisia dos piratas que povoaram o Brasil, matando o índio que os recebera amistosamente, pelos piratas que para cá trouxeram o negro e o exploraram em todos os sentidos, até mesmo naquele terreno de onde surgiu o mulato... e que, após o grito de 7 de setembro, continuaram e aí ainda estão explorando-nos torpemente, roubando-nos todos os dias, enviando-nos a pilheira de lá, atulhando-nos o litoral com gente analfabeta e brutal." (Pgs. 445-6).

"... e que, quanto aos seus descendentes, que atulham as margens do Tejo e montam canôas em busca de submarinos alemães, sabemos deles não só pela infelicidade que nos toca de encontrá-los nas nossas ruas com ares de donos — mas pelas fotografias que legaram ao mundo, de que fizeram o *outro Lusíadas*, o porreteiro Camilo, o Eça magriço, o espadeiro Fialho, o condestável Ortigão e até mesmo aquele lindo infante D. António, que murmurou um dia: *que desgraça nascer em Portugal!* Ora, conta uma lenda, que Noé, vindo ao mundo, desconheceu terras e homens e já se dispunha a voltar ao seio da Eternidade, quando avistou um dia a mesma torre de Belém, que lhe acenava: *Eu estou aqui, homem de Deus; eu estou aqui!* E o homem de Deus pôde ver que só Portugal era o mesmo diluviano com a sua torre e a sua porçaria... (Pg. 466).

O que nós queremos é que isto aqui se livre de Portugal, que não venhamos a ser o Portugal da América, para quem nem ao menos existirão as naus de Ormuz e o aceno de Prestes João..." (Pg. 456).

"... daquela estação naval da Grã-Bretanha (Portugal) que já morreu e está bem encadernado com o nosso dinheiro... Se desembarcou um dia nestas plagas, já pagamos o que pediam essas ondas de pirataria e desorganização"... "ninguém, máxime os Portugueses, tem direito de falar nas duas nações lusas. Qual lusas, qual nada! deve ficar cortado, de uma vez para sempre, o rabicho que ainda nos prende aos pés bolorentos desta muralha de falsidades históricas, que é a proclamada amizade de Portugal pelo Brasil. Se queremos invocar alguém, de que nos poderá valer o Nuno Alvares, ou o Afonso Henriques que á própria mãe maltratou... Se se faz necessária a invocação, então invoquemos um Floriano, menos branco, mas mais nosso, *que se fosse imitado já há muito estaríamos livres dos retalhistas da nossa dignidade...* (Pg. 457).

"... vivemos aqui no seio de uma colectividade a que se convencionou chamar imprensa brasileira, e que outra cousa não representa de facto senão a guarda avançada dos interesses da colónia portuguesa, aqui domiciliada... A missão da imprensa carioca, já o dissemos aqui, atende a dois fins exclusivamente: ganhar dinheiro e glorificar Portugal. (458).

"A *Brasília*, que conta no seu seio a mentalidade de Jackson de Figueiredo, membro do Tiro da Imprensa, só vê uma utilidade na criação desta sociedade: reunir energias capazes de, pela coesão, podermos, mais tarde, com firmeza e animo, sacudir o jugo colonial que a imprensa do Rio, a serviço de interesses da abastada colónia portuguesa, exerce mui disfarçadamente em todos os departamentos da nossa ineffectualidade. O primeiro tiro que o Tiro deve dar é, pois, na ficção dos valores portugueses..."

(pg. 465) "na reacção absolutamente necessária contra este mascarado dominio, que sobre nós continua a exercer, comercial e intellectualmente, *através de uma imprensa infame*, o povo mais atrazado, mais infeliz, mais desprezível da Europa, pelo menos agora, quando, vendido pelos traidores da realza, não passa de uma colónia britânica, a menos cotada pelo próprio Inglês, que sabe muito bem o que é aquela bodega de Bernardinos, Afonsos Costas e companhia." (Pg. 460).

"Isto aqui nunca passou duma colónia portuguesa. E a famosa amizade entre os *dois povos irmãos*, tem sido mais funesta que a guerra mais devastadora. . . Sem descermos a examinar a autenticidade histórica dos triunfos portugueses, outrora, contra os nossos inteligentes e bondosos indigenas, as tribos inermes da Africa e os muçulmanos pacificos da Asia, cujos povos foram envenenados pela mais pífia das civilizações. . ." (pg. 459).

"Aqui não existe imprensa brasileira. Todos os órgãos afinam pelo diapásão do comercialismo rotineiro da colónia que nos devora e asfixia como um cancro. . . O Português foi, em todos os tempos, o unico inimigo do progresso do Brasil em geral e do Brasileiro em particular. . . não é possível amar o Brasil sem desamar o predomínio luso, que o carcome e corrompe em todos os sentidos. . . Damos afinal no ponto vulnerável: o micróbio português disfarçado em amigo do Brasil. (Pg. 459).

"O Português não só teima em se considerar português, como também é dos estrangeiros aquele que nos olha com ares mais senhoris, por hábito que lhe consentimos, ao ponto de continuar o Brasil, sob muitos aspectos, uma espécie de campo de exploração do que há de mais sórdido entre as gentes lusitanas. (Pg. 454).

. . . "o nome de Portugal só evoca um passado de misérias e torpezas e um presente de ignominias". . .

"Há quem pense melhor fôra tivesse o Brasil ficado virgem de uma tal *descoberta*, a ter de haver-se com a moralidade da escravidão e do latrocínio e a eloquencia do incendio, e a balança em que se pesavam aquelas gananciosas consciências!" . . . Não continua a ser este país um reflexo de Portugal, felizmente moribundo nos braços da Inglaterra? . . . O pior é o Português nacional, o homem a quem a educação e contacto com Portugueses acabaram por *amondroglá-lo* de todo, na frase de desprezo com que o nosso povo se vingava dessa canalha." (Pg. 460-61).

Como se vê por êsse extracto, era um ataque insólito e torpe, em que se cobria de injúrias atrozes Portugal, os seus chefes, sua história, a colónia portuguesa, a nossa raça e a nossa gente. A imprensa carioca era chamada simplesmente *infame*, por se dizer que estava na mão de Portugueses e defendia a causa de Portugal. Mas julga-se que essas objurgatórias vinham a lume anonimamente, como qualquer pasquim sem imputabilidade? Nada disso; a revista tinha por director um doutor de nomeada literária cheirante a genialidade, que era professor público e grande ornamento da imprensa carioca. Mas o melhor é dar a êle próprio a palavra neste ponto. Eis o que se lê na *Noticia* de 30 de novembro de 1917:

"Do nosso colaborador Sr. Dr. Jackson de Figueiredo, o nosso companheiro Sr. Ivo Arruda, redactor-secretário da *Noticia*, recebeu a seguinte carta: — "Meu caro Ivo Arruda — Tenho a dizer-lhe o seguinte: Na direcção da *Brasilia* não está somente um nome humilde como o meu; são *responsáveis também por tudo quanto ali se tem escrito* um official engenheiro do nosso exército, o sr. Arnaldo Damasceno Vieira, um funcionário do nosso Tesouro, o Sr. Alvaro Bomilcar, com fé de officio limpissima e, ademais, com a responsabilidade de quem já fez, em prol da ordem constituida, todas as campanhas do

sul. A redacção da *Brasília* é servida por nomes como os de José Vieira, Breno Arruda e Tasso Silveira, moços que estão á frente da campanha nacionalista e que, por si sós, são garantia de patriotismo. Temos em verdade atacado o comercialismo português com a mesma violencia com que éle nos oprime... Podemos ser acusados de jacobinos e, em verdade, neste momento, ai de quem não o for! Honramo-nos muito com tal nome. Quanto ao germanofilismo da *Brasília*, tem sido o mesmo que tenho feito pelas colunas da *Noticia*; isto é, a defesa de um Brasileiro illustre como o Sr. Lauro Muller. Mas ao governo do Sr. V. Brás temos feito a mesma defesa e V. sabe que estou entre os soldados do Tiro da Imprensa, desde a sua primeira reunião, a que tive a honra de presidir."

Na sua edição n. 10, distribuida logo após o empastelamento do *Correio Português*, e quando o Brasil já havia declarado guerra á Alemanha, assim se tornando companheiro de combate ao lado de Portugal e dos outros aliados, a *Brasília*, após uma recapitulação do seu programa de hostilidade aos Portuguezes, acrescentava ainda:

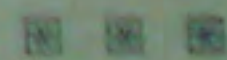
"O momento não comporta sentimentalismos. Quando apontamos o comercialismo colonial português como o principal factor dos males de que nos queixamos todos, é por ser esta a verdade demonstrada e documentada — doa a quem doer! E' esse commercialismo tradicional, rotineiro e funesto, que nos impõe a miséria física e moral... . . . Nacionalizemos o nosso comércio, libertando o povo da inaudita opressão do comércio e da imprensa lusitana, emancipando-nos completamente dessa estúpida ficção dos valores portuguezes, que têm sido os parasitas da nossa riqueza moral e intelectual e os maiores factores da carestia da vida."

O mais é uma repetição monótona do que ficou transcrito já, declarando, como acintosa exhibição de força e prestigio, que são seus directores: Dr. Ar-

naldo Damasceno, Dr. Jackson de Figueiredo, Dr. Alvaro Bomilcar; mantenedores: Dr. Paulo de Araujo, Padre Antonio Carmelo, Dr. Josino de Meneses, Dr. Camilo Paoliello, Dr. Almeida Magalhães; redactores: Dr. José Vieira, Breno Arruda, Tasso da Silveira, Alberto Deodato; colaboradores: Andrade Murici, Capitão Félix Amélio, Conde de Afonso Celso, Evaristo de Moraes, Emiliano Pernetá, Fábio Luz, Lopes Trovão, Mário Mendes Campos, Melo Moraes Filho, Nestor Victor, Oliveira Lima, Rocha Pombo, Rodolfo Teófilo, Temudo Lessa, Xavier Marques, Félix Pacheco, Garcia Rosa, Holanda Cunha, Laudeli no Freire, Lima Barreto."

Está aí portanto, com a *Brasília* e seus ataques a Portugal, a flor da intelectualidade carioca. Provavelmente muitas das pessoas dessa nominata gloriosa da lusofobia, não seriam capazes de subscrever as diatribes que deixámos registadas, mas também não nos consta que desautorassem por qualquer forma a imputação que lhes é feita. Quem cala consente, portanto. E isto é muito significativo. Mas no *Jornal do Comércio* de 12-10-917, (oito dias após o empastelamento do *Correio Português*) vem a seguinte noticia: — "Para Muzambinho partiu ontem o Sr. Jackson de Figueiredo. O autor de "Xavier Marques" vai ali comissionado pelo Conselho Superior do Ensino e pela Liga da Defesa Nacional realizar conferências patrióticas. Ao seu embarque compareceu crecido numero de literatos, representantes da Liga da Defesa Nacional e do Tiro da Imprensa."

Creio que não é preciso mais nada para provar que o director e a gente da *Brasília* era mesmo "grosseira" e representativa.



Á redacção do meu jornal chegavam todos os dias, como facilmente se comprehende, queixas contra a

campanha difamatória e até pessoas de caracter official na colónia me deram a entender que se tornava preciso revidar as injúrias da *Brasília*. Por essa occasião realizou o Sr. Dr. Pinto da Rocha, no salão nobre do *Jornal do Comércio*, uma conferência, no curso da qual narrou como o sr. João Ribeiro, em carta particular e referindo-se ás opiniões lusófilas do orador, lhe chamara *galego honorário*. O Dr. Pinto da Rocha protestou contra a soltura do filólogo e declarou que tinha muita honra de ser "galego honorario", como o haviam sido, entre outros, Barroso e Pedro I, os heróis do Riachuelo e do grito do Ipiranga; essa frase, porém — "galego honorário" — tinha "*rasca de ódio do sangue sujo da mestiçagem contra o sangue puro*". O incidente fez rumor; e a local em que o *Correio Português* tratou do caso foi transcrita no *Jornal do Comércio* e noutros. Dias depois, em nome do Sr. Ribeiro, o *Imparcial* dava umas desculpas, que o nosso jornal transcreveu, sem azedume, dando por encerrado o caso amistosamente.

Mas o diabo tece-as... As queixas contra a campanha da *Brasília* continuavam na redacção e até pelo telefone. Talvez por um pressentimento misterioso, eu fugia a ocupar-me do assunto. Certa tarde, porém, chega á redacção um patricio, negociante vizinho e, apontando alguns tópicos da *Brasília*, pergunta-me indignado, para que servia o *Correio Português* se não revidava tais desaforos. Tinha razão indubitavelmente e eu prometi satisfazê-lo. A frase que eu ouvira na conferência aludida ocorreu-me então como um mote tentador. O patricio deixara-me também, com a revista funesta, algumas laudas escritas. Eu desbastei-as um pouco da violência, encaixei-lhes ampliado o mote malfadado e pus-lhe um pseudónimo por assinatura. Mas a palavra *sujo*, que figurava no mote, pareceu-me violenta de mais e por isso a suprimi. Assim, tudo que de pouco delicado houvesse no artigo estava contido e aumentado no

mote. Como poderia eu ter receio de glosar uma frase tão ruidosamente aplaudida num salão tão distinto e que fôra acolhida sem reserva pela imprensa toda? Depois, como poderia eu imaginar que me era defeso falar em mestiços e mestiçagem, embora repetindo uma frase alheia, se no Brasil ninguem se considera pessoalmente mestiço ou de côr, julgando-se todos brancos sem mescla? (*) Quem acudiria, pois, ao nome de mestiço, que era endereçado em revide a um grupo determinado, para se dar como alvo duma offensa ou injuria que só podia atingir o dito grupo ou, por uma generalização forçada, certa parte apenas da população, que aliás se considera branca? Por outro lado, não é ponto assente pela sciência e proclamado nas escolas, nos livros e em documentos officiais, que as raças negra e india são inferiores, incapazes para a civilização, esforçando-se todos os

(*) "O Brasil é um país de homens brancos porque é o espirito dos brancos que predomina; as raças negra e india irão assimilando, fundindo até o desaparecimento completo, na apuração dos fusinamentos progressivos. E' o que já aconteceu aqui (Brasil), na Argentina, no Uruguai. E' o fenómeno que se produz em todas as sociedades em formação... As raças chamadas inferiores, que colaboraram na civilização americana não podem ser, portanto, um elemento de desassimilação e anarquia. Tendem, entretanto, a desaparecer assimiladas. Porque? Porque o que caracteriza a raça como consciência, como nacionalidade, como ideal, não é o fundamento étnico, etnológico; é a lingua. O homem vale pelo que pensa e ele pensa na lingua do seu grupo. Por isso, o ramo étnico primitivo que impõe o seu idioma, domina sobre os demais e os assimila. O que faz o tipo politico e social da raça é a sua lingua, que mantém as tradições do ramo étnico, que conserva o espirito e o conserva sem o desnaturar. Por isso, os descendentes dos eslavos e tártaros da Prussia de hoje se proclamam pangermanistas com orgulho, e os descendentes das mulatas da Itália se consideram puros latinos... No Brasil é de estilo fazer piada com os mulatos e negros que com muita razão e fundamento se intitulam latinos. Os negros, caboclos e mestiços da América, descoberta e colonizada por Ibéricos, aliás cheios de cruzamentos, são latinos porque assimilaram o espirito latino. Desde os tempos mais remotos os povos reconheceram ou sentiram esta verdade, e quando queriam dominar tratavam de impor a sua lingua. E' pela escola que essa luta se caracteriza no mundo inteiro." (Vitor Vianna, *Séc. brasileira*.)

povos por se expurgarem desses germes de inferioridade? Como se explica e compreende, pois, que um artigo em que se defende o ideal nacional da brancura, atacando-se um grupo determinado que o conspurca, com injurias dirigidas á nação a quem o Brasil deve tudo que um filho pode dever a um pai — como se explica, repito, que um tal artigo haja sido considerado ofensivo ao Brasil? Ora, pelo mesmo motivo que Rui Barbosa foi acusado de insultar e trair o Brasil — conforme se viu no capítulo V d'este livro. Mas neste caso interveio também uma chantagem jornalística, auxiliada por circunstancias peculiares á recente declaração de guerra do Brasil á Alemanha. Antes, porém, de desvendar esse segredo e narrar os tristes factos provocados pela pirataria, detenhamo-nos sobre algumas provas do que ficou firmado no começo deste parágrafo: que a campanha difamatória contra Portugal, em nome do nativismo, era obra germanófila sobretudo. Eis o que o Sr. Medeiros e Albuquerque publicou na *Noite* de 27-11-917:

“Só depois que este artigo estava composto foi que eu tive ocasião de lêr a noticia da *Época*, de que a mocidade académica e o Centro Nacionalista me preparavam uma manifestação de desagrado. Agradecendo as palavras da *Época* a meu respeito, não tenho a menor intenção de mudar de ponto de vista. O Centro Nacionalista, pelo seu órgão mais idóneo, sempre se manifestou francamente germanófilo. Em compensação, todo o seu esforço tem sido para atacar a mais operosa das colónias estrangeiras do nosso país, procurando desviar contra ela os justos rancores que só devemos ter contra os Alemães. Ora, os meus artigos têm sido exclusivamente atacando os Alemães. Ninguém pode, portanto, admitir que a classe académica esteja envolvida em tal manifestação. Ela deve ser a primeira a sentir-se acabrunha-

da, sabendo que há actualmente cincoenta soldados brasileiros sob as ordens dos frades alemães.”

Idem, idem no dia 28: “No *post-scriptum* do meu artigo de ontem eu cometi uma injustiça, de que me penitencio. O Centro Académico Nacionalista nada tem com uma revista, que eu julgava ser o seu órgão. Feita, porém, esta rectificação, vale a pena aludir a uma propaganda muito suspeita que ultimamente se tem feito e a que felizmente o Centro Académico Nacionalista é absolutamente alheio. Essa propaganda se diz também nacionalista. Ela tem tido como seu principal órgão uma revista que aqui se publica. Acontece, porém, que, por uma estranha coincidência, os que mais se dedicam a propagar essas ideias são também germanófilos, ou confessos ou encapotados. E desde logo se percebe que fins visam os autores dessa propaganda. Trata-se apenas de desviar as atenções para, em vez de nos occuparmos com os nossos verdadeiros inimigos, estabelecermos prevenções e sizanias entre nós e nossos amigos, nossos aliados. Há um certo numero de questões que se prendem a um programa nacionalista, que podem ser tratadas com a maior elevação de vistas. Tudo isso, porém, é agora profundamente inoportuno. Demais, sente-se que os propugnadores dessas medidas visam sempre, não os estrangeiros inimigos, mas os estrangeiros amigos — exactamente aqueles a que nos prendem mais estreitos laços de sangue e de afeição: os Portugueses!

Por toda parte a insidia alemã tem sido a mesma: desunir para vencer. A coisa é aliás de boa táctica: criar antipatias entre os aliados do campo oposto, separando-os, enfraquecendo-os. E' o que tem feito os nossos germanófilos, que se dizem nacionalistas e que buscam excitar prevenções, não contra os Alemães, mas contra os Portugueses. O caso do artigo de Mota Assunção lhes forneceu um ótimo pretexto. Procuraram estender a responsabilidade do verda-

deiro e unico autor a Humberto Taborda. Daí partiram para uma campanha contra os jornalistas portugueses. Só contra os Portugueses. Agora, segundo expôs a *Epoca*, se sentem molestados, porque eu ataco frades alemães e comércio alemão!

Tudo isso é bastante significativo. Não há quem não veja o que visam essas manobras. Se antes da guerra actual nós já tínhamos excelentes razões para prezar a colónia portuguesa, agora as temos ainda maiores e mais fortes. Já tínhamos com ela os laços de sangue da nossa ascendência. Agora temos outros laços tambem de sangue: o que os Portugueses estão derramando pela nossa causa, que é a causa da Civilização contra a barbaria alemã."

Idem, idem, a 1-12-917: "Um grande numero de germanófilos francos e de pseudo-nacionalistas, que uns e outros trabalham em favor da Alemanha, procuram estabelecer discordia entre os aliados, gostariam bem de ver parar minha pena. Compreendo perfeitamente o interesse d'elles, porque minha pena, embora sem vigor nem brilho, sabe, perseverantemente, revelar-lhes os manejos. Perdem, porém, todo o seu tempo e suas manobras: eu sou infinitamente teimoso..."

Agora, da *Época* de 29-11-917: "Afim, Medeiros e Albuquerque acaba por levantar o véu do pseudo-nacionalismo de certa gente. As considerações que ontem fez no nosso brilhante colega *A Noite* vêm mostrar que a agitação feita por aquela gente em torno de Taborda,.... longe de ter o fim patriótico que se supunha, ocultava um plano infernal: lançar os Brasileiros contra os Portugueses, no momento mais grave de nossa nacionalidade; provocar a luta contra o povo que não é sómente nosso amigo, mas tambem que é nosso irmão. E' interessante notar como todos os que são germanófilos tentam desinteressar-se do conflito europeu e proclamam-se nacionalistas. São brasileiros, não são outra coisa senão bra-

sileiros. E' preciso combater este nacionalismo de encomenda, quando os aliados nos abrem os braços e vêm generosamente ao nosso encontro. *A revista* de que fala Medeiros e Albuquerque é evidentemente germanófila. Basta compulsar-lhe os numeros anteriores, basta ler-lhe o programa absurdo do numero de outubro. — P. S."

Outra prova ainda de que a matula então jacobina e germanófila é pau para toda a obra e serve, indifferentemente, a quem mais lhe paga ou a quem ella quer explorar, está no seguinte tópico em que o distinto académico Sr. Goulart de Andrade denuncia a maroteira por ella feita com o rei Alberto:

"E, depois, para quê, se neste passo só têm apparecido os que agiram por omissão e os que se encarniçaram contra o país violentado? Poderia citar um por um, a começar pelo presidente da Liga Pró-Germânia, dentre os que com a pena ou a palavra, hostilizando a Belgica, ostentavam agora comendas, cruces e veneras, fitas e cordões, perfeitamente tranquilos na sua inconsciencia. Mas não vale a pena gastar palavras com esses que tais, desde que se saiba que o mundo é dos mais espertos, além de que, assim como há "profiteurs" no campo dos negócios, tambem os haverá por veredas e atalhos outros. De tudo quanto vi e anotei, foi esta a parte mais divertida." (Trecho dum artigo inserto no *C. Paulistano*).

§ 4.º — As doutrinas da *Brasilia* estão em opposição ao ideal ético brasileiro — Testemunho dos Srs. Silvio Romero e Oliveira Vianna — Uma anecdota expressiva e um adágio agudo do Jeca Tata — Os predadores de indios e negros: o que foi e o que é hoje a escravidão e a caça aos indios — O polaquismo e a lusofobia — Um fenómeno de mestiçagem, segundo G. de Andrade — Testemunho de Le Bon.

As aggressões da *Brasilia*, como ficou patente no parágrafo anterior, são uma sùmula da vulgar e tradicional linguagem jacobina e constituem, positiva-

mente, tudo que de mais injurioso e ofensivo pode haver para Portugal e os Portugueses, tanto da actualidade como de sempre, pois que envolvem na violência da mesma injustiça a nacionalidade e a raça. A verdade, porém, é que todas essas objurgatórias incidem com a mesma energia, senão com mais ainda, sobre o Brasil e os Brasileiros, como ramo que são do mesmo tronco étnico e civil. E' um facto muito evidente, sem dúvida, mas como há cegos mentais que o não vêem, detenhamo-nos um pouco a demonstrá-lo, mesmo porque, como já diziam os antigos, o que sobra não faz falta.

É ponto assente e indiscutível, ensinado nas escolas e nos documentos oficiais, que o povo brasileiro é composto de tres factores étnicos essenciaes: o portuguez, o índio e o negro. E ponto igualmente indiscutível é, proclamado pela sciência e pelos aludidos documentos, que o negro e o índio são elementos inferiores, incapazes de civilização ou progresso. Ora, se desses três factores retirarmos o portuguez, difamando-o com as objurgatórias da *Brasília*, é evidente que na base étnica do povo brasileiro fica exclusivamente o índio e o negro. Mas o ideal étnico do povo brasileiro será lavar-se do sangue portuguez, como pretendem os nativistas, ou desfazer-se o mais depressa possivel do sangue índio-negro, como afirmam os sábios patriotas e eu repeti no artigo famoso?

Para começar, vejamos como Silvio Romero responde á pergunta, falando sobre este assunto no prefácio das *Questões e problemas* do Sr. T. L. Castro:

"Em sete dentre os dezasseis estudos que ocorrem neste livro, o moço escritor referiu-se ao problema étnico em coisas brasileiras. Não sei se o mesmo faria agora, se escrevera actualmente. Hoje, por motivos que não vêm ao caso expor, tornou-se perigoso tocar neste assunto. A nação arianizou-se de repente. Tres casos típicos recentes me ocorrem. Quem se não lembra da gritaria levantada nos jornais con-

tra uma escritora belga que, em narrativa de viagem ao Brasil, tivera a desastrada ousadia de dizer que tinha visto em nossa terra pretos e mulatos, mesmo nas grandes cidades? E o caso de J. Huret, que igual audácia chegara a ter? E o do Dr. Baptista de Lacerda? Este é o mais interessante de todos. O sciencista fluminense fôra convidado para representar o Brasil no Congresso das Raças, em Londres. (Não sei como em Londres, depois das magicaturas de J. Finot e dos protestos brasileiros, ainda se fala em raças diversas...), e formulara timidamente certas teses. O nosso representante chegara a conclusões verdadeiramente optimista e, ainda assim, não escapou à sanha da patriotada *aristocratizada... europeizada...* do momento. Uma comédia! Para se ver o tom optimista das conclusões de Lacerda, bastante é ler estas: 6.^a A crescente imigração de gente de raça branca, a selecção sexual, a extinção dos prejuizos de raça, cooperam para o desaparecimento, dentro em breve, dos mestiços no Brasil. 7.^a Antes de um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, em sua mór parte, por individuos de raça branca e, por esse tempo, o negro e o índio terão, sem dúvida, desaparecido desta porção da América." Então? Não chego a atinar com o que desagradou nestas conclusões. O que nelas ressalta a todas as vistas é o irrecusável optimismo do sciencista brasileiro. A maior celeuma foi a de marcar o prazo de um século para o triplice desaparecimento do negro, do índio e até do mestiço... O Sr. Afrânio Peixoto, tocando de passagem no assunto em o belo romance — *Esfinge*, marca para isso *dois séculos*; na *História da Literatura* designei eu alguns séculos, *uns três ou quatro...* Hoje, quanto a índios e negros irrecusáveis, isto é, quanto às gentes de cor preta e vermelha, marcaria uns seis ou oito, senão mais, e, quanto aos mestiços, o tempo todo em que no decorrer dos séculos houver habitantes nesta par-

te do globo; porque populações que se mestiçaram — nunca mais deixam de ser mestiçadas, e esse é em geral o caso de todas as populações da terra! E, quando se discute o problema do cruzamento e mestiçamento das raças em regiões como o Brasil, claro é que se não reporta a gente à mestiçagem anterior dos tres troncos formativos das novas populações: brancos, índios e negros. O mestiçamento intrínseco, secular nuns casos, milenário noutros, de todos êles é um elemento pressuposto do problema. Trata-se é do novo reforço do mestiçamento, do novo acto da fusão de raças no drama que de quatro séculos a esta parte se vem desenrolando na América e em todas as regiões do globo, que estão sendo colonizadas pelos Europeus dos fins do século XV para cá. Mister é não perdê-lo de vista. Como quer que seja, é preciso ser completamente ignorante em coisas de antropologia e etnografia para desconhecer o duplo fenómeno da persistência dos caracteres fundamentais das raças, por um lado, e, por outro, o fenómeno do cruzamento de todas elas, sempre que se acham em contacto. Quem se quiser convencer do primeiro facto, não precisa sair do Velho Mundo; estude as populações da China, do Japão, da Índia, do Egipto, de toda a Europa. Na China, a despeito de cruzamentos milenários, o observador descobre os claros sinais de tres ou quatro raças diversas e opostas. No Japão duas principais se manifestam logo a olhos nus ao viajante, desde que desembarca. No Egipto é clássico e universalmente conhecido o caso da identidade do tipo do felá actual e do antigo Egipcio, e dos tipos de negros, reproduzidos nos mais velhos relevos dos antigos monumentos, exactamente iguais aos pretos da vizinhança, do Darfur, por exemplo. Depois de quinze a vinte mil anos! Na Europa a análise antropológica tem descoberto os claros sinais do *Homo Alpinus*, do *Acrogonus*, do *Contractus*, do *Homo Afer* e outros.

Tudo isto está a demonstrar a tese da persistência da indestrutibilidade da raça, dadas certas condições do meio. E, ao mesmo tempo que prova essa persistência, demonstra, implicitamente, o facto do cruzamento, da mestiçagem. Onde, porém, os dois fenómenos são, por assim dizer, surpreendidos em flagrante, é na Índia. Ali o sistema das castas, ainda hoje mantido com excessivo rigor pelo hinduismo, conseguiu manter separadas o mais possível as primitivas raças do tempo da conquista ariana. A Índia foi por isto chamada, como nô-lo informa C. Bouglé, *um museu de raças*. Os tipos mais diversos e primitivos ainda ali se observam. Brancos, vermelhos, amarelos e negros, descritos no *Mahâbharata*, ainda ali se notam, a despeito das repetidas conquistas, ou até por causa delas. Chegou-se, por êste singular fenómeno a supor um instante que na Índia o cruzamento das raças se não tinha dado e o mestiçamento não existia. Os mais autorizados observadores e etnólogos modernos provaram vitoriosamente o contrário. O livro de C. Bouglé *Essai sur le régime des castes*, atesta-o de modo irrecusável. Desde os mais antigos tempos o cruzamento se veio dando, não tão desbragado como no Brasil, por exemplo, entre Portugueses, negros e índios; mas, ainda assim, consideravelmente intenso. "La, comme partout, les oppositions cèdent à la longue. L'amour est le plus fort. Dans les histoires sanglantes, comme dans les comédies, tout finit par des mariages." (Bouglé, op. cit., 132). Daí o grito de alarma de Topinard, no estudo sobre a *Antropologia de Bengala*, repetido por Bouglé: "Les types intéressants disparaissent à vue d'œil: les mélanges et les croisements augmentent dans des proportions désastreuses." Mas, para que todos os tipos interessantes, quer dizer puros e primitivos desaparecessem, seria preciso que todos os grupos dêssem tipos interessantes não cruzassem mais nunca entre si e sim sempre e sistematicamente

com representantes de tipos diferentes. Em todo o caso, mesmo na hipótese contrária, diminuiria o número dos tipos *interessantes* e aumentaria o número dos *mestiços*. . . Semelhantemente, para que no Brasil desaparecessem, dentro de um século (Lacerda), ou dentro de dois (Afrânio) o negro e o índio, seria infalivelmente indispensável que nunca mais cruzassem entre si; que os índios trocassem sempre e em absoluto as caboclas pelas brancas, e os pretos as negras pelas referidas brancas, o que parece altamente hipotético. E para que os mestiços carregados (a estes é que se reportam os dois autores e não aos *melânicos* que possam *fingir de brancos*) tomassem todos a coloração branca, seria mister que nunca mais os ditos mestiços coabitassem com as negras, as índias, as mulatas, as cafuzas, e sómente com raparigas de fina côr de neve, por um lado; e, por outro, que os brancos desprezassem, por uma vez, as negras e caboclas, cruzando sómente com as brancas e as mestiças, disfarçadas ou não. Só assim a *reversão* para o tipo mais abundante no cruzamento se poderia fazer no fim de muitas gerações e muitos séculos. Hipótese também esta sofrivelmente gratuita."

Como se infere, eloqüentemente, dessas palavras de Silvio Romero, o ideal racial do povo brasileiro não é lavar-se do sangue português, como pretende a *Brasília*; é sim, muito pelo contrário, lavar-se do sangue negro-índio, que constitue um factor de inferioridade e degenerescência. A demonstrar esta afirmação, hoje indiscutível e dogmática no terreno científico, podia juntar aqui o testemunho dos mais famosos autores; mas superior a tudo quanto os sábios estrangeiros pudessem dizer, está o que se lê na obra do moderno e grande sociólogo brasileiro Sr. Oliveira Viana, que reúne a vantagem de falar em nome dos últimos resultados da sciência e do

próprio govêrno, porque o seu livro *Evolução do povo brasileiro* foi publicado em primeira mão como prefácio ao recenseamento de 1920. Vejamos, portanto, como o fecundo e sábio escritor responde á nossa pergunta e deslinda a questão:

"O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua *civilizabilidade* não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco. Entre a mentalidade dêste e a do homem africano puro há uma diferença de estrutura substancial e irredutível, que nenhuma pressão social ou cultural, por mais prolongada que seja, será capaz de vencer e eliminar. Os próprios negros americanos, muito superiores, aliás, aos nossos, em virtude da selecção imposta pelas contingências da luta com um adversário temível, como é o anglosaxão, ficam muito abaixo do teor médio da civilização norteamericana; mesmo os seus tipos superiores, como Booker Washington, não são negros puros, mas perfeitos mestiços, autênticos mulatos, cuja superioridade deriva unicamente do sangue ariano que trazem nas veias.

O homem branco cultiva, com efeito, certas aspirações, move-se segundo certas predilecções e visa certos objectivos superiores, que de modo algum serão capazes de constituir motivos determinantes da actividade social do homem negro. Esses objectivos, que são a causa íntima da incomparável aptidão ascensional das sociedades arianas, deixam indiferentes os homens da raça negra, organicamente incapazes de se elevarem, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária. O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa história, se é, pois, muito reduzido, apesar da sua

formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, não o é apenas pela acção compressiva dos preconceitos sociais, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores, que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco. Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direcção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada em que os vemos hoje.

Os índios não estão, neste ponto, em condições superiores aos negros. O eugenismo do *H. americanus* pôde ser grande em função da sua civilização rudimentar e do seu estado selvagem; posto, porém, em função da civilização, *organizada aqui pelo homem peninsular*, é absolutamente negativa: em nossa sociedade, modelada à europeia, o seu poder de capilaridade social, a sua *ascensionabilidade* é mesmo muito inferior à do negro. O negro, pelo seu temperamento servil e imitador, ainda se deixa suggestionar por certos aspectos da civilização superior, dentro da qual se acha e, aqui e ali, vemo-lo operar certos movimentos ascensionais; mas o índio, o caboclo puro, arrancado das suas florestas pela ferocidade dos sertanistas ou pela uncção do missionário, é absolutamente incivilizável, isto é — é inteiramente refractário a qualquer influxo educativo no sentido da sua arianização. Parece que a sua estrutura mental é mais sólida que a do negro e, daí, desta sua menor maleabilidade, a sua invencível resistência à acção dos agentes civilizadores. Quando incorporado à sociedade colonial, nos primeiros tempos da conquista, vemo-lo succumbir rapidamente, ferido pela nostalgia das suas tabas, ou refugir,

na primeira oportunidade, para o recesso das suas florestas."

"Extinta por Pombal, a ordem dos jesuitas, os índios aldeados por esses missionários deixam a civilização e retornam à sua selvajaria anterior. Durante todo o período colonial, os esforços feitos pelas autoridades administrativas para elevá-los socialmente resultam absolutamente ineficazes: tanto ao norte, como ao sul, eles se mostram, por exemplo, absolutamente incapazes de se tornarem proprietários de terra. Esta grande ambição da vida civil, que, como vimos, domina tão imperiosamente, na sociedade colonial, o espirito do homem branco, não exerce a menor reacção sobre a mentalidade do aborigene mais ou menos civilizado. Na sociedade colonial, já o demonstrámos, o grande padrão por onde se afere a capacidade ascensional, o indice de eugenismo dos individuos é a propriedade da terra; é o desejo de conquistá-la que é a força motriz de toda a história colonial. De modo que essa refractariedade do índio à propriedade rural torna-o, como agente histórico do nosso progresso colectivo, como elemento activo do nosso dinamismo civilizador, absolutamente inferior ao próprio negro.

Este, ao menos, nos seus exemplares mais elevados e mais eugênicos, tem, como uma das grandes preocupações dominantes, justamente a conquista de um retalho de terra, onde construa a sua choupana e estabeleça a sua independência: para a realização deste pequenino objectivo, ele se mostra tenaz, obstinado, operoso, em perfeito contraste com a indiferença e a indolência do aborigene. Contudo, pela limitação e mesquinhez dos seus objectivos, esses exemplares mais selectos e excepcionais da raça negra não trazem nenhuma contribuição apreciável ao progresso da massa colonial, nem podem ser computados como elementos numeráveis no conjunto

das forças que têm impellido para deante a nossa civilização.

Esta é obra exclusiva do homem branco. O negro e o indio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, ás classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a acção modeladora do homem de raça branca.

“O tipo antropológico do brasileiro só poderá, pois surgir com a sua definitiva caracterização, depois de uma lenta elaboração histórica, quando o trabalho de fusão das tres raças originárias se tiver completado e as selecções étnicas e naturais tiverem ultimado a sua obra simplificadora e unificadora. Por enquanto, os tipos cruzados estão ainda muito proximos das suas origens. Demais, das duas raças inferiores ainda se conservam, no seio da massa nacional, vultuosos contingentes, que ainda não se fundiram inteiramente e guardam intacta a sua pureza primitiva. Ora, a absorpção desses contingentes inferiores pela massa mestiça obedece a um processo selectivo de lenta e laboriosa realização.

Entretanto, podemos já assinalar, nos movimentos desse caos em elaboração, uma tendência que cada vez mais se precisa e define: a tendência para a arianização progressiva dos nossos grupos regionais. Isto é, o *coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população*.

“Há, colaborando para essa tendência ariante, várias causas poderosas. Entre elas está o quasi nenhum aumento, senão o verdadeiro estacionamento, da população negra e mestiça.

“Os elementos inferiores que formam o nosso povo estão sendo, pois, rapidamente reduzidos: a) pela situação estacionária da população negra; b) pelo aumento continuo dos afluxos arianos nestes ulti-

mos tempos; c) por um conjunto de selecções favoráveis, que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca, condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens das outras raças.

“Esse movimento de arianização, porém, não se limita apenas ao aumento do volume numérico da população branca pura; também as selecções étnicas estão operando, no seio da própria massa mestiça, ao sul e ao norte, a redução do coeficiente dos sangues inferiores. Isto é, nos nossos grupos mestiços o *quantum* de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça.

“O cruzamento das raças humanas é um problema de zootecnia, como o cruzamento das raças animais, a bovina, a ovina, a cavalariça, ou qualquer outra; as leis que regem este aplicam-se inteiramente ao cruzamento humano. Simplesmente o cruzamento humano se faz sob o regime da pãmixia; ao passo que o cruzamento das raças domésticas se faz, em regra, sob o regime da selecção, racionalmente conduzida e disciplinada. Ora, nos cruzamentos animais, sabe-se como se pode *enxertar* numa raça inferior, pouco a pouco, os característicos e as qualidades de uma outra raça superior, de maneira a formar, por selecções sucessivas, um novo tipo étnico, que, embora de origem espúria, possua os atributos mais excelentes da raça superior. Há, por isso, na classe dos animais puros, a dupla categoria dos “puros por *pedigree*” e “puros por selecção”. Estes, é claro, não são puros realmente, porque é uma regra, em zoologia, como em antropologia, que “sangue cruzado não se torna puro”; de modo que quaisquer descuidos ou erros de selecção podem abrir ensanchas aos retornos atávicos, capazes de reconstruir o tipo da raça inferior.

“Nos cruzamentos humanos esses retornos atávicos são muito comuns, porque o cruzamento en-

tre os homens não obedece a nenhum critério racional. Dai um perpetuo *fieri* no seio da nossa massa mestiça, onde os tipos que propendem para as raças inferiores renascem continuamente, por via de atavismo regressivo, ao lado dos tipos que, por via de atavismo progressivo, propendem para a raça superior.

"É provável que, se as imigrações arianas não estivessem constantemente renovando, desde os primeiros séculos coloniais, o contingente dos reprodutores puro-sangue em nosso povo, os cruzamentos, forçados a sómente se realizarem entre indivíduos de sangue impuro, acabassem permitindo a reconstituição dos tipos inferiores: e é esta a presunção de Lapouge e Le Bon. Estes etnólogos, porém, não levam em conta o soberbo aumento dos contingentes áricos pelas imigrações e raciocinam como se o nosso país, depois de ter acumulado em seu território, num dado momento, uma massa formidável de negros, índios e brancos, se isolasse daí por diante dos contactos europeus e deixasse ás selecções étnicas, com o seu cortejo inevitável de atavismos degenerescentes, a plena liberdade de realizar a sua obra de abastardamento e regressão.

"O facto da existência desse núcleo de reprodutores arianos, puros por *pedigree*, no seio da nossa população, tem valido como uma causa de aceleração na marcha do nosso apuramento étnico. Os tipos mestiços, que se cruzam com êles, geram indivíduos que, pela maior dosagem de sangue ariano, tendem a se aproximar rapidamente, pelos caracteres antropológicos e psicológicos, do tipo europeu."

Por essa longa transcrição se evidencia e comprova, portanto, a nossa tese: à medida que o Brasileiro se afasta do tipo europeu, representado na sua base étnica pelo Português, cai na incurável bar-

baria do negro e do índio. Assim, o ideal racial do povo brasileiro não é, como pretende a *Brasília*, lavar-se do sangue português, mas expurgar-se, sim, do factor negro-índio. Injuriando e difamando, portanto, na raça, na história e no génio o povo português, a *Brasília* injuriou e difamou, ao mesmo tempo, no mesmo golpe e com energia idêntica, o povo brasileiro. Não há por onde fugir a esta lógica inexorável. E estes inefáveis doutores, que assim cospem inconscientemente e sem querer, sêbre aquilo justamente que mais affectam prezar, colocam-se irremediavelmente no caso da senhora que figura na seguinte anedota: Um moço pediu ao pai licença para casar com determinada rapariga. O pai manifestou-se alarmado e mostrou ao filho que a moça em questão não podia ser esposa d'ele por motivo dos laços de sangue que o prendiam a ela. O rapaz desmanchou o casamento cheio de contrariedade e, passado tempo, arranjou outra noiva e consultou o pai sobre o enlace. Também era irmã d'ele! O velho tinha sido o garanhão da zona... Furioso, o jovem retirou-se do lugar e, tempos depois, arranjou outra noiva na terra onde se fixou. Mas já não quis consultar o pai. Para evitar algum equívoco e como descargo de consciência resolveu, contudo, consultar a progenitora, a quem escreveu narrando o sucedido com as duas primeiras noivas e pedindo o seu maternal conselho. Indignada com o marido e penalizada com os desgostos do rapaz, a respeitável senhora respondeu simplesmente: "Meu filho, casa com quem quizeres. Teu pai é um *garganta*. Nem tu és filho d'ele!" E aí está como a boa senhora, num gesto de indignação que só visava ferir o marido, virou de cangalhas o ideal genealógico do filho e a si própria se cobriu de ignomínia... Foi isso que succedeu, como demonstrado fica, aos doutores jacobinos.



Mas nas objurgatórias lusófobas figura a acusação esmagadora de que "os Portugueses mataram o indio e escravizaram o negro." E' com essa terrivel acusação que os jacobinos levantam por toda a parte e sempre o ódio feroz da gente de côr contra o pobre imigrante colono, que nunca viu indios, nem teve ou conheceu escravos, e que exerce geralmente — ó ironia! — a tarefa justamente que os escravos recusaram desde o 13 de maio! O Português faz tudo aquilo que o antigo escravo deixou de fazer desde a abolição. O Português substituiu o escravo e trabalha ao lado do liberto sem gozar de nenhum privilégio. Entretanto, um desgraçado destes é que é apontado como tendo sido o algoz do indio e do negro... Poderá haver mistificação mais torpe e injustiça mais cruel?

Quem leu o *Cândido*, de Voltaire, êsse livrinho de ouro que A. France põe ao lado do *Dom Quixote* como outro regato perene de ironia e piedade, não esqueceu, decerto, o sucedido ao herói logo que chegou á Holanda, onde rugia feroz a luta entre católicos e protestantes. Ao ver o edvena, uma velhota interpela-o da janela, á queima-roupa: "Olhe lá, tiozinho, você duvida que o papa seja um maroto?" O pobre Cândido nunca ouvira falar em papa, não sabia o que significava a palavra; naturalmente, ficou perplexo e hesitante, sem saber que responder. Mas a mulherzinha, tomando essa hesitação como dúvida formal, abaixa-se logo, indignada, agarra debaixo da cama o vaso tresandante e atira com êle á cara do infeliz, que assim se viu castigado sem saber porque. Tal é o que succede ao pobre imigrante português quando se vê apupado por ter morto o indio e escravizado o negro, êle que nunca viu indios nem escravos e que exerce exactamente as funções que estes abandonaram graças á abolição da escravatura,

Mas certos Portugueses — os do século do descobrimento — mataram realmente o indio e escravizaram sem dúvida o negro, a exemplo dos Ingleses, dos Espanhóis e de todos os povos que deram o seu concurso á civilização da América — porque era essa a lei sociológica inexorável. (Vide nota, pg. 148) A esses Portugueses, porém, não devem nada os imigrantes dos últimos tempos, que são justamente as vítimas do abandono e miséria a que se viu relegada a gleba portuguesa, com a exploração do Brasil, da África e da Índia. Essa exploração e o ouro que dela jorrou para Portugal só aproveitou aos poucos manatas que a monopolizavam. A nação e o povo propriamente nada lucraram e só perderam com tais explorações. Isso está mais que provado. Mas poderão de si dizer outrotanto os doutores jacobinos que tão ferozmente nos acusam? Quem herdou, então, os latifúndios que no Brasil se criaram com a matança do indio e a escravização do negro? Acaso foi o colono português, que aqui chega rôto e faminto, de trouxa ás costas, pronto a retomar a tarefa dos antigos escravos? Esse herdeiro felizardo não terá sido antes o doutor jacobino, filho ou neto de latifundiário, que á custa do escravo estudou na Europa e viveu sempre á tripa fôrra? Ah! foi êste sem dúvida. E ladrão é quem do roubo tira proventos. Os colonos portugueses dos ultimos séculos nada devem, portanto, aos preadores de indios e negros. Os herdeiros desses escravocratas sim, é que devem tudo que são aos tais malvados. Devem-lhes o nome, a fortuna e a pátria. Mas entre os caipiras paulistas, em cujo seio vivi dos oito aos quinze anos, ha um adágio que define tudo isto muito bem e que mostra ao mesmo tempo a capacidade raciocinante do Jeca Tatu. Esse adágio diz assim: "O pai rouba, o filho come e o neto morre de fome." Ora, aplicado ao nosso caso este adágio, temos o seguinte: Com o roubo feito ao indio e ao negro o colonizador criou a

riqueza opima do latifúndio, que o filho comeu em estudos e viagens, a ponto de que em 1820 era nascida no Brasil a flor da intelectualidade portuguesa; os netos, agora, dalguns desses herdeiros perdulários, morrem de fome e ódio... ao Português. Falta apenas acrescentar, como complemento ao adágio, que alguns desses netos, para não morrerem de fome, fazem pirataria jornalística. Mas advirta-se que essa sorte só a têm os netos degenerados, falhados, pois que a grande massa dos herdeiros dos tais Portugueses famosos da escravização de negros e índios não se limitou a comer o espólio dos pais e, muito pelo contrário, continuou, pelos séculos afora, a obra fecunda e energética dos progenitores audazes. Foram eles, por exemplo, que realizaram a epopeia das bandeiras, que os nossos filhos hoje aprendem a cantar nas escolas. Foram esses mata-dores de índios e escravizadores de negros... que fizeram o Brasil. A figura épica e máscula dalguns desses herdeiros do sangue, da riqueza e do caráter dos Portugueses famosos da destruição dos índios e da escravização do negro, ergue-se majestosa e altiva, qual a doutro Gama ou Albuquerque, no museu do Ipiranga. E' António Raposo Tavares, é Fernão Dias Pais Leme, etc. E ante essas figuras gigantescas e fabulosas é que os nossos filhos aprendem hoje a admirar e glorificar a raça esplêndida dos homens que fizeram o Brasil imenso e hospitaleiro. E entretanto, esses bandeirantes extraordinários não fizeram, afinal, senão continuar a obra dos Portugueses primevos, que iniciaram a escravização do índio e do negro. Ignorarão isto, por acaso, os doutores da *Brasília*, que são o símbolo e a síntese perfeita da jacobinada de todos os tempos?

O mais curioso é que essa gente idiota, quando acusa os Portugueses da morte do índio e da escravização do negro, parece falar de coisas remotas, que se sumiram na noite dos tempos. Não sa-

bem esses doutores que a escravidão, como fenómeno inerente á vida civilizada, existe ainda e existirá sempre. O 13 de maio aboliu apenas uma forma *démodé* da escravidão. Em sua essência ela aí está de pé, com toda a sua cruel energia, pois que quem não é rico tem de servir sempre um senhor, sob pena de morte. O senhor perdeu apenas, com o 13 de maio, a faculdade legal de surrar o escravo; mas perdeu também o encargo de o comprar e manter na doença ou velhice. Lei das compensações, como diria Emerson... Agora o senhor chama-se patrão debaixo de várias fórmulas e só alimenta o escravo enquanto este o serve a gôsto e não envelhece muito. Mas os escravos do sistema antigo de escravidão pouco têm que invejar fundamentalmente aos escravos modernos. Estes têm apenas uma vantagem sobre aqueles: podem morrer á vontade sem prejudicar o senhor. Só os doutores jacobinos se iludem tão lamentavelmente com as aparências superficiais e por isso escacham tanto a bocarra quando falam em "escravidão ominosa do negro e do índio". Também não compreendem que essa escravidão foi o alicerce da economia brasileira antes e depois da independência, sem ingerência dos Portugueses. A monarquia viveu da escravidão e morreu quando ela acabou. Uma forma politica arcaica teve, assim, por companheira de viagem para o outro mundo, uma forma arcaica de escravidão. Nada mais justo e natural. Mas a escravidão continua a mesma na sua essência; pois quem não é rico há-de servir sempre um senhor, sob pena de morrer de fome. Esse senhor chama-se patrão, Estado, disciplina, regulamento, horário — mas é sempre o mesmo senhor. E seja doutor, sábio, peão ou general, o homem que não é rico é sempre escravo, sob pena de morrer de fome — agora como na antiga Roma... Só os idiotas da lusofobia não vêem isto. Mas quanto aos índios, não pensem também que a matança acabou com o

desaparecimento dos Portugueses primevos e malvados. A matança continuou feia e forte com bandeiras e sem bandeiras, através dos tempos e continua hoje como sempre, tanto com Portugueses como sem êles. Pobres indios!

No livro dos Srs. Julio Pernetta e Dario Veloso, publicado não há muito — *Pelos indios!* — mostra-se ao vivo o que é esta matança ainda agora no Paraná. Há caçadores de indios como há caçadores de veados ou onças. O caçador leva a espingarda numa mão e o laço na outra. Com o tiro abate o indio e com laço fissa o filhote, que vai logo vender por 100\$, tabela fixa! Vende-se um filhote de indio como se fosse um filhote de onça, hoje como no tempo da monarquia ou da colônia — no Brasil como em toda a parte onde há indios. Mas para os efeitos da jacobinada só o Português malvado é que mata e escraviza... Como os lusófobos não creem, decerto, na minha palavra, oiçam então o Sr. Oliveira Viana (ob. cit. pg. 99), que melhor os elucidará:

“Esse formidável assalto á floresta tem dois batedores originaes: o bugreiro e o grileiro. Um e outro se completam e são criações desse mesmo espirito de conquista a todo transe, que caracteriza a nossa moderna expansão para o oeste. O bugreiro surge nas zonas de atrito do civilizado com a nossa selvajaria remanescente: no Paraná, em Santa Catarina e, principalmente, no Paranapanema e no traçado da Noroeste. É um descendente degenerado do primitivo mameluco das bandeiras: tem a desumanidade e a ferocidade deste, mas não a bravura cavalheiresca e a impetuosidade belicosa. É traçoeiro, subrepticio, coleante, friamente perverso. Está mais bem armado do que o seu ancestral de há trezentos anos, mas não ataca o inimigo ao trom de guerra: é sobre as cabildas adormecidas, na tranquillidade das altas madrugadas, que

êle e a sua malta despejam as cargas rolantes das suas carabinas dizimadoras. O mameluco antigo assalta para escravizar; o de hoje, mais cruel e positivo, é meramente exterminador: varre e limpa a floresta tropical da sua sevandijaria americana. É que atrás dele vem o Paulista moderno, tão ambicioso como o antigo e como este tenaz, arrastando a sua ruidosa e galharda bandeira de colonos italianos. O bugreiro é apenas o sapador temerário desse exercito pacifico de colonizadores incomparáveis. Nessa obra de conquista civilizadora da terra, o bugreiro vence o obstáculo material, que é o indio nomade, povoador infecundo da terra fecunda.

.... “O bandeirante antigo, preador de indios e preador de terras, rude, massiço, inteiriço, brutal, desdobra-se pela própria condição do meio civilizado, em que reponta: e faz-se bugreiro insidioso, eliminador do incola inutil, e grileiro solerte, salteador de latifundios improdutivos. Exercem ambos, porém, duas funções essenciaes á nossa obra de expansão colonizadora: e a ferocidade de um e a amoraldade de outro têm assim, para excusá-las, a magnitude incomparável dos seus objectivos ulteriores.”



Mas devo refutar ainda um argumento da lusofobia. Jactam-se alguns jacobinos de não possuir nas veias sangue português, nem indio, nem negro. São descendentes das raças mais finas da Germânia e essa nota dava aos germanófilos da *Brasília* um tom grandiloquente. Em tal caso poderia limitar-me a dizer-lhes que não pertencem ainda ao povo brasileiro, visto que não se fundiram no seu cerne racial. Até 1808 estiveram fechados os portos do Brasil á imigração de outra gente qualquer que não fosse a portuguesa. Abriram-se então os portos, mas a bem dizer a colaboração sensível dos povos germânicos

para o engrandecimento nacional de toda ordem só começou muitos anos depois e lentamente, quando o Brasil já era há muito um organismo político e social autónomo, enérgico, vigoroso, capaz de absorver e assimilar todos os alimentos que caíssem no seu estomago vasto e truculento; e se pensarmos que o Brasil assimila e transforma completamente o próprio Português, que lhe serve aliás de espinha dorsal, facilmente poderemos imaginar a metamorfose que há-de sofrer no seu estomago qualquer outro elemento racial. Esses germanicos, portanto, só serão verdadeiramente brasileiros quando tiverem adquirido o tom local inconfundível, tal como succedeu nos Açores e vários pontos de Portugal por eles colonizados após certas guerras devastadoras. Por outro lado, se passarmos os olhos pela nominata jacobina verificamos logo que a grande maioria dos nomes são genuinamente portugueses. Portanto, essa genealogia germanica é uma das muitas mentiras da jacobinagem. Há todavia um factor que convém considerar e que dá provavelmente origem a algumas dessas prosápias de nobresa germanica. Aquela chaga social que na Europa se chama "tráfico das brancas" espalhou pelas cidades brasileiras certo numero de vítimas que nem sempre ficam estereis de todo. Essas pobres criaturas vivem em senzalas incomparavelmente mais infames que aquelas trazidas em que eram encurralados os pobres homens loiros, tratam-nas como escravas, desancam-nas de chibata e ameaçam-nas de morte, fazendo tudo que podem para que elas não conheçam os costumes do país e o amparo que achariam nas leis. Ao começo as desgraçadas só sabem gritar das rótulas, como papagaios: "Endrra zimbático!" — mas com o tempo aprendem o nosso idioma e tornam-se intelligíveis. Ora, o Português moço e até o velho — como todos os homens, afinal — visitam essas senzalas em

horas de farra e bebedeira. Mas o Português é essencialmente amorudo e garranhão — como disse uma vez, em conferência brilhante, o Sr. C. Malheiro Dias. Assim, algumas dessas escravas brancas acabam sendo resgatadas pelo coração pouco escrupuloso do meu patricio. Embora esse terreno seja notoriamente sáfaro, lá de longe em longe brota do seu seio uma espiga loira. As gadelhas doiradas da Jacobinada talvez tenham, portanto, essa origem. Mas se pesquisarmos bem, logo verificaremos que essa fonte é mais polaca do que germanica. E decerto não é sem fundamento o ódio desses híbridos aos Portugueses, pois que havendo tanta terra virgem neste imenso Brasil, só um valdevinos pode ter a ideia estapafúrdia de ir arrotear e semear terra estragada e impura. Mas além de que não são só os Portugueses que fazem dessas burradas — tal contingente de espigas loiras é uma gota d'água no oceano social e não tira nem bota nada na ordem das coisas. Contudo é um factor curioso e indiscreto de mestiçagem, que avoluma indubitavelmente a onda lusófoba que esta gera sempre. E está fora de dúvida que a lusofobia é um fenómeno da mestiçagem. A propósito, eis o que escreveu não há muito o distinto académico Sr. Goulart de Andrade:

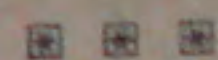
"Quanto mais jacobinos, mais portugueses"... Eis a conclusão em forma lapidar a que chegou certo espirito juvenil, que por aqui anda, o Sr. Tito Martins, a quem os jornais timbram em chamar, indiscretamente, velho jornalista...

"Tambem cheguei a esta verdade, depois de muito choque, de muita revolta, de muita exasperação, ao manusear a história brasileira. Não me veio agora certamente a serenidade desta afirmação, pois o que há no actual momento é exaltação de ternura, é transbordamento de affectos, é fusão de almas. Há muito já que dei corpo a tais reflexões e em hora exacerbada de crise nacionalista. Somos tímidos

por indole; e o tímido é um descompassado: — Agora todos nos encolhemos, desconfiadamente; agora transpomos de carreira e sem tomar folego os montes mais altos do exagero sentimental. Não temos ritmo. O nosso estado permanente de arroubo e de paixão não permite matizes entre os extremos do Nada e do Tudo. E esta agudíssima e dorida sensibilidade é precisamente a nossa mais bela herança, embora seja a causa única de vivermos, nós e os portugueses, ás turras, mão tenente: — eles por verem que nos vamos apartando da sua influência mental; nós por acharmos talvez impertinente o controle. E o que entre países se chama nacionalismo, entre famílias costumamos denominar apenas ciúme.”

Mas não é só a mestiçagem física que arruina o dominador e cria a xenofobia; a própria mestiçagem mental cava pouco a pouco a sua derrota. Ouvimos a lição de G. Le Bon (*Psychologie politique*, p. 248): “Não existe na Índia um só administrador inglês que não esteja solidamente convencido de que a totalidade dos indígenas educados nas escolas inglesas se tornam inimigos irreconciliáveis dos Ingleses, enquanto que os educados nas escolas hindus não têm contra elles a mais leve hostilidade. Estes últimos apreciam, pelo contrário, a paz profunda que lhes é assegurada pelo dominio britânico, dominio este menos pesado afinal que o da raça mongólica, sob o jugo da qual viviam dantes. Para conhecer a opinião dos Hindus educados á europeia basta ler os numerosos jornais publicados por elles e nos quais o governo inglês é tratado tão duramente como o nosso pelos anarquistas furiosos. E’ instructivo ver certos Hindus, outrora notáveis por sua extrema doçura, tornarem-se ferozes logo que a educação inglesa os bafeja. Se a Inglaterra consegue manter o seu prestigio ante semelhantes ataques é porque estes últimos não encontram eco no seio duma

população indígena cuja grande maioria não sabe ler. O grito de guerra dos letrados hindus, instruídos pelos Ingleses, é este: “A Índia é dos Hindus!” Divisa aliás despida de sentido num país composto das raças mais diversas, que falam mais de 200 linguas inteiramente diferentes, não tendo entre si nenhum interesse comum e que não conhecem outra unidade politica e social além da aldeia ou da casta. Mas se a nova classe de letrados ainda não é muito de re-crear, devido ao seu escasso numero, é evidente que este numero aumenta cada dia numa séria ameaça futura para o dominio inglês nas Índias.”



O que aí fica largamente documentado e exposto foi o que dissemos, em síntese, no artigo malfadado do *Correio Português*. E por isso é que ninguém viu nêle coisa alguma que pudesse melindrar os sentimentos brasileiros enquanto o *Deus ex machina* da xeno-lusofobia, movida pela chantagem, não entrou em acção desesperada e louca. Nêle se afirmava explicitamente:

1.º — Que a revista injuriadora era uma reles escarradeira em que os alemães estavam cultivando o “ódio da mestiçagem contra o sangue puro” e não passava dum instrumento vil na mão dos inimigos que Portugal estava combatendo na guerra.

2.º — Que essa atitude de hostilidade difamadora só podia ser obra de um grupo de sicários a soldo dos nossos inimigos, com o fim de neutralizar o entusiasmo que a acção dos Portuguezes na guerra estava despertando na opinião carioca.

3.º — Que só gente degenerada se poderia prestar a tão vil papel, pois que “os verdadeiros e legítimos Brasileiros orgulham-se da sua nobre estirpe e apreciam na devida conta o povo de que descendem e

cuja linhagem não tem rival no mundo." — "Todos se lembram ainda, com certeza, do belo discurso que o Dr. Alberto de Oliveira, nosso digno cônsul, proferiu não há muito numa festa portuguesa do Teatro Lirico, em presença do Dr. Nilo Peçanha, digno Ministro do Exterior. Nêste discurso notável mostrou o nosso ilustre cônsul, em palavras repassadas de carinho pelo Brasil — que é a maior glória da colonização portuguesa, — como os Brasileiros são Lusitanos da América, do mesmo modo que os Portugueses são Lusitanos da Europa." "Como toda a gente sabe, a denominação de "Brasileiro" é relativamente nova, pois que ainda no começo do século passado os filhos do Brasil eram geralmente denominados "Portugueses da América". Mas se os Brasileiros não pertencessem á estirpe lusitana, de que herdaram a lingua e continuam com brilho as gloriosas tradições, a que ramo etnológico os deveríamos filiar? Aos Nhambiquaras, aos Tupis, aos Guaranis ou Angolanos, que entraram na constituição da população brasileira como simples massa bruta e sem nada influir na formação da nacionalidade? Os próprios descendentes dessas raças brutas e servis, ainda os mais próximos, basta-lhes viver nas cidades e falar português para serem lusitanos da América. Nós também somos Latinos, não porque nos corra nas veias o sangue do pequeno povo que habitou o Lácio, mas porque herdámos a sua lingua e civilização."

Mas quando algumas expressões desse artigo, assinado por Cesar Mendes, oferecessem qualquer duvida, junto a essa coluna de colaboração livre estavam logo cinco maciças colunas editoriais a ressalvar as intenções e o espirito do jornal. Estava aí um grande retrato do Dr. Miguel Calmon, acompanhado das comunicações feitas pelo Dr. Alberto de Oliveira á Academia de Letras, relativamente á criação duma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Lis-

boa. Tinhamos, assim, portanto, cinco colunas a ressalvar as duvidas ou equivococas a que meia duzia de linhas se pudessem prestar. No seu laudo sôbre o caso, disseram os Srs. Drs. Afonso Celso, Barbosa Lima e Rui Barbosa que, examinando a collecção do jornal, "nada se nos deparou que desdiga desse espirito de harmonia e fraternidade nas relações de Portugal com o Brasil, que o acusado assevera ter presidido á criação desse órgão de publicidade e inspirado o curso da sua redacção."

Como pôde, entretanto, ser taxado de ofensivo ao Brasil um artigo que tão expressa e calorosamente defendia e proclamava o ideal étnico do povo brasileiro, colocando-se no ponto de vista mais otimista e simpático? E' que o *Deus ex machina* da xenofobia, movida em desespero de causa pela chantagem jornalística e pelos ódios ferozes que o Sr. Taborda suscitava, tudo virou de pernas para o ar, convertendo a água em vinho e o vinho em água. Por êsse golpe de mágica as palavras em que a malta de piratas era energeticamente vergastada, em legitimo revide, passaram a incidir sôbre todos os Brasileiros, mau grado as resalvas expressas e repetidas que deixamos transcritas; e as referências á origem espuria e senzalesca do grupinho degenerado e injuriador passaram a visar todos os mestiços e a gente de côr em geral, apesar da resalva taxativa com que o artigo findava: "*Os próprios descendentes dessas raças brutas e servis, ainda os mais próximos, basta-lhes viver nas cidades e falar português para serem lusitanos da América. Nós também somos Latinos, não porque nos corra nas veias o sangue do pequeno povo que habitou o Lácio, mas porque herdámos a sua lingua e civilização.*"

Mas quem leu este livro desde o começo já não tem de que se admirar. Ao jornalismo tudo é possível em materia de mistificação, intrujice e malvadez. A "demolição de Rui Barbosa" é um documento ex-

pressivo. Quem fez aquilo, não conhece impossíveis. E mais eloquente do que aquilo só a "Autobiografia do jornalismo" que atrás ficou. A legenda que Dante viu á porta do Inferno devia, portanto, ser colocada á entrada das redacções: *Per me si va tra la perduta gente.*



NOTA DOCUMENTATIVA DA PÁG. 137:

"Assim que as primeiras cartas de doação de capitãneas foram feitas para o Brasil, traziam ao donatário, além da posse da terra e da faculdade de distribuir justiça, até pena de morte aos peões, escravos e índios, mais o direito de captivar gentio para o serviço da terra e dos navios, podendo mandá-los vender em Lisboa, até certo numero cada ano, livre de ciza, privilégio e isenção que não tinha o commercio de escravos que se fazia com a Africa.

.... "Procedendo deste modo, Portugal nada mais fazia do que imitar a Espanha, que então se esforçava por colonizar a parte da América que pertencia á sua corôa. Aí a crueldade chegou a ponto de se marcar os selvagens com ferro em brasa para se não confundirem uns com os outros, graças á semelhança das feições. Os governos de Espanha, a que por esse tempo Portugal estava anexado, contrataram primeiro com a França, depois com a Inglaterra, a importação de escravos, que eram então vendidos nas costas, não por cabeça, mas por tonelada, nos porões dos navios, como verdadeira mercadoria.

.... "A vida lhes corria entre o eito — o serviço em forma, na roça, sob a vigilância deprimente e cruel do áspero feitor, e a sanzala — o curral para a noite, na comixtão e promiscuidade indecorosa dos sexos e das idades; estas duas estações eram frequentemente acidentadas pelas scenas do tronco, do

açãoite, dos castigos mais bárbaros que a instituição negreira foi buscar nas monstruosas práticas da inquisição." (Rodrigo Octávio, *Festas Nacionais.*)

"No estudo dos povos que formaram a actual nação brasileira, o primeiro lugar deve ser dado ao Português.... O lugar de honra deve ser dado ao Português, porque elle, sem ser o unico, é o principal agente da nossa cultura. A colônia teve que sustentar grandes lutas para conservar-se fiel á metrópole. Qual era, entretanto, nesse tempo, o estado intelectual de Portugal? — Bem lisonjeiro. Tal deve ser a resposta. Um país que tinha Gil Vicente, Camões, Cristóvão Falcão, João de Barros, Sá de Miranda e Ferreira, atravessava uma fase brilhante do pensamento. Os colonos portugueses para aqui transportados vinham de posse de uma cultura adiantada.... Aos Portuguezes devemos a colonização por uma raça europeia, seu sangue e suas ideias, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização occidental. Os Portuguezes vinham de um país culto, possuidor de uma literatura feita e acabada; vinham como donos da terra implantar aqui uma organização social ao seu modelo." (Silvio Romero.)

"Nós, evidentemente, não somos um rebento, um garfo, a vicejar na América, da civilização gaulesa, ou germanica, ou eslava, ou escandinava. Não encontramos tais factores nos primórdios, nas origens, para com elles explicar a nossa formação étnica, politica, social, económica, histórica. Que somos, pois? Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano... E' por isso que o nosso épico, o imortal Durão, via claro e dizia bem, quando afirmava "ser o Brasil — Portugal transplantado e transfigurado na América." ... Dos Portuguezes não temos só a imitar o exemplo; é mister unirmo-nos a elles, chamá-los o mais possível a colaborar connosco. E' a gente que mais nos convém, porque é aquella que constitue a base do nosso povo.... E', para di-

zer tudo, a que mais nos convém, por ser aquela que melhora as condições da nossa mestiçagem extensivamente, sem alterar a fisionomia histórica da nação, o que obsta a que sejamos um outro Haiti ou um São Domingos, sem o perigo de transformar-nos em conquista da Alemanha ou da Itália. Bastaria o facto extraordinário, unico, inapreciável, transcendente, da lingua, para marcar ao português o lugar que êle ocupa em nossa vida, em nossa história, em nossas aspirações...

.... "Portugal, pequeno, com uma população reduzida, teve força capaz de desanuviar os horizontes durante tres séculos sobre a cabeça desse colosso que se chama o Brasil e habilidade bastante para entregar integralmente homogêneo este país àqueles que deviam ser os seus herdeiros de sua politica, de suas conquistas, de suas glórias na América." (Silvio Romero, *O elemento português no Brasil.*)

§ 5.º — A situação social do Sr. Taborda cria-lhe ódios insopitáveis — Entre mim e o meu sócio havia absoluta igualdade de condições — Uma carta elucidativa do Sr. Taborda — O autor estrangeiro da sua agressão em nome dos nativistas — A vitima navegava em águas bloqueadas e minadas pela pirataria — Um rastilho providencial.

Como já afirmei, só na ocasião de vender o meu jornal aos Srs. C. Neves e Taborda foi que travei relações com aquele que havia de ser meu sócio e companheiro de infortunio. Sabia entretanto que o Sr. Taborda era uma figura distinta na colónia portuguesa e gozava no seio desta, como no seio da sociedade carioca, de uma situação excelente e invejável. Mas ao estalar o caso do *Correio Português* foi que pude avaliar a onda de rancores e invejas terríveis que essa situação brilhante havia granjeado ao Sr. Taborda. Sondando a causa desses rancores

insopitáveis facilmente se verificava, entretanto, que se reduzia a invejas impotentes e despeitos de pretendentes mal sucedidos. Odiavam o homem por ser secretário e director duma porção de institutos e agremiações importantes. Odiavam o amigo e confidente de ricos e intermediário de altos negócios. Odiavam o homem feliz ou hábil que conquistara uma posição brilhante e de valor. Nem uma só acusaçào positiva puderam articular contra o Sr. Taborda, que, se interrogasse os seus inimigos, só poderia colher a resposta famosa que Aristides obtivera de um dos eleitores que o condenava ao ostracismo na Grécia antiga. Por baixo das insinuações mal coçadas que vieram a lume só existia realmente o despeito e a inveja de sujeitos a quem o Sr. Taborda não pôde ou não quis favorecer. Tudo isto reunido á xenofobia que domina a atmosfera social, representava uma concentração de rancores danados por explodir e desabafar. Mas não se julgue que é minha intenção defender o Sr. Taborda, mesmo porque êle não precisa que eu o defenda. Digo isto apenas por ser a expressão da verdade. Por outro lado, eu não devo ao Sr. Taborda nenhuma espécie de favor, nem tenho qualquer motivo para lhe ser agradecido. Se êle me comprou o jornal com o Sr. Neves e depois se tornou meu sócio, foi unica e exclusivamente porque o negocio o seduziu e não porque quisesse favorecer alguém ou alguma coisa. Se as minhas palavras constituirem, porventura, um elogio ao Sr. Taborda, atribua-se isso exclusivamente á verdade dos factos que aqui narro. Mau grado o jornalismo reles haver ornejado que o Sr. Taborda era o unico dono da nossa folha e que eu não passava de empregado seu — não obstante o arquivo da Junta Comercial proclamar o contrário — a verdade é que o meu capital social já estava realizado, ao passo que o do Sr. Taborda ia sendo realizado á medida das necessidades da empresa. Havia entre

nós, portanto, absoluta igualdade e reciprocidade de condições, sob todos os pontos de vista. Mas como as aparências enganam! O Sr. Taborda tinha fama de rico, mas quando eu lhe vendi o meu jornal recebi apenas duas promissórias, a vencer daí a meses. E não faltou também quem me julgasse rico depois do meu contacto com o Sr. Taborda e depois do desassombro com que eu o ajudei a defender-se dos piratas; mas a verdade é que depois desses factos eu estava mais pobre que nunca. O Sr. Taborda não lucrou nada, certamente, com a sociedade que tivemos. Arruinou-se até, positivamente, além dos golpes morais que o feriram. Mas se êle nada lucrou, eu tudo perdi: as minhas economias de 30 anos de trabalho no Brasil, a instalação doméstica da minha família e até a possibilidade de exercer a minha profissão normal. Estes esclarecimentos são indispensáveis á exacta compreensão dos factos e para se ver por que razões multiplas tanto perseguiram e atacavam o Sr. Taborda a pretexto dum artigo que sabiam positivamente não ser dele. Na carta seguinte, publicada pela *Noite*, o Sr. Taborda diz coisas que merecem registo aqui:

“Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1917. Ilmo. amigo Sr. Osvaldo Paixão. — Logo ás primeiras horas da medonha tempestade de ódios desencadeados sobre a minha cabeça tive noticia da nobilissima attitude de defesa que o meu amigo havia tomado em meu favor, e tive noticia, tambem, do interesse com que procurou saber da minha situação e do meu paradeiro seguro. Sou-lhe imensamente grato por todas essas provas de desinteressada estima, e sou-lhe muito grato, sobretudo, pela desmedida manifestação de amizade que o meu amigo me deu, indo á presença desse povo, que os meus inimigos quiseram voltar contra mim, para lhe dizer alguma coisa em meu favor. Tenho esperado pela solução official

e definitiva do meu processo, para ir, então, e pessoalmente, levar-lhe o meu reconhecimento em um forte abraço de sincera gratidão; mas como essa solução se prolonga e como eu não sei ainda por quantos dias estarei privado de poder dar satisfação aos meus desejos, permita-me que lhe leve, assim, os meus agradecimentos e que lhe deixe aqui consignados—ainda que palidamente—os meus protestos de verdadeira gratidão.

Já que tomei a resolução de escrever-lhe, falemos um pouco do meu triste e retumbante caso. Aquele fatidico e desastrado artigo do *Assunção* foi escrito, como já deve sabê-lo, em réplica a um amontoado de desaforos, proferidos por escritores que não conheço, em uma revista que eu não lera. Não defendo o *Assunção*, nem procuro atenuar os erros do seu desastrado escrito. Não lhe podia, porém, negar o direito de escrever e publicar no meu jornal (ou, melhor, no nosso jornal), tudo que êle muito bem quisesse, desde que o fizesse sob a sua dupla responsabilidade, a de redactor principal (o unico!) e a de autor do artigo (firmando-o com o seu nome, ou com o seu pseudónimo bastante conhecido). Todavia, afirmo-lhe com toda a lealdade, se tivesse lido o artigo antes de publicado, teria conseguido do *Assunção* as alterações bastantes para que as terriveis cutilinárias que êle escreveu contra os insultadores das coisas portuguezas, não se prestassem a ser lidas com duplo sentido, como, infelizmente, aconteceu!

A verdade, porém, é que eu não li o artigo, nem mesmo depois de publicado, porque só recebi o jornal no domingo, pelo correio, e não me dei ao trabalho de passá-lo pela vista. Na segunda-feira, andei nos meus afazeres e só de noite, á hora do jantar, recebi uma comunicação telefónica a respeito do caso. Li então o comentário e medi toda a extensão da perversidade que se levantava contra mim. Como se me attribuia a autoria de um artigo firmado?

Como se me emprestava a exclusiva responsabilidade da publicação do *Correio Português*, quando eu nesse jornal nada mais era do que simples sócio, sem a menor responsabilidade na sua redacção? Como se fazia a perfidia de destacar frases ambiguas, sem se ter a lealdade de confessar a razão pela qual elas estavam encaixadas no artigo comentado? Emfim! Lá estava toda a verdade naquilo que os meus olhos liam e nada mais me restava fazer do que defender-me. Foi o que fiz.

Naquela noite havia sessão de directoria no Clube Ginástico e para lá me encaminhei. Chamei o Assunção e mostrei-lhe o comentário, que elle ainda não havia lido. Ficou, como eu, perplexo e contristado e foi-se a percorrer as redacções dos jornais matutinos, a ver se conseguia evitar a propagação do veneno. Pedi-lhe também que escrevesse uma declaração para ser publicada nos "a pedidos" do *Jornal do Comércio* e fui á Policia Central prestar declarações ao inspector do Corpo de Segurança, que, da parte do chefe de policia, me havia convidado a fazê-lo. Na manhã seguinte, o Assunção telefonou-me a dizer que dois jornais da manhã vinham tão "incendiários" que elle achava prudente acautelarse e que, por isso, se retirava para lugar seguro. Ainda quis perguntar-lhe para onde ia, mas não obtive resposta. Como a minha consciencia estava tranquila em toda esta questão, e como "quem não deve não teme", dispus-me a ir a cada uma das redacções para explicar o incidente e "virar o bico ao prego", como se costuma dizer. Foi nesta altura que a "justiça de meia duzia de moços que não conheço" se lembrou de cair sobre mim, implacavelmente, em uma aggressão de que só por um milagre escapei incolume! Uma carroça de materiais, providencialmente colocada á porta das oficinas da *Noticia* permitiu-me um movimento de defesa e pronta fuga, em direcção ao lado oposto da rua, enveredando por uma casa

que tinha saída para outra via, por onde me pus a salvo, em automóvel, e em direcção á Policia Central. Uma vez nesta repartição, e constando no gabinete do major Bandeira de Melo que eu não havia recebido a minima arranhadura ou a menor contusão, lá permaneci até que me levassem as cartas que eu havia mandado passar na máquina (uma para cada jornal) e que de lá mesmo expedí, depois de assinadas.

Em seguida, avisei do sucedido a tres amigos meus (Afonso Viseu, Elpenor Leivas e Ademaro Machado), que prontamente para lá se dirigiram e que se prontificaram a conduzir-me a lugar seguro. O digno inspector do Corpo de Segurança, para logo se prontificou também a dar-me todas as garantias e mandou guardar a casa, enquanto que o ajudante de ordens do Dr. chefe de policia, pessoalmente, se dignava conduzir para casa de minha cunhada, minha senhora, filhos e criadas. Depois seguiram-se as lamentáveis scenas que o meu amigo conhece e eu nada mais fiz do que aguardar a solução criteriosa das autoridades, deixando correr á revelia o meu inquérito, por saber que elle havia de concluir-se pela minha inocência.

Só espero agora pela palavra official, e depois irei daqui para fora, com a alma em farrapos, por não me ser permitido viver numa terra que me habituara a amar como á minha própria! Vinte e um anos de permanencia constante, vinte e um anos de labuta diária, vinte e um anos de interesse pelo desenvolvimento deste pais, vinte e um anos de identificação absoluta com o meio... tudo isto relego por um pontapé traiçoeiro de um *compatriota meu!* De um compatriota, sim!... porque é preciso que o meu amigo saiba que aquele bramar de "indignação patriótica" contra o artigo do meu jornaleco foi levantado por um *português jornalista*, o mesmo que já há tempos, e no mesmo jornal, me havia atribuído a

iniciativa de uma negociata em que, de parceria com o Dr. Nilo Peçanha, o Visconde de Moraes e o Malheiro Dias, eu me propunha a fazer uma espécie de escravatura branca de Portugueses, arrebanhados em Portugal e trazidos para o Brasil, para a colonização das terras da baixada fluminense!

Como é triste o ter de confessar-lhe que não foi um Brasileiro, mas sim um compatriota meu o reivindicador dos brios ofendidos do povo desta grande terra a que eu tanto amo! Nunca eu achei tão acertada uma frase que um dia ouvi da própria boca do Dr. Lauro Muller, quando uma noite conversava com elle acerca de questões de patriotismo e de jacobinismo: "Fuja sempre, meu caro Tabor-da, dos estrangeiros que se dizem mais brasileiros do que os próprios brasileiros e nos querem, por isso, dar lições de patriotismo." Mal sabia eu, naquela hora passageira de uma conversação amistosa e interessante com um brasileiro illustre, que ainda havia de experimentar um dia a triste realidade de uma sentença tão sábia!"

§ 6.º — O artigo do *Correio Português*, recebido pela colônia e pela opinião geral como uma defesa de Portugal e do Brasil, é aplaudido sem reservas nos tres primeiros dias — Odios mesquinhos e especulações criminosas tudo invertem e pervertem depois — Repetição da profecia: Pedro negará Jesus tres vezes — Um pirata expulso da Inglaterra dispara contra o meu pacifico barco um tiro destruidor — Uma imprudência do Sr. Tabor-da e o empastelamento do *Correio Português* — A loba das ruas e as garantias legais — Expulsão dum "perigoso anarquista estrangeiro" e intervenção diplomática — Um acórdão unanime do Supremo Tribunal anula o acto do governo.

O *Correio Português* foi distribuido no dia 26 á noite, com data de 27, sábado, o qual decorreu como o domingo e segunda, sem que ninguem visse no artigo contra a *Brasília* mais do que aquilo que eu tinha visto: uma simples resposta enérgica a desafo-

ros grossos. Como os ataques da revista malfadada estavam sendo muito comentados, o meu jornal realizou uma espécie de desabafo colectivo e o artigo em questão foi largamente aplaudido. Era uma resposta que se impunha. Segunda-feira, por volta de meio dia, indo eu a um circulo muito representativo da colônia, pude verificar que a impressão produzida nas altas rodas não era menos agradável que a notada nos meios populares. Ninguem vira efectivamente nele nada que pudesse molestar senão aquelle grupinho cujos ataques revidava. E foi nesse circulo que me chamaram a atenção para o artigo de abertura do ultimo numero do *Fon-Fon*, em que a obra de Portugal na guerra e toda a sua agitada vida do momento era tratada por Américo Facó com o mais soberano desdém. Entretanto, esses patricios bem pensantes e bem instalados na vida, que assim me encorajavam e davam os parabens pelo artigo famoso, só tendo visto nele o que eu vira e nada que se parecesse sequer com uma descortesia ao Brasil, no dia seguinte, daí a 24 horas, jurariam aos seus deuses, com a mão sôbre os Evangelhos, que nunca me haviam visto, nem conhecido, nem lido o famoso artigo do *Correio Português*... O terror e as ameaças são uma vergasta terrivel! Ao relerem então, atarantados e zambros, o papel que jámais tinham visto ou cheirado, decerto exclamaram, em côro com a turba, que aquilo só podia mesmo ter sido escrito por um louco ou malvado! — Era tão evidente... E eu devia agora narrar aqui certos detalhes que provariam á saciedade não ter sido só minha a cegueira que me impediu de ver grossarias e injúrias no artigo malfadado: assim toda gente poderia ver que a minha cegueira era uma cegueira colectiva, e não sómente devida á minha incultura. Mas para quê tal minúcia? Pois não é isso já uma balda sem cura na besta humana e arquivada até pela sabedoria popular? Fiquem pois na sombra do olvido esses

detalhes e os nomes desses cobardes egoistas, incapazes de arcar com a responsabilidade dos seus actos e das suas palavras. Por um gesto espontâneo de cavalheirismo, e para evitar especulações criminosas, chamei então a mim a responsabilidade inteira e exclusiva duma cegueira colectiva e fá-lo-ia outra vez se a desgraça me tornasse a pôr em circunstâncias análogas. Essa cobardia dos que fogem na hora do perigo é uma miséria que vem de longe. Conso-lo-me com recordar que Pedro negou Jesus momentos depois de ter comido com o Mestre o pão da Eucaristia. Três vezes o negou, a pé firme, o Pedro, que era o discípulo dilecto e a *pedra* sobre a qual o Cristo firmara a sua fé! E se o Pedro assim procedeu, que admira que algumas pessoas, postas pelo acaso no meu caminho, hajam feito outrotanto? Nada!

Acabava eu, como ia contando, de receber esses cumprimentos, quatro dias depois de publicado o jornal, quando, ao entrar na oficina onde o mesmo era feito, pude verificar que alguma coisa de anormal ocorrera. Contaram-me então que um meu desafecto, ao desmanchar as páginas depois de impressas, tivera a atenção atraída pelo título do tal artigo. Num salto de tigre que vê ensejo de agarrar uma presa, tirou logo algumas "provas" e mostrou-as a outros colegas, a quem sugeriu a opinião de haver no artigo ofensa aos mestiços. Acto continuo dois ou tres se dirigiram ás redacções dos vários jornais a pedir que protestassem; mas em toda parte lhes haviam respondido que a coisa não tinha importância e que o que eu desejava, justamente, era que a imprensa fizesse reclamo do meu jornal. Dei então aos queixosos as explicações que o caso requeria e prometi esclarecer melhor o assunto no numero seguinte, dando-se todos por satisfeitos. Por volta das 20 horas, porém, quando nem já pensava no incidente, o Sr. Taborda pediu-me pelo telefone que chegasse ao Clube Ginástico para saber duma

novidade. Aí o meu sócio me mostrou então no vespertino *A Rua* uma nota em que êle era ásperamente acusado como autor dum artigo em que o nosso jornal "injuriava o Brasil". Havia muito que essa folha aproveitava todos os pretextos para atacar o Sr. Taborda, que por isso mesmo não se impressionou muito; mas receava que certos matutinos seus desafectos se aproveitassem do ensejo para o atacar também e nesse caso pediu-me que diligenciasse junto a esses jornais para evitar especulações e esclarecer os factos, uma vez que a redacção do nosso jornal me pertencia exclusivamente, por determinação expressa do contrato social. Ora, na redacção do aludido jornal "funcionava" um Português que agenciara um anúncio para a nossa folha, ainda no tempo do Fataça, e continuava a receber 50\$ mensais da comissão dêsse serviço. Por intermédio do Sr. Taborda, porém, fôra dias antes obtida nova autorização para o mesmo anúncio, cessando assim a anterior. Lembrei-me logo, portanto, que fôsse a nota da *Rua* uma vingança da referida pessoa, que deixara de perceber os 50\$ mensais; mas logo soube que havia lá um outro, também português e grande pirata, a quem dias antes haviam dado uns trompácios no teatro República, e que perseguia sistematicamente o Sr. Taborda, como ficou referido na carta dêste senhor, atrás transcrita. Compreendi então porque razões era o Sr. Taborda atacado e não eu: na mão dos meus inimigos a bomba não pôde explodir, mas na mão dos dêle logo se fez em chamas. A uma árvore sem frutas não atiram pedras os garotos...

Fiz as diligências indicadas e obtive o silêncio de alguns jornais, mas no *Correio da Manhã* só consegui abrandar a carga, pois os ódios que lá ferviam contra o Sr. Taborda eram insuperáveis. O Sr. Amaral mostrou-me uma carta que tinha sobre a mesa e na qual lhe afirmavam ser meu o artigo em questão,

declarando mais que o facto não tinha importância nenhuma em si; mas não podia perder o ensejo de atacar o Sr. Taborda, que tantas vezes atacara o "Correio Alemão". Em vão tentei convencer o homem de que estava mal informado acerca do Sr. Taborda; não houve nada que o demovesse. Pedi-lhe então que ao menos não dissesse que era o Sr. Taborda o autor do artigo, tanto mais estando êle certo disso; o Sr. Amaral prometeu atender-me nesse ponto, mas ao dia seguinte a sua folha espalhava a invencionice inaudita e perversa — que nem ao diabo ocorreria — de que o *Correio Português* se vendera aos alemães e visava provocar uma luta civil entre Brasileiros e Portugueses para impedir que o Brasil mobilizasse forças para a guerra em que estava. Era nem mais nem menos que um atentado contra a segurança do Estado, que um pobre semanário fazia tremer em seu pedestal! (Ah, Barbarruiva, Barbarruiva! Não foi em vão que a terra clássica dos piratas te expulsou... Saíste melhor que os mestres!)

Ao voltar a casa, soube pelo telefone que o Sr. Taborda já estava na Policia Central, onde lhe fui falar por volta da meia noite e pela última vez, pois nunca mais nos tornámos a ver. O Sr. Taborda contou-me que a policia o chamara para o garantir duma agressão por motivo do artigo funesto. Eu narrei-lhe o resultado das minhas diligências e mostrei-lhe a declaração que já tinha escrito para fazer publicar nos jornais da manhã, esclarecendo que o artigo era exclusivamente meu, para assim pôr cõbro a especulações. Devido ao adeantado da hora, porém, não foi possível inserir nos matutinos essa declaração, que só appareceu nas folhas da tarde, quando o nosso jornal já havia sido empastelado e o meu lar violado e destruido. Foi nessa declaração que se fundou depois o tribunal de honra que deu o Sr. Taborda como inocente no caso. Inocente estava êle decerto, e nunca houve sentença mais justa, mas tão inocente

como eu e toda a gente que durante quatro dias não viu no artigo famoso coisa alguma que pudesse ferir susceptibilidades senão do grupo da *Brasilia* a que replicava.

Eu quasi não dormira toda a noite, tendo ainda falado pelo telefone com o Dr. Edmundo Bittencourt, a ver se era possível dar um jeito ao caso; mas a resposta foi que tudo estava entregue ao redactor-chefe. Na terça de manhã fui procurado por um velho amigo, que me trazia o *Correio da Manhã* e o *Imparcial*, unicos matutinos que haviam aparado a bola atirada pela *Rua* e que vinham duma violência atroz. Conhecedor dos hábitos da cidade que há tantos anos habitava e conhecedor da psicologia popular e jornalística, logo previ uma manifestação de desagrado ao meu semanário, pedindo assim à policia as garantias legais. Esta prometeu atender. Eram sete horas; ás 11 deu-se o assalto e a policia chegou depois do meio dia...

Em seguida informei o Sr. Taborda, pelo telefone, do pé em que as coisas estavam; disse-lhe que achava prudente êle se retirar da cidade, o mesmo indo eu fazer nesse instante. Mas o Sr. Taborda não atendeu ao meu aviso e appareceu na rua do Ouvidor ás 10 horas, justamente quando os lobos da imprensa vespertina farejam escândalos e estão mais famintos por uma boa presa. A' porta da *Noticia* estava o pirata português a quem já aludi — e que felizmente só conheço pela tradição miserável — e foi esse malandro que escancarou a boca para gritar cinicamente, apontando o Sr. Taborda: — "Ali vai êle! Foi êsse que insultou o Brasil!" Juntou-se gente curiosa e indagou o que fôra. O sicário explicou: Era aquele o dono do jornal estrangeiro que insultara o Brasil. Braços indignados ergueram-se logo, sendo agredido o Sr. Taborda, que conseguia safar-se rapidamente; mas a turba continuou a juntar-se, em comentários. "Que jornal é êsse? Como

foi? Onde é?" E daí a alguns minutos esse ajuntamento casual, que não tinha lido o artigo e que nada sabia do caso em questão, pelas leis psicológicas que Sighele tão bem descreveu, converte-se subitamente em multidão criminosa e feroz, parte como alude e arromba a porta do meu estabelecimento e do meu lar, tudo destruindo, sem respeitar sequer os leitos e os berços das crianças. Eram 11 horas e no centro, no coração da capital da Republica a policia assistia impassivel a semelhante atentado!...

As folhas da tarde, que daí a duas horas começaram a circular, exploravam o escandalo com toda a sua técnica, exploravam o escandalo com toda tendenciosas e pérfidas, mutilando tudo e dando ao facto proporções inauditas. Foram poucas as excepções. Mas apesar da minha declaração citada os ataques visavam sobretudo o Sr. Tabora, que pela sua posição brilhante suscitava invejas ferozes e que pela imprudência com que agiu neste caso, não atendendo ao meu aviso e a identico de outras pessoas, fez o jogo dos seus inimigos, assim ateando fogo a um rasilho que talvez ainda pudesse ser neutralizado pelas medidas que haviam sido tomadas. Atacam-no porque era elle e não eu que podia pagar a defesa! Essa é a técnica do jornalismo criminoso.

Da casa onde me refugiei com minha familia e com a roupa do corpo apenas, fiz constar que tinha ido para muito longe e esperei que a tempestade passasse. Mas cada vez que o Sr. Tabora ia aqui ou ali, embora protegido pela policia, a turba refervia de raiva e explodia em assuadas e gritos que em breve se viraram contra outros portuguezes, que nada tinham com o caso, como atrás ficou testemunhado pelo Sr. Medeiros e Albuquerque. Ameaças colectivas de morte abalaram os ares e as colunas das gazetas. Mas a minha declaração sobre a autoria do artigo não dava presa aos seus inimigos; os odios

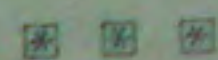
passaram a virar-se, portanto, contra mim, que tão importunamente impedia um banquete de cães. A acusação de *perigoso anarquista estrangeiro* caiu logo sobre mim, como arma sufficiente para ser lavrada uma portaria de expulsão. (*) Dias após, entretanto, sem que me houvesse movido de casa, o Supremo Tribunal concedia-me por *unanimidade* a anulação da tal portaria. A tempestade passara e muita gente que tomara parte no tumulto, serenada enfim e senhora do seu bom senso, confessava o equívoco em que caíra e verberava os excessos cometidos, mas o mal já não tinha remédio...

§ 7.º — Qual o valor pratico das leis que garantem a propriedade e o domicilio — A luta pelo direito é um dever civico — Uma reparação necessária — O Supremo vai decidir — Um inquérito á opinião imparcial e testemunhos valiosos.

A minha pessoa física escapara ileso, é verdade, da onda miserável, mas outrotanto não succedeu á minha pessoa moral e económica. A minha reputação estava ferida por uma acusação iniqua e infame e o fruto dos meus 30 anos de trabalho incessante no Brasil havia sido queimado pela turba e pelo descaso ou impotência das autoridades. Pelo distrato social que logo effectuámos, desistiu o Sr. Tabora, em meu favor, de todos os seus direitos de indemnização sobre os bens da nossa sociedade commercial, abrindo assim mão de qualquer reivindicação judicial futura. Mas eu entendo que a luta pelo direito é um dever civico elementar. Sem essa luta não há povo civilizado nem verdadeira civili-

(*) Duma entrevista que o Sr. Dr. Duarte Leite concedeu ao *Diário de Noticias* de Lisboa: — "É o Sr. Embaixador fala-nos largamente do assunto nesta mesma orientação. Relembra casos conhecidos que esmiuça e explica. O caso Mota Assunção-Humberto Tabora, em que interveio, por exemplo, e que se complicou por não ter havido, de juizo, o tacto necessário."

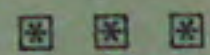
zação. Uma sociedade na qual os homens se submetem sem protesto à iniquidade e não reagem contra a prepotência é sem dúvida nenhuma uma sociedade bárbara, embora se enfeite com as leis mais adeantadas que importou do estrangeiro e que nada significam na sua vida prática. Uma nação assim está positivamente no caso do selvagem que, tendo ouvido dizer que os homens civilizados usavam óculos, enganchou logo nas orelhas dois pares dêles para ser tido por supercivilizado. Se eu desistisse de pedir ao Estado a reparação dos danos a que me julgo com direito, dar-lhe-ia uma prova tácita de desprezo pelas suas leis ou faria supor que não me julgava vítima duma injustiça. Assim, como cidadão e como homem, eu exijo do Estado a reparação que as suas leis me garantem. Depois de ter obtido do Supremo Tribunal um voto unânime que revogou o acto do govêrno e reconheceu a minha qualidade tácita de cidadão brasileiro, iniciei contra o Estado a legal acção de indemnização dos danos materiais. Três anos após o início desta acção, um juiz federal negou-lhe fundamento pela razão *intuitiva e simples* de que o estrangeiro, quando abusou da hospitalidade, já devia contar com aquele castigo. Mas isto não me satisfez nem me venceu. Agora estão os autos no Supremo Tribunal, que não tardará a definir o valor prático das leis que, no Brasil, garantem a propriedade e o domicílio. E êle me fará justiça nesta etapa, como fez na outra; sôbre isso não tenho eu dúvidas. Mas se acaso não me der a satisfação devida, nem assim eu me renderei. Hei-de mostrar que o clima tropical, que me envolve desde os oito anos, não conseguiu quebrar em mim a tenacidade e a perseverança próprias da minha raça.



Pelo exposto no § 1.º dêste capítulo já todos podem avaliar a temibilidade do meu anarquismo, que se exerceu sobretudo evitando actos de violência e combatendo doutrinas insurreccionais muito bem intencionadas, sem dúvida, mas nem por isso menos perigosas. Acresce notar que essa minha acção foi realizada em companhia de homens que hoje ocupam altas posições na politica, no comércio e na indústria, e muitos dos que eram então, na Europa, os nossos correligionários, são hoje grandes políticos e estadistas notáveis. As ideias e doutrinas a que eu sacrifiquei os melhores anos da minha juventude não são, portanto, ideias de loucos ou malfeteiros. De certo, se eu tivesse empregado êsse tempo a vender cachaça ou a falsificar gêneros, a bancar o bicho ou a fazer pirataria jornalística, talvez hoje estivesse rico como outros e fôsse um honrado comendador ou barão como tantos. Mas cada qual tem a sua sina. A cigarra nasceu para cantar e a formiga para enriquecer. É o destino de cada qual. Mas vale a pena notar que alguns dos jornais por cujas colunas se exerceu a minha acção anarquista mais entusiasta e intensa, foram aquêles justamente que mais contribuíram para agravar a especulação que me feriu; foram êles que mais gritaram contra o "perigoso anarquista estrangeiro", oito anos depois de eu me haver afastado duma agitação que realizara com o auxilio e aplauso dêles.

Embora me chamassem exhibicionista e vaidoso, na impossibilidade de me chamarem ladrão, visto que nunca fui jornalista profissional — não conseguiram "cavar" nem um retrato meu para ilustrar as suas colunas, na febre do espalhafato... Contando o insucesso dos seus passos neste sentido, um jornal exclamou indignado: "O Assunção já conta-

va tanto pela certa com esta incerca que até nunca se retractou!" E assim, graças sómente a um êrro de ortografia, o intrujão disse um dia uma verdade. Eu tenho tirado o retrato muitas vezes, como toda a gente, mas na verdade nunca me retractei... Habituei-me desde criança a arçar sempre com a responsabilidade dos meus actos, bons ou maus...



Mas depois de esclarecida toda a verdade sôbre o caso do *Correio Português*, poderei esperar que uma parte da imprensa honesta acabe por me fazer a justiça devida, desagravando-me da difamação que sofri? Não é provável, porque o jornalismo não tem consciência geralmente e só costuma retractar-se para não ser multado ou para não dar entrada na cadeia. Pois se o veridito dos Srs. Drs. Rui Barbosa, Afonso Celso e Barbosa Lima, sôbre o Sr. Tabora, teve quem o desacatasse na imprensa, é bem de ver que eu, a despeito das provas da minha inocência com que enchi êste livro, só poderei esperar do jornalismo o silêncio ou a reedição dos aleives. Parece que a justiça não é mesmo dêste mundo... Não obstante, há-de haver sempre quem grite por ela.

Como documento final sôbre a psicologia do jornalismo criminoso aqui deixarei ainda os tópicos essenciais duma crónica em que um jornalista honesto verberou a petulância dos piratas que não se submetem nunca às leis da razão e da justiça:

"Não é admirável, porque é simplesmente pasmosa; não é apenas pasmosa, porque é de embasbacar, a attitude de uns tantos escrevinhadores que têm a obrigação de escrever quotidianamente um trecho de coluna para fazer jus ao ordenado mensal de algumas dezenas de mil réis — que se não apertam á falta de assunto e glosam o primeiro facto de que

se recordem sem ponderação, sem nenhuma reverência para com as personalidades a que se reporta, por mais respeitáveis que sejam, sem nenhuma consideração consigo próprios, metendo-se em um ridículo de fazer dó pelo *sans façon*, pela inconsciência com que subscrevem as mais desconexas proposições, as maiores necedades, as mais audaciosas e simultaneamente ridiculas afirmações.

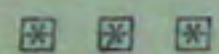
Ainda ontem um desses garatujadores, que se fazem originaes pela excentricidade de suas tolices, julgou azado o momento para, de uma cajadada, matar, não apenas dois coelhos, mas a Associação Commercial do Rio de Janeiro, o seu presidente, o Conde de Afonso Celso, o deputado Barbosa Lima e o senador Rui Barbosa — apenas.

"Para êsse escriba, mais obscuro do que claro na sua pretensiosa literatura de comentários impertinentes e inoportunos sôbre homens e coisas, mas exacta para fazer jus á retribuição pela sua colaboração, "Rui Barbosa não tem o menor amor á verdade", Barbosa Lima é, tão sómente, "o farmacêutico da tirania democrática", Afonso Celso "é uma cobaia engrinaldada de flores de laranjeira" — porque subscreveram um *veridictum* em que declararam Humberto Tabora inocente de acusações que lhe foram imputadas perfidamente por adversários e inimigos.

"Negar-se a homens como o senador Rui Barbosa, o deputado Barbosa Lima e o Conde de Afonso Celso a precisa autoridade para examinar uma questão de honra e sôbre ela emitir o seu *veridictum* não é apenas inconsciência: é uma criminosa torpeza de um individuo que se não preza e tampouco aos seus concidadãos. Lembra isso um asno a escourear alguém, a murchar as orelhas para atirar as patas sôbre uma individualidade humana.

"E' interessante assinalar como os batrácios pre-

tendem que se lhes nivele tudo que se acha acima da sua rastejante animalidade. Há individuos inferiores que julgam que toda a beleza da conduta de qualquer pessoa reside na sustentação de um ponto de vista em que se colocam, mesmo depois de conhecido o êrro em que se encontram. Esses são os campeões da má fé, os espiritos incapazes de compreender o que sejam sinceridade, amor á verdade, vontade de acertar e sentimento de justiça; são obnubilados mentais, obcecados que não podem, ainda que queiram, compreender que todas as emoções e todas as impressões são susceptíveis de falhas e de enganar e devem ser rectificadas, á medida em que são estudadas, desde que o sejam por quem tenha honestidade de convicções. Mas... Rui, Barbosa Lima, Afonso Celso, a Associação Commercial do Rio nada valem quando ergue a voz ou empunha a pena o primeiro badameco na primeira esquina, pronto a assobiar..."



Logo após o triste incidente, e com o auxilio de amigos dedicados que não fogem na hora do perigo, foi largamente distribuido um questionário com o resumo da questão, acompanhado do texto do artigo malfadado do *Correio Português*. As respostas foram unânimes em testemunhar que não havia no artigo nada que pudesse melindrar senão o grupinho a quem replicava. De modo geral, essas respostas podem ser sintetizadas na seguinte, dada por um patricio excelente, ex-aluno da Escola Normal de Coimbra e provector guarda-livros, que enquanto fazia o seu dever militar exerceu funções de confiança no Hospital Militar de Lisboa e é um escritor sóbrio e elegante, tanto na prosa como no verso, que cultiva com muito gosto — o Sr. José Gonçalves Paratudo. Vive em São Paulo há cerca de 12

anos este apreciável cidadão, sendo casado com distinta senhora brasileira, que já o enriqueceu com uma escadinha de crianças encantadoras. A sua actividade no seio da colónia portuguesa, sobretudo como secretário do Centro Republicano Português, granjeou-lhe um largo círculo de amizades sinceras. A sua concisa opinião, que aqui registo como síntese de várias outras que foram expressamente manifestadas nas aludidas cartas, é a seguinte:

"A resposta de Mota Assunção era uma necessidade. Todo o Português patriota, ofendido no mais íntimo da sua alma, insultado tão abrupta e brutalmente, sentiu impetos de dar resposta idêntica. Pode-se dizer, sem receio de errar, que foi a alma colectiva da raça quem falou pela pena do destemido jornalista e do genuino patriota que é Mota Assunção. Todos os Portugueses — convenço-me disso — com êle estão em espirito. Os próprios Brasileiros criteriosos, a quem uma paixão cega, uma concepção errónea do nacionalismo não obcecou ainda o espirito, hão de estar connosco e dar razão ao jornalista do *Correio Português*."

Em resposta ao mesmo inquerito, eis a valiosa e significativa carta que me enviou tambem um outro distinto escritor, muito nobre e muito culto, o Sr. José Maria Machado, que por muitos anos exerceu o jornalismo dignificador e honesto, tendo sido secretário da Câmara Portuguesa de Comércio durante alguns anos. A carta dêsse operoso e distinto membro da colónia portuguesa é a seguinte:

"São Paulo, 18 de junho de 1919. — Meu amigo e distinto colega — O caso do *Correio Português*, para mim, que tentei exercer a minha profissão de jornalista com uma sinceridade absoluta e absoluto desinteresse, considerando a imprensa como ela foi e como ela devia ser, um verdadeiro sacerdócio —

o seu caso não passou de um equívoco, explorado maldosamente por paixões desenfreadas, num momento de exaltação, quando todos os espiritos estavam lamentavelmente destrambelhados por causa da guerra.

“De uma querela entre pessoas quiseram fazer uma questão de patriotismo e de nacionalismo. Para esse terreno a arrastaram, em recurso de causa, os próprios interessados, feridos com a energia que provocava a sua afronta atrabiliária, soez e incorrecta. Não houve, na imprensa responsável e digna, quem repusesse a questão no seu lugar. Hoje, a imprensa é isso: comodismo, fraqueza, medo das responsabilidades, falsa compreensão da camaradagem, bela palavra com que se encobre o ciúme, a inveja e o interesse. Por esses e outros motivos abandono espontaneamente uma profissão que abracei com entusiasmo e servi com amor. Estou desiludido, completamente desiludido da função social, intelectual e moral da imprensa. Se era um sacerdócio, a instituição perverteu-se pela fraqueza dos homens. Se ainda há sacerdotes, eles alapardam-se nas sombras do santuário, enquanto a maior parte fica à margem do gazofilácio ou mercadeja pelas escadarias do Templo.

Em todo o seu artigo, linha por linha, vejo apenas uma resposta a indivíduos provocadores, numa polémica de restrito alcance. Não é preciso grande exegese para se chegar a essa conclusão. O simples bom senso basta. Quando ele acordar, se acordar do mórbido sono em que dormita, há-de plenamente postar-se a seu lado. É uma questão de justiça — se é que a justiça não rasgou a venda para mostrar os olhos desfigurados num estrabismo monstruoso e miserável.

Muito seu ex-colega e amigo—*J. Machado (Zema)*
— Ex-redactor secretario do *Diário Popular*, de São Paulo.”

IX — As paixões populares que a imprensa explora

Eça de Queirós e o nativismo — Causas biológicas e sociais da xenofobia — Direito teórico e direito prático — Inutilidade das leis escritas ante a soberania do Estado — Limitação positiva dos direitos dos estrangeiros — Expulsão de Everardo Dias — Desarmonia psicológica entre estrangeiros e nacionais — Uma ideia de E. Ferri — Os preconceitos de cor: E. de Moraes e Lima Barreto — Uma frase xenófoba de Pedro II — Julio Dantas conta como Bordalo Pinheiro ia sendo morto numa explosão lusófoba — Os estrangeiros e os judeus na idade média — A lusofilia da Pauliceia: hegemonia integral — Um artigo de Menotti Del Picchia — Superioridade da nossa raça.

Os preconceitos e paixões da turba são, como temos visto, o campo inexaurível da especulação jornalística. E sendo as prevenções contra os estrangeiros sentimentos muito disseminados nos países de imigração, é para essas paixões que a pirataria ape-la, como arma infalível, sempre que a sua vítima pode servir de alvo a tais rancores. Coisas que feitas, escritas ou ditas por nacionais são inofensivas, corriqueiras e sem a menor importância, convertem-se em graves ofensas e delitos tremendos logo que alguém declare ou grite que o seu autor é um estrangeiro. Apesar, entretanto, das múltiplas formas pelas quais estes preconceitos se manifestam em todas as camadas sociais, não falta quem negue, de tempos a tempos, a sua existência ou a reduza a proporções infinitesimais. Outros, pelo contrário, confessam lealmente a existência dessas paixões e procuram combatê-las, defendendo os estrangeiros e criticando os nativistas, de cujo seio irrompem os batedores iconoclastas da xenofobia. Eu entendo,

porém, que adjectivar contra esse fenómeno social é o mesmo que apostrofar a tempestade, a peste, a guerra ou qualquer outra coisa independente da vontade do homem e que só pode ser jugulada nas fontes naturais donde brota. O homem não ama ou odeia arbitrariamente quem quere, assim como só tem as ideias e opiniões que o seu cérebro admite, em virtude de certas circunstâncias exteriores. "Em crenças — diz G. Le Bon — o homem só escuta a voz dos seus sentimentos e estes formam uma selva escura de que a razão foi sempre excluída."

Embora reconheça que aos mentores dum país, que precisa de estrangeiros para impulsionar o seu progresso, impende o dever patriótico de refrear e combater essas paixões, que brotam naturalmente do atrito social e da competição económica em que têm de viver estrangeiros e nacionais, entendo que não é ridiculizando ou negando um fenómeno social que poderemos ter acção sobre elle. "A sociologia é relativa, é uma sciência de contingência e não de absoluto — ensina Mawell — deve estudar os factos tais como os encontra, edificar as suas teorias sobre esses factos, tirar dêles as leis gerais; não poderá pretender acomodar os factos a pseudos princípios." Assim, não é meu propósito tomar o partido dos estrangeiros contra os nativistas, nem dos nativistas contra os estrangeiros; quero tão somente patentear a existência desse conflito latente, como campo fecundo da especulação do jornalismo criminoso. Antes, porém, de expor propriamente o meu ponto de vista, quero que o leitor veja como o genial Eça de Queirós criticou o jacobinismo, que é o nome brasileiro da xenofobia. As suas memoraveis palavras são as seguintes:

"Ora, é esta a América, a quem a Europa forneceu todos os elementos essenciaes para ella existir socialmente, e politicamente, e intellectualmente, e in-

dustrialmente, que agora grita á Europa, com soberbo desplante: — "Fora dêste continente, que é nosso e que nós fizemos! A América é exclusivamente para os Americanos! Nós não queremos cá nem a vossa influencia, nem a vossa actividade, nem quase a vossa presença!"

É grave. E há aqui certamente, pelo menos, uma escandalosa ingratitude. Porque, se Europeus e Americanos definitivamente se desquitassem e cada um recolhesse aquilo que é obra lenta do seu génio, os Americanos ficariam subitamente sem religião, sem leis, sem moral, sem sciência, sem artes, sem indústrias, sem costumes, sem tudo o que constitue a vida superior dum povo, e seriam apenas uns selvagens louros, uns *Peles-Branças*, absolutamente iguais aos *Peles-Vermelhas* que elles consideram uma mancha na civilização do Continente e que por isso perseguem a tiro, como os ursos e como os búfalos.

Não! Só é legitimamente admissível o nativismo, num povo que, como o chinês, tenha originalmente concebido e realizado a civilização, e que não quere portanto que o estrangeiro, introduzindo nella principios e formas heterogêneas, lhe desmanche a beleza e a utilidade. Uma muralha da China é então perfeitamente racional. Um tal povo já soberbamente provou que a si mesmo se basta e se completa, e que, na ordem espiritual e na ordem material, é independente de todos, não sendo, pela força experimentada das suas instituições, inferior a nenhum.

O seu nativismo representa então a justa e necessária defesa dessas instituições, onde encontrou felicidade e estabilidade. Mas entre povos de civilizações idênticas, e dos quais um, o nativista, tudo recebeu do outro, desde os dogmas até ás ferramentas, o nativismo é simplesmente o medo egoista da concorrência. E de que pode provir esse medo? Unicamente do sentimento da própria inferioridade.

E eis aí porque eu não compreendo o nativismo em povos tão orgulhosos como os povos americanos

— pois que dêle resulta meramente que o homem da América se declara em altos brados, e ante o mundo, inferior ao homem da Europa.

Que significa realmente o Americano, proclamando nos seus jornais ou nos seus parlamentos que aquele bocado da América é só para êle e que não quer lá, nem a influência, nem a actividade, nem mesmo a presença do Europeu? Significa, no fundo, simplesmente esta confissão bem humilhante: — “Eu sou indolente, o Europeu é laborioso; eu sou obtuso, o Europeu é forte... Se o Europeu aqui entra, eu, na luta e concorrência da vida, sou indubitavelmente vencido! Portanto, ergamos contra o Europeu uma grande muralha, à boa moda da velha China!”

O’ Americano, meu valente, como podes tu, sem cõrar, fazer uma tal confissão de fraqueza?... E depois considera que, se tu próprio te declaras inferior ao Europeu em actividade, intelligência e força, — implicitamente reconheces que o Europeu, possuindo qualidades superiores às tuas, poderá muito melhor que tu explorar, valorizar, civilizar, para bem geral da humanidade, êsse pedaço da América de que tu és o dono geográfico. Os interesses superiores da humanidade reclamariam, portanto, que esse bocado da terra te fõsse expropriado, e que outros (que tu próprio reconheces como mais fortes e mais hábeis) fõssem aí criar a obra de civilização, que tu, com as mãos contritas sôbre o peito, te confessas impotente para fundar.

E se insistisses na tua muralha, não devias estranhar que os outros a atacassem em nome desses altos interesses humanos, e fundados nas confissões de inferioridade intelectual e física — que tu fizeste tão transparente, quando prégavas o teu nativismo com um ímpeto que era todo feito de abdicção!

Nativismo! Quem pode conceber a Inglaterra, ou a França, ou a Alemanha, ou nações onde haja um pensamento e um braço, prégando o nativismo, e re-

gateando a qualquer homem o direito de vir para o meio dêles labutar na obra humana? De resto não existem, na realidade, povos nativistas. O que existe em cada povo é um certo número de nativos que, por falta de qualidades activas, destros e rijas, succumbem e murcham naquelas mesmas carreiras em que outros, que não são nativos, prosperam e florescem.

É o lojista que tem de fechar a loja deserta enquanto ao lado o lojista estrangeiro alarga a sua, onde a multidão se apinha. É o escritor que vê os livros estrangeiros vendidos, discutidos, envolvidos na vida intelectual, enquanto os seus, ao fundo dos armazéns, apodrecem, no silêncio, na escuridão e no pó das obras mortas. É o architecto a quem nem o Estado, nem os particulares confiariam a construção dum muro de quintal, e que assiste aos triunfos do architecto estrangeiro, encarregado de cobrir a cidade de estradas e monumentos. É o médico sem doentes, que por trás dos vidros, roendo sombriamente as unhas conta a longa fila de clientes que enfia para dentro da porta do seu vizinho, o especialista estrangeiro. É sobretudo o homem das profissões liberais, ávido de publicidade, de posição, de influência, que permanece na obscuridade, no abandono, ao passo que o estrangeiro é acolhido, reclamado, festejado. Estes são os verdadeiros nativistas — os que *falharam*, em face do estrangeiro que *acertou*. A ilusão e a vaidade nunca lhes consentiriam reconhecer que a sua derrota proveio da sua insuficiência — e é como consolação interior, e mesmo como desculpa pública, que êles se consideram e proclamam vítimas de uma vasta calamidade social — a invasão das raças estrangeiras, que alastra, tudo atravanca, se impõe pela brutalidade do número e pela parcialidade do privilégio, e tiram ao pobre nativo, esmagado, a parte que lhe competia do pão e do solo natal. A identidade do descontentamento

faz que todos estes descontentes se juntem, mutuamente desabafem, e se exaltem, e findm por organizar uma seita que vá prégando a salvadora ideia nativista. E na maior parte dos casos, não é com a esperança que essa ideia triunfe, pois que êles sentem bem quanto ela é socialmente intriunfável; mas apenas com o intuito em parte astuto, de encontrarem no exercício dessa estranha profissão de *nativista* os proventos, a influência fácil e a posição, que não souberam grangear nas outras profissões, em que a sua mediocridade foi factora da sua derrota. E êsse intuito freqüentemente o logram — porque tão profunda é a credulidade emotiva das multidões, que não há bandeira nova, por mais frágil, com mote novo, por mais irracional, que, bem desfraldada na rua, não reúna e levante uma legião. E durante êsse curto momento, o bom nativista saboreia as glórias dum chefe, dum Messias. Mas também tão rápida é a reacção do bom-senso nas multidões educadas, que, reconhecida a fragilidade da bandeira e a irracionalidade do mote, a legião que se formara ao começo da rua, fica reduzida, antes mesmo de desembocar na praça, a alguns arruaceiros e alguns simplórios.

É êsse o desagradável momento para o nativista — porque então se descobre que aquilo, que se julgara ser o movimento forte de uma nação, era apenas o despeito, ou a manha, ou a ilusão de alguns falhados.

Por isso nunca me inquietei quando, há um ano, tanto se falava na agitação nativista do Brasil. O Brasil nativista! Porque?

É possível que aí, como em toda a parte, haja um ou outro ladino que visse no exercício do nativismo uma profissão fácil, sem habilitações obrigatórias, sem horas presas, altamente rendosa e mesmo divertida. (Não se tornou hoje em França o antisemitismo uma carreira soberba, que leva à celebridade e à fortuna?) É provável também que, sobretudo no

Rio, onde a concorrência já é áspera, alguns derrotados da vida atribuam candidamente a sua derrota, não à própria inabilidade e fraqueza, mas à força esmagadora de um fenómeno social: ao número invasor das raças alheias. E é quase certo, ainda, que muitos moços, com a ingenuidade um pouco tumultuosa que é própria da nossa raça, confundindo *nativismo* com *nacionalismo*, tivessem concebido o sonho dum Brasil só brasileiro. Estes ideais e interesses, tendo um fundo idêntico de negação, sem dúvida se juntariam, atravancariam a rua com o seu bando e a sua bandeira, e por motivo daquela excitação contagiosa, que tanto prejudica as sociedades meridionais, encontrariam apoio, por um momento, entre multidões crédulas e com os nervos ainda abalados por uma dura guerra civil. Mas essa influência do nativismo só podia ser (como foi, creio eu) muito transitória, no meio duma nação tão amável, tão generosa, tão hospitaleira, tão *européica* e de tão vasta fraternidade, como é o Brasil, para sua grande honra entre as nações.

As repúblicas semimortas da América Central — uma Guatemala, uma Nicarágua, um Equador, são nativistas com paixão, e o seu nativismo é compreensível, porque nelas não só abundam os homens *falhados*, mas elas próprias são países *falhados*.

Começaram a sua carreira de nacionalidades sem para isso terem habilitações ou capitais, e em breve caíram em tal desordem civil e em tal miséria moral, que toda a inteligência, toda a actividade, toda a força gradualmente se lhes sumiram, e hoje qualquer aventureiro que lá entre, sendo um pouco esperto e um pouco vidente, se pode tornar, num instante, o seu explorador e mesmo o seu dono. Mas o Brasil, êsse, nativista! Como poderia ser?

O nativismo na América Espanhola é sempre sentimento invejoso de mulato, que tem alma mulata e que falhou. Ora, o Brasil é branco, de alma branca, — e está, como nação, em pleno e vivo êxito (apesar

dêstes anos de atrapalhação política, que vem, não da falta de ideias, mas da falta de pessoal, junta a um individualismo exagerado que produz indisciplina.) E nem pode deixar de estar em êxito, sendo como é um povo superiormente inteligente, provadamente rico. Com tais qualidades, que inveja pode êle ter do estrangeiro, e que mêdo da sua concorrência? E não tem, como soberbamente o prova, cada dia, com a sua magnifica franqueza hospitaleira; porque a hospitalidade não é sòmente um sinal de doçura, é sobretudo um sinal de força." (Trecho duma das cartas insertas na *Gazeta de Notícias*, em 1894.)



São essas as palavras do mestre incomparável, mas a questão deve ser encarada debaixo ainda de outro aspecto. A xenofobia tem raizes muito fundas no instinto animal e é duma violência atroz nas sociedades primitivas e rudimentares, figurando sempre como uma terrível arma de legítima defesa na luta pela vida. Quem se habituou, porém, a julgar os fenómenos sociais de conformidade com a justiça abstracta, que aliás em nada se manifesta na vida real, não pode deixar de ver na xenofobia uma aberração monstruosa; mas logo que se liberte dessas fantasias lógicas e repare que em torno de si e por toda a parte só reina o privilégio, o direito da força e da astúcia, aquilo que a justiça abstracta chama injustiça, compreenderá que a xenofobia nada tem de extremamente odioso, sendo apenas, nos países de imigração, mais um elemento de divisão e discórdia que se junta àqueles que já caracterizam as sociedades humanas. Façamos, porém, uma breve sinópse histórica da xenofobia, para melhor compreendermos sem espanto a multiformidade das suas manifestações em nossos dias.

É facto notório que todas as tribos primitivas e selvagens odeiam de morte o estrangeiro; e civilizações já bastante adeantadas, como a grega e romana, mas sob o domínio de crenças tradicionais, conservaram por muito tempo leis e costumes terríveis contra os estrangeiros. "Qual o motivo porque se opunham tantos obstáculos ao estrangeiro que queria ser cidadão? — indaga Fustel de Coulanges — Por certo que não se temia que o voto dêle nas assembleias fizesse pender a balança. Demóstenes diz-nos o verdadeiro motivo e o pensamento dos Atenienses: "É que devemos pensar nos deuses e conservar aos sacrificios a sua pureza." Excluir o estrangeiro é velar pelas cerimónias santas." "Não tomando o estrangeiro parte alguma na religião, não tinha direito nenhum. Se entrava no recinto sagrado que o padre tinha traçado para a reunião, era punido de morte. As leis da cidade não existiam para êle. Se cometesse um delicto, tratavam-no como escravo e puniam-no sem forma de processo, não lhe devendo a cidade justiça nenhuma. Quando chegou a sentir-se a necessidade de haver uma justiça para o estrangeiro, teve de estabelecer-se um tribunal excepcional. Roma tinha um pretor para julgar o estrangeiro (*prætor peregrinus*). Em Atenas, o juiz dos estrangeiros era o *poliarca*, isto é, o mesmo magistrado que estava encarregado dos cuidados da guerra e de todas as relações com o inimigo. Em Atenas, como em Roma, o estrangeiro não podia ser proprietário, nem podia casar; a lei, pelo menos, não lhe reconhecia o casamento; e os filhos nascidos dum cidadão com uma estrangeira consideravam-se bastardos."

E que é, senão xenofobia, o chamado patriotismo de campanário, ou bairrismo, que leva a gente dum distrito a odiar a do outro? E os preconceitos e quizilas tradicionais que separam entre si Cariocas e Paulistas, Baianos e Riograndenses, etc., etc.? De onde nascem estes preconceitos funestos senão do

fundo ancestral que o homem moderno conserva dos seus antepassados bárbaros? O ódio ao estrangeiro é evidentemente um sentimento elementar e rudimentar da criatura humana. Segundo Herculano, pelas antigas leis das Espanhas não era crime matar um homem doutra comarca. E na guerra, ainda hoje, quem mais mata estrangeiros, mais herói é. Mas se observarmos o que se passa com as crianças, cuja mentalidade é um estádio entre o selvagem e o homem civilizado, veremos que o seu maior prazer é judiar e maltratar os bichos ou as crianças estranhas, doutra rua ou doutro bairro, talqualmente fazem os cães e até as galinhas do quintal, que caem geralmente à bicada sôbre a colega recémchegada, e isto sem exclusão do próprio galo, que devia ser mais gentil com a nova odalisca do seu harém.

Se nos inspirarmos na observação destes factos quotidianos e reflectirmos na crueza perversa da vida social, em que o homem só cuida de escravizar e lograr o seu semelhante, rindo-se do aleijado, do disforme, do que cai e experimentando vivo prazer na contemplação de scenas de pujilato, morte e sangue, a ponto dos jornais terem de inventar crimes absurdamente hediondos para não perderem os leitores; se pensarmos nisto, que é a justiça concreta, logo compreenderemos a triste ironia que se encerra nas nossas vulgares noções de justiça abstracta, que figuram nas constituições e nas leis, mas só aí, e mentalmente concluiremos com Le Dantec: "O nosso verniz de homem civilizado não obsta a que, esgaravatando ao de leve, se encontre logo o homem antigo, o homem das cavernas... O verniz civilizado que nos cobre é apenas superficial; por baixo continua a estar, quase intacto, o homem selvagem. Este homem vestiu em tempo uma túnica moral que o distinguia para alguns de seus descendentes a ponto de se tornar modelo de vida social; mas São Vicente de Paulo e São Francisco de Assis são ex-

cepções; a maioria dos homens ficou troglodita e troglodita ficará sem embargo das novas roupas que lhe fabrica a Sciência... O mancebo mais religiosamente educado, mais profundamente imbuído de principios cristãos, não poderá deixar de se entusiasmar com descrições de batalhas, sentir-se transbordar de ânimo belicoso ao ouvir referir as proezas dos heróis e, se receber uma bofetada, em vez de oferecer a outra face, experimentará uma necessidade imperiosa de se lançar ao adversário e vingar o insulto. Mas uma observação histórica permite-nos consolidar as reflexões que acabamos de fazer. Reduzindo as primeiras sociedades a famílias, clãs, tribos, a única noção de dever que o hábito poderia criar na mentalidade dos homens era o dever para com a família, o clã, a tribo. Não havia, pois, na consciência dos homens, senão a noção do crime contra a família, o clã, a tribo. E os primeiros deuses foram deuses que proibiam o homicídio entre individuos do mesmo clã, recompensando-os se a vítima pertencia a uma tribo estranha ou rival."

Não precisamos dizer pois mais nada para provar que a xenofobia é um sentimento natural e ancestral, que se mostra não só nos habitantes nascidos num país onde há muitos estrangeiros em competição vital, mas até nos próprios estrangeiros já aclimados no lugar e que vêem no recémchegado mais um competidor e concorrente indesejável e odioso. E só assim se podem compreender os sentimentos xenófobos que nos países de imigração tiram ao estrangeiro as mais elementares garantias e direitos que as constituições e leis lhes outorgam.

— Mas essas leis não valem nada então? — Nada! Essas leis não valem nada porque o Estado é soberano e ninguém pode pôr em dúvida a faculdade que êle possui de interpretar as suas leis conforme entender. "De qualquer maneira que a nação queira, dizia Sieyès, basta que ela queira; todas as formas são boas e a sua vontade é sempre a lei suprema."

Basta mesmo que um homem ou uma assembleia tenham o arrojo de querer por ela e de presumir com êxito o seu assentimento ou a sua passividade. Isto na verdade — conclue J. Cruet — é mais que uma tradição francesa, é uma tradição latina." "A simetria das formas constitucionais dissimula muitas vezes, mais do que revela, o equilíbrio real das forças políticas; e para conhecer o regime constitucional dum país não basta ler a sua Constituição. Os textos, com efeito, nunca formam uma rede bastante cerrada, nem bastante firme para impedir que os costumes parlamentares e governamentais façam prevalecer tácitamente, contra uma Constituição regular, uma Constituição oculta que a excede e pode desnaturá-la; quer isto dizer que todos os países têm uma Constituição costumária, mesmo aqueles que parecem viver sob o regime duma Constituição escrita." "A primeira e ultima palavra do método scientifico é aceitar os factos como elles são." "Não há pois, a nosso ver, senão um meio para reconhecer a lei e compreender a legalidade: é estudar as leis como fenómenos históricos e sociais, nos seus caracteres observáveis."

Fala assim J. Cruet, no livro *A vida do direito e a inutilidade das leis*, que foi escrito em confronto, não com o que se passa no Brasil, mas com o que succede em todos os países. E é o mesmo autor que diz ainda: "Aos olhos de Sumer-Maine, qual é, no carácter duma nação, a mais alta virtude? E' "a capacidade para aplicar e desenvolver o direito como direito, mesmo em condições contrárias à justiça abstracta."

O que o estrangeiro precisa conhecer não é, portanto, quais as garantias e direitos que as leis escritas lhe prometem, mas sim e exclusivamente quais os direitos e franquias que os costumes e as ideias da nação, que são as do povo, lhe dão e asseguram realmente. Porque essas ideias e costumes é que são

o direito concreto e a justiça positiva dum país; as leis escritas ou direito teórico são meros enfeites e taboletas, donde os juizes tiram todas as conclusões que querem e estão para a nação como as ideias e crenças do individuo estão para o seu carácter. Que importa que um sujeito tenha ideias muito sociáveis e humanitárias, se o carácter d'ele é egoísta e feroz, intolerante, autoritário e antisocial? E não é esta, infelizmente, quase a regra geral — o contraste entre as ideias e o carácter do individuo? Quem é que não terá encontrado pessoas bastante boas, indulgentes, tolerantes, capazes de actos de abnegação e assistência, apesar de professarem doutrinas cruéis e antisociais? E quem também não terá conhecido outras que, a despeito do humanitarismo das crenças professadas, revelam-se no trato quotidiano e privado verdadeiros monstros antisociais e intratáveis? Um illustre autor do primeiro folheto socialista que me caiu nas mãos e inventor, mais tarde, dum famoso explosivo, deu-me uma vez uma flagrante prova desta triste verdade. O homem tratava de publicar uma obra em favor dos animais. Embora rico, andava vestido duma rústica blusa á moda de Tolstoj, e acompanhado dum secretário bem trajado, doutor talvez, que lhe servia de criado. Na própria fisionomia se liam os traços dum carácter áspero e nada indulgente. Mas um dia vi-o compreender tão rudemente o seu secretário, por motivo dum pequeno descuido na revisão das provas, que me apiedei sinceramente do infeliz e pensei no quanto êle lucraria se o humanitário patrão o quisesse incluir no numero dos bichos que eram objecto da sua constante protecção... E a vida está prenhada destes dolorosos contrastes. O que importa, portanto, é conhecer o que está dentro e não o que está fora, no rótulo. E as leis escritas são apenas, como mostrou Cruet, os rótulos das nações, nada tendo geralmente de comum com os seus costumes e jurisprudências, que são a sua verdadeira justiça.

A demonstrá-lo e de modo eloquente, está o caso da expulsão de Everardo Dias, que vivendo no Brasil desde os tres anos de idade e tendo esposa e filhos brasileiros, se viu ao beirar dos quarenta anos subitamente metido no porão do *Benavente* e posto fora da barra como estrangeiro, depois de ter sido eleitor e funcionário público, duplamente naturalizado portanto. Não tendo o navio podido despejar o preso nas praias de Espanha, e graças aos esforços da Maçonaria e sobretudo à campanha parlamentar do vigoroso deputado Mauricio de Lacerda, conseguiu o infeliz voltar ao seio de sua familia com a tolerancia do govêrno. Mas quantos, expulsos em idênticas circumstancias, nem essa sorte têm tido? E qual era, afinal, a mais grave acusação que pesava sobre Everardo? — Ter publicado algumas criticas que não agradaram a certos senhores. Assim, o homem que não nasceu neste país, embora seja brasileiro por todas as formas legais e morais, quando pensa estar exercendo um direito que as leis garantem elementarmente a todo cidadão, não está, na realidade, senão praticando um grave crime, que a justiça positiva ou costumária castiga com o linchamento ou com a expulsão sumária.

E quem protege nesses casos as familias brasileiras desses estrangeiros? Não seria melhor e mais justo proibir-lhes então o casamento, como faziam as antigas leis romanas, segundo conta Fustel de Coulanges?

Mas o desacôrdo que assim se manifesta entre as leis e os costumes, é o mesmo, em certa medida, que se pode observar no modo de pensar e sentir, respectivamente, de nacionais e estrangeiros, triste verdade que nos faz lembrar das palavras do autor da *Cidade antiga*, ao descrever o abismo psicológico que, na velha Roma, existia entre a plebe e os patricios: "Estes dois povos, sempre em presença um do outro e habitando dentro dos mesmos muros, não

tinham, contudo, coisa alguma de comum... Censuravam-se, naturalmente, de injustiça; cada um d'elles era justo segundo os seus próprios principios, injusto segundo os principios e crenças do outro."



Não resta dúvida, portanto, que por mais que a Constituição e as leis prometam ao estrangeiro residente todas as regalias concedidas aos nacionais, um grande número de actos que estes podem praticar normalmente e sem o menor constrangimento, tornam-se crimes graves e passíveis de repressão violenta quando praticados por estrangeiros. Mas a verdade, nesta matéria, só se pode surpreender toda na vida quotidiana dos circulos. Eça de Queirós conta que Fradique Mendes se transformava em "cidadão das cidades que visitava" e "mantinha por principio que se devia momentaneamente *crer* para bem compreender uma crença", tendo-se por isso feito iniciar em várias seitas e crenças para bem as conhecer. Ora, eu, numa esfera mais humilde embora e mesmo antes de ler o genial autor — pois que a minha iniciação nas seitas começou na infancia — tive desde cedo uma attitude análoga. Solicitado ao mesmo tempo por credos opostos, acostumei-me a observar e ouvir todos com a mesma indulgência simpática, tendo assim pertencido um pouco a numerosas seitas, sem me haver entregue exclusivamente a nenhuma. Criado até aos oito anos no catholicismo sereno de minha mãe, com a vinda para o Brasil mergulhei no cosmopolitismo tumultuoso das cidades, passando logo a sofrer a catequese do espiritalismo socialista de meu pai e tendo contra mim se chocado, sucessivamente, as múltiplas crenças entre as quais se distribuem as populações urbanas. O interesse com que desde então assistia a um *condomblé*, onde por este ou aquele sistema se

invocavam as almas dos que se sumiram na cova, era o mesmo com que ouvia uma prédica do apóstolo Teixeira Mendes ou lia Letourneau, Dostoievski ou Gonçalves Viana. Não tendo podido contrair nunca o hábito de fumar ou beber, que são o passatempo de quase toda a gente, a leitura foi desde cedo a minha cachaça e o meu cigarro. Mas graças ao meu mimetismo social espontâneo, foi que eu pude frequentar os círculos brasileiros como brasileiro e os círculos estrangeiros como estrangeiro. De ambos os grupos tinha eu realmente uma parte material e moral, podendo assim sondar e compreender na justa medida as recíprocas queixas e rancores, que alternadamente me feriam também, ora no que tinha de brasileiro, ora no que tinha de estrangeiro. Obrigado a sofrer, assim, o choque das duas correntes, creio-me habilitado a dizer com imparcialidade alguma coisa da psicologia complicada da gente que nesta hora elabora a futura grandeza do Brasil. E para falar verdade devo confessar que estes dois povos não pensam nem sentem com a solidariedade que seria para desejar.



Numa das conferências que há anos efectuou no Rio, teve o grande criminalista Enrique Ferri ocasião de se referir ao contraste da energia e tenacidade reveladas por certos estrangeiros, nos países para onde imigram, com a preguiça e inércia de que eram exemplo na terra natal. Deste raciocínio saía a conclusão, um pouco velada embora, de que os homens tropicais eram tão fracos e indolentes que se deixavam vencer, na luta económica, até pelo mais fraco dos Europeus. Era assim a confirmação de um conceito geral, adoptado até por escritores nacionais bem representativos. Isto melindrou a minha parte de brasileiro e pela *Folha do Dia* retruquei ao mestre que no balanço das causas da vitória do imi-

grante devia considerar um factor psicológico primordial e que só é possuído pelo homem que sai da sua terra, do seu meio, abandonando hábitos e preconceitos inerentes a toda a criatura fixada num lugar; graças a essa disposição moral, de quem joga a vida num lance decisivo de vai ou racha, é que o imigrante vence numa certa proporção — pois a estatística dos que morrem na luta e em consequência da referida disposição mental, não foi feita ainda. É sabido e notório que ao homem desconhecido num lugar nada fica feio; sem humilhação pode ele fazer o que quizer, carregar fardos, andar descalço e roto ou comer ervas do mato: é livre, ninguém o conhece. Está nesta disposição de espirito, para o homem estabelecido em qualquer parte, a temibilidade da competição do imigrante.



Como se tem visto através destas páginas, os sicários do jornalismo exploram largamente o preconceito de côr, proclamando ao mesmo tempo, quando isso lhes convém, que não existe no Brasil tal preconceito, e que são os estrangeiros que procuram criá-lo e aclimá-lo aqui. Foi essa a picareta heroica da chantagem contra o Sr. Taborda e contra mim. A demonstrar, porém, a falsidade dessa afirmação, além do que noutras partes deste livro já se viu, estão os seguintes depoimentos de dois distintos brasileiros e intelectuais aplaudidos, que não podem, ao demais, ser suspeitos na matéria. Eis o que se lê num artigo do Sr. Evaristo de Moraes, publicado na *Lanterna* e a propósito justamente do meu caso:

“Até certa época (não sabemos se tal miséria continua) não queriam receber nas escolas de aprendizes da Armada meninos de côr preta. Actualmente não entra para o Corpo de Bombeiros um só indivíduo da citada côr. No Instituto Profissional Feminino, da Prefeitura, não eram internadas, até há

pouco, meninas pretas. Os padres do Colégio de São Vicente de Paylo, de Petrópolis, não admitiram a permanência ali de um aluno, por ser de manifesta raça mestiça. Se remontarmos a passado não muito remoto, verificaremos que, dez anos depois da Abolição, ainda não podiam passar, montados ou descalços, homens pretos nas fazendas da família Rodrigues Alves."

Agora ouçamos o protagonista do romance citado de Lima Barreto:

"Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para êle, era extraordinário. O que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, êle achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse intimo pensamento mais tarde. *Para êle, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil*, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chacaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos politicos; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas.

A indolência mental leva-os a isso e assim também pensava o dr. Loberant."

".... Embora minha mãe tivesse morrido havia dois meses, eu não tinha sentido senão uma leve e ligeira dôr. Depois de empregado no jornal, pouco lhe escrevi. Sabia-a muito doente, arrastando a vida com esforço. Não me preocupava... Os ditos do Floc, as pilhérias do Losque, as sentenças do jovem Ramalho tinham feito chegar a mim uma espécie de vergonha pelo meu nascimento, e êsse vexame não me veio deminuir em muito a amizade e ternura em que sempre envolvi a sua lembrança. Sentia-me separado d'ela. Enquanto a julgava a espécie de máquina de gracejos com que aqueles idiotas a

abrangiam no seu pensamento genuino, eu, seu filho, julgava-me a meus próprios olhos muito diverso d'ela, saído de outra estirpe, de outro sangue e de outra carne."

No capítulo II já se viu como os jornalistas têm por mania fazer pilhéria com a gente de côr, sendo essa a nota tónica do achincalhamento em que ali é moído um colega, director de grande jornal. E' a documentação, assim, num instantaneo fotografico, das palavras do saudoso Lima Barreto. Mas para os efeitos da lusofobia e da chantagem são só os Portugueses, os estrangeiros, que alimentam os preconceitos de côr e monopolizam também, ao mesmo tempo... o amor das negras e das mulatas!...



Mas não é nova, no Brasil, a xenofobia. Para um livro do Sr. Rodrigo Octávio — *Festas nacionais* — que eu "dei" na escola, ainda criança, escreveu o admirável Raul Pompeia um prefácio que contém contra os Portugueses uma boa percentagem das objuratórias da *Brasilia*, atrás arquivadas. Parece mesmo que a lusofobia é para os intellectuais cariocas aquella espécie de sarampo que o socialismo e o anarquismo constituem para os intellectuais europeus. Raros escapam à endemia. Como se pode ver nos *Gatos*, de Fialho, nem o bonissimo Pedro II, com toda a sua filosofia e sensatez, escapou ao contágio d'essa faceta carioca. Tendo o monarca sido vilima dum atentado republicano, frustrado felizmente, quando lhe disseram que era português o rapazola da claque de Silva Jardim que disparara os tiros, exclamou satisfeito sua majestade: — "Logo vi que só podia ser um estrangeiro!" Mas antes disso, em 1879, já Rafael Bordalo Pinheiro havia sido obrigado a sair do Rio, depois de ter escapado de ser morto em virtude duma explosão lusófoba. Eis como

o Sr. Júlio Dantas narra o caso num artigo biográfico publicado há anos na *Ilustração Portuguesa*: "Foi na republica das Laranjeiras, fazendo uma vida intensa de arte e de dissipação, que o grande artista lançou, baptizado pelo champanhe duma ceia, o seu primeiro jornal de caricaturas — o *Bezouro* (1876). Colaboravam-no José do Patrocínio, Lopes Trovão, Artur Azevedo — nada menos do que os principes dos escritores e dos oradores novos. O successo foi de tal ordem que os numeros do jornal eram disputados na rua a sôco, e o nome de Rafael pronunciado com verdadeiro pavor nas camaras conservadoras, que viam no seu génio estupendo um elemento de dissolução e de desorganização. Ao passo que o povo, as mulheres, os artistas o adoravam, — os políticos, pelo contrario, olhavam-no com mal disfarçada antipatia. Um dia, certo senador velho, ou porque o irritasse o janotismo e a prodigalidade aggressiva de Rafael, ou porque o *Bezouro* lhe tivesse publicado a caricatura, levantou-se solenemente na Camara, voltou-se para a presidência, pediu a palavra, e visando manifestamente o artista, declarou que o Brasil acolhia os Portugueses quando elles vinham de jaleca de briche de trinta botões, oferecer-lhe o seu braço e o seu trabalho, mas que não precisava de janotas que ainda por cima lhe pagavam a hospitalidade com a aggressão e com o escandalo. Rafael, quando nessa noite lhe contaram o sucedido, não respondeu. Dois dias depois, apparecia na rua do Ouvidor, ás 4 horas da tarde, vestindo um extraordinário casaco de mescla azul e branca, abotoado — horror! — com trinta enormes botões!

Entretanto, da reprimenda do senador alguma coisa ficou no espirito do illustre artista: a consciência de que, pela vida de dissipação que levava, estava atraindo as intenções práticas da sua viagem. Compreendeu que a republica das Laranjeiras era faustosa de mais para um rapaz que ia buscar fortuna, e resolveu-se, ao fim dum ano, a man-

dar seguir para o Rio a esposa e os filhos. Começou então para Rafael Bordalo um periodo de trabalho mais regular, mais metódico e mais fecundo. Depois do *Bezouro* publicou o *Mosquito* (1877), outro jornal de caricaturas que fez época, e em seguida o *Pst!* (1879), sempre com êxito de publico, que tornava a sua vida de jornalista largamente remuneradora. Mas quando já todo o Rio tinha por elle uma verdadeira adoração, quando já todos os Brasileiros se orgulhavam de Rafael Bordalo como dum génio nacional, um acontecimento imprevisto e extremamente grave veio tornar impossivel a sua permanência no Brasil. Representavam-se, em dois theatros do Rio de Janeiro, simultaneamente, duas óperas de grande êxito, — o *Guarani*, do maestro brasileiro Carlos Gomes, e o *Eurico*, do maestro portuguez Miguel Angelo. Por um destes movimentos bruscos de chauvinismo impulsivo, que só se justificam por uma alucinação colectiva das multidões, os Brasileiros correram em massa a patear o *Eurico*, os Portugueses pagaram-se na mesma moeda, pateando o *Guarani*; a questão azedou-se, generalizou-se á imprensa, apaixonou a opinião, — e Rafael, que admirava e estimava Carlos Gomes, que já lhe dedicara no *Mosquito* páginas de saudação fervorosa, viu-se obrigado a comentar o incidente, no seu jornal, duma forma áspera para os Brasileiros, criando-se por conseguinte desde logo uma situação irreductivel. Chegaram a ameaçá-lo de morte, a persegui-lo, — e uma bela noite, altas horas, quando recolhia a casa, atravessando o jardim, um mulato vibrou-lhe uma navalhada que lhe rasgou a calça de lado a lado, salvando-lhe a vida uma cigareira de prata, que trazia no bolso. A esposa, os amigos, os próprios indifferentes aconselharam-no a que partisse, a que evitasse uma desgraça, e Rafael, quase obrigado, sem coragem para deixar aquella linda terra, onde vivera com o fausto dum grande de Espanha, regressou em meio de 1879 a Portugal,

onde logo á chegada lhe ofereceram — ironia amarga! — a sua reintegração no antigo lugar de amanuense da Camara dos Pares. — Se tenho aceitado, dizia o illustre artista já no fim da vida — era a estas horas conselheiro!”



Pelo que fica exposto já se pode fazer uma ideia da soma de ódios e paixões que a imprensa criminosa tem sempre ao seu dispor quando quer “matar” um estrangeiro. Basta atribuir-lhe um acto ou palavra sem importancia e gritar: “Foi aquele estrangeiro! E’ um inimigo nosso e tem por hábito falar mal do Brasil.” Não será preciso mais nada para que o homem seja logo enxovalhado, agredido e tenha a casa apedrejada. Não deve estar de todo esquecido o caso dum jornalista inglês que, em 1895 ou 96, foi acusado de ter insultado o Brasil. Entretanto, dias depois, pela *Imprensa*, o grande Rui mostrava que o vocábulo inglês dado como ofensivo tinha outro sentido e significação. Mas o homem já tinha sido obrigado a pôr-se a panos...

Em 1908, em aritgos insertos no *Pais*, mostrei como o estrangeiro se acha aqui numa situação moral análoga àquela em que viviam, na idade média, os judeus em vários países da Europa. Quando surgia alguma crise económica e o povo começava a lamentar-se e a bramar, não faltava quem logo attribuisse aos judeus essa calamidade. Pois não eram eles os senhores da finança e de todas as riquezas? Pois não tinham eles matado Nosso Senhor Jesus Cristo? Assim quebrava o freio a turba e a judiaria era varejada. A policia prendia e enforcava então os cristãos mais exaltados e cessava a ameaça duma revolta popular contra os governantes. Ora o xenófobo vê no estrangeiro a causa de todos os males de hoje. No dia em que o jornalista

pirata não obtiver dum estrangeiro o que deseja — anuncio ou coisa parecida — basta-lhe pôr-se a berrar no largo da Carioca: — “E’ fulano, aquele estrangeiro ricoço, um idiota barrigudo, que veio da terra faminto e agora é senhor de tudo, faz a carestia e está matando o povo á fome!” E lá temos arruaça. A policia entra então com o seu jogo: pau, pau, muito pau! Mas nesse caso toda a gente quer saber quantos foram os feridos, os mortos, como foi e como não foi. E as edições repetem-se e esgotam-se!... E’ tudo muito triste, mesmo de cortar o coração, mas vende-se tanta folha!... Como poderá o pirata resistir a semelhante tentação?



Mas a contrastar com essa lusofobia endémica do largo da Carioca, está, felizmente, a lusofilia ostensiva e serena, tradicional e consoladora da intelectualidade paulista. Na memória de todos deve estar ainda o gesto franco, peremptório, firme, com que a própria Liga Nacionalista, que é uma instituição verdadeiramente patriótica e construtiva, repeliu e condenou, acompanhada por toda a imprensa, essa triste explosão antiportuguesa que foi a nota mais estridula do governo passado e que teve por paladino um official de marinha. Foi o manifesto da Liga Nacionalista de São Paulo que tranquilizou a opinião em Portugal na questão dos pescadores; e sem duvida nenhuma foi esse um movimento inteiramente sincero e espontâneo, porque traduziu realmente o sentir do povo paulista e da sua intelectualidade sobretudo. A hegemonia paulista não se manifesta, portanto, só na politica, na lavoura, no comércio e na indústria: é também uma hegemonia do bom senso e da justiça. E eu, que vivi em São Paulo dos oito aos 15 anos; que em S. Paulo acabei de aprender a ler e comecei a experimentar os embates da

vida moral; eu registo este facto com um desvanecimento sem par e com certo orgulho também. Citar os nomes dos escritores que manifestam, constantemente, o seu respeito, admiração e culto pela gente que lançou os pilares dêste Brasil imenso e glorioso seria monótono, porque equivaleria a fazer uma lista infindável. Contentar-me-ei, portanto, para documentar êsse grato fenómeno, com a transcrição dalguns tópicos dum artigo recente do Sr. Dr. Menotti Del Picchia, que por não indicar em seu nome origem portuguesa melhormente exemplificará o facto auspicioso. Eis o que se lê no artigo citado:

“A origem latina da nossa raça devemos, certamente, o sermos hoje uma nação e, mais que isso, o nosso actual progresso. A queixa ingrata e filha de apoucada observação dos fenómenos históricos, lamentando não terem os Holandeses de Nassau, por exemplo, se apossado do Brasil colónia, arrancando à hegemonia lusitana esta enorme faixa do continente americano, exprime um dos maiores erros de cálculo, quando não apenas uma lamentável ingratidão ao povo vigoroso e prodigioso que, em pouco mais de quatro séculos, legou ao mundo um dos mais pujantes países do universo. É que só uma estirpe latina seria capaz de realizar, contra todas as adversidades geográficas e geológicas, uma nação vitoriosa como a nossa. Se, de facto, como magistralmente observa em suas obras o notável cientista Pires do Rio, a situação mesológica cria as condições de vitalidade e progresso de um povo, digna de meditação estudo é a tangível realização de progresso que, em tão curto passado histórico, já representamos.

Outras regiões tropicais, com climas inclementes como o nosso, conquistadas por Anglosaxões, Germânicos, etc., não passam de simples colónias, onde o elemento autoctone e raças consideradas inferiores constituem a parte mecânica do trabalho, dirigido por aristocracias, que exercem, neste século

em que não há juridicamente mais escravos, a função dos senhores.”

“O Brasil, contrariamente ao que sentenciava nosso ignaro pessimismo, é uma obra prima de colonização e um milagre de progresso. Com tão curto passado, com uma extensão territorial gigantesca, com um clima hostil, com uma ambiência geográfica difícil de ser dominada, representava um baluarte quase inacessível. É mister, pois, que se faça aos Portugueses a justiça que merecem. Só uma raça do vigor da lusitana, em seu período de fastigio como no ciclo das descobertas, era capaz de gerar a enfiatura titânica dos bandeirantes, ciclópicos semideuses da aurora da nacionalidade, que renovaram as façanhas dos olímpicos companheiros de Jasão e de Hércules. Sua admirável dutibilidade a todos os climas, sua esplêndida maleabilidade a todas as empresas, a falta de preconceitos raciais — de que são exemplo os feitos de Fernão Mendes Pinto nos mares do Oriente, e do Gama — acrescidos por uma resistência orgânica capaz de afrontar quaisquer variações atmosféricas, foram elementos preciosos para a consolidação da nossa nacionalidade, que, em mãos de povos de outras raças, não passaria ainda hoje de uma colónia, como as Guianas. E, aceitando ainda a doutrina tão bem esplanada por Pires do Rio, que o progresso resulta das condições geológicas ambientes, em relação aos processos mecânicos conhecidos, destinados a facilitar as condições de vida, mais ainda avulta a obra colossal dos nossos primaciais colonizadores, porquanto não encontram, de pronto, no sólo da terra nova, aquelas riquezas facilmente convertíveis em aparelhamentos industriais, como os Ingleses povoadores da América do Norte. Obra, pois, de tenaz esforço foi a da gente lusa, adaptando, aos poucos, a natureza hostil à sua férrea vontade de conquista. Povo de guerreiros, aventureiros e mercadores, não se limitou à explo-

ração das jazidas de ouro e diamantes, no comércio aventureiro e andejo de mina em mina; estabilizou-se, formou as lavouras iniciais dos engenhos, organizando uma sólida contextura politico-social, até criar, com uma rapidez pasmosa, uma consciência nacional autónoma, da qual resultou a nossa independência política.

"Qual a miraculosa virtude que fez que se realizassem tais prodígios? A virtude da estirpe."

"O Brasil, porém, representa, incontestavelmente, o mais belo padrão das formidáveis e vitoriosas virtudes da raça latina. Meditadas estas ligeiras notas sobre o milagre brasileiro, poucos, certamente, renovarão a injustiça de se esquecer da magnitude da obra dos Portugueses, reeditando um absurdo pessimismo sobre as nossas qualidades raciais, virtudes tão prodigiosas que, sem elas hoje seríamos apenas uma informe colónia tributária de uma decorativa metrópole..."



Mas não é raro também ouvir-se e ler-se que os Portugueses, por se haverem chocado na Ibéria numerosos povos, são um amálgama heterogêneo de raças. Não há muito afirmou o Sr. Dr. Artur Neiva, em artigo do *Estado*, que segundo lera em Oliveira Lima, os Norteamericanos "até hoje consideram o povo português não perfeitamente branco em consequência da transfusão de sangue mouro". Nem que os mouros (Árabes) fôsem negros ou não constituíssem uma estirpe das mais nobres do mundo, herdeiros e depositários que foram da cultura greco-latina, com a qual, na Renascença, salvaram a Europa da barbaria em que a tinha lançado a invasão dos homens loiros. Essa tese absurda e falsa, de que a África começa nos Pirenéus, é todavia repetida sempre pelos papagaios loiros do centro e

norte da Europa, esquecidos de que as gentes da Ibéria são principalmente o homem mediterrâneo, trigueiro e meão, que já havia criado as brilhantes civilizações de Alexandria, Atenas e Roma, quando os homens loiros ainda viviam em plena barbaria, comendo-se religiosamente uns aos outros. Vejamos, porém, qual é a verdade científica (Mendes Correia, *Raça e Nacionalidade*):

"O povo português é, antropologicamente, dos menos heterogêneos da Europa, e é o mais dolicocefalo de todos — eis factos de há muito conhecidos e que não se podem encarar como desprovidos de significado." "Quando, relanceando a vista pelas cartas antropológicas de outros países da Europa, se nota o complicado mosaico de tipos regionais que nelas se encontram, naturalmente se acentua em nosso espirito a homogeneidade que Portugal sugere." "Se considerarmos a etnogenia espanhola perante a de outras nações europeias, particularmente a França e a Itália, somos forçados a reconhecer a sua relativa unidade. Nas cartas do índice cefálico e da pigmentação na Europa, dadas no tratado de Ripley, a Península Ibérica aparece duma indiscutível homogeneidade, apesar dos diferentes elementos que registámos. O ibero-insular, moreno, dolicoide e baixo é o dominante — puro ou em cruzamento com outros elementos, que lhe modificam o índice cefálico e, quiçá, a estatura. Confrontando a Espanha com o nosso país, a composição qualitativa surge análoga nas suas linhas gerais. Difere, porém, profundamente, a composição quantitativa. Nos mapas relativos á distribuição do índice cefálico, a unidade portuguesa avulta. Dir-se-ia que Portugal é marginado pelos braquioides extremenho e cantábrico, que constituem como que uma barreira não insuperável, a separá-lo do resto da Península."

ÍNDICE

Introdução

Os malfeteiros assenhoreiam-se do jornalismo e dificultam a vida à imprensa honesta — Max Nordau e a criminalidade do jornalismo — Irrisão das garantias legais — Interdependência tradicional entre os governos e as maldades criminosas: Serra Morena, Pinhal da Azambuja, Zé do Telhado, Barbarruiva, Caudilhos, Jagunços — Heróis e bandidos: o critério da temibilidade — Incarnação última da capoeiragem carioca — Somatologia dos sicários do jornalismo — Desmascarar a imprensa criminosa é defender o jornalismo honesto — Os falsificadores do pensamento e das ideias — Defesa social: pela vida não se devem trocar as razões de viver.

I — O jornalismo através dos tempos

Ao nascer, sob os auspícios de César, a *Acta diurna* mostra logo a sua capacidade malfeteira — O jornalismo entre os Gregos, Galos e Babilónios — Augusto converte a *Acta* em instrumento político — Quintiliano queixa-se de que os jornais corrompem o idioma — Petrólio dá uma amostra da *Acta* — Após a barbaria ressurgem a Fénix no solo fecundo da Itália: a *Arte Nova* e os gazeteiros — A repressão e os excessos do papado — Os progressos da arte gráfica — Necessidade de coibir os abusos para salvaguardar o uso legítimo.

II — Um retrato autobiográfico do jornalismo — “Ecce Homo!”

Dois espécimes e modelos das polémicas habituais entre as gazetas cariocas — Brigam as comadres, descobrem-se as verdades — “Le journalisme mène à tout” — Da pirataria miúda às cadeiras ministeriais — O libelo famoso: roubos, explorações, lenocínio, todo um sudário de infâmias — Lobo não come lobo, mas jornalista devora jornalista — “Coraire à coraire, l’un l’autre s’attaquant ne font pas leurs affaires”.

III — A psicologia do jornalismo através dos grandes autores

A taboleta duma associação pré-histórica de mocos da imprensa, segundo Nietzsche — Lima Barreto e as *Memórias do escrivão Isaias Caminha* — O que disseram do jornalismo A. Niceforo, Ibsen, Medeiros e Albuquerque, Mark Twain, Eça de Queirós, Astregésilo e Mário Pinto Serva.

II

IV — Como se forma, explora e mistifica a opinião pública

Os suggestionadores das multidões — Como se cria e forma uma opinião inabalável — Um ajuntamento casual é facilmente convertido em multidão criminosa — P. Serva conta como foram apupados e apedrejados Osvaldo Cruz, Rodrigues Alves, Campos Sales e outros grandes do Brasil — O que é a escumalha da população carioca segundo o Sr. Veiga Miranda — A psicologia colectiva conforme Sighele, Rossi e Le Bon.

V — A chantagem na política — Como se fez a “demolição” de Rui Barbosa

O orçamento do jornalismo e as eleições — Oposição e governismo — As simpatias populares — Todas as armas são boas contra o adversário — Um modelo das campanhas do jornalismo político — O Sr. N. Nascimento acusa Rui Barbosa de fátuo, traidor e pátria, vil ganhador, difamador do Brasil e injuriador de toda a gente.

VI — A chantagem nas questões operárias

Como um órgão burguês se converte em apologista das greves e defensor do anarquismo — Mistificação e ludíbrio dos operários — Brusco virar de casaca se os “mercantes” chegam a feias — A *desforra dos vencidos* — O estrangeiro, que é o Satanás do nativismo, também é o *Deus ex machina* da velhacaria jornalística.

VII — A chantagem contra os particulares

A vida vegetativa das gazetas envolve uma série de patifarias involuntárias — Como um drama doméstico é convertido em farza pornográfica — A chantagem contra os particulares — Os 330 contos do Tesouro — Mas o agiota “não liga”... — A indústria teatral e os ratos do jornalismo — Quando o caçador que levanta a presa não consegue agarrá-la, outro colega se incumba disso — A defesa da vítima consiste na escolha do molho em que deseja ser comida.

VIII — O caso do “Correio Português”

§ 1.º — Parêntese sobre a minha acção no movimento operário e subversivo — Quem foram os meus companheiros — Curiosos episódios dos círculos revolucionários — O sorteio militar — Minhas opiniões opostas ao comunismo anarquista — Uma expedição a Goiás para catequese de índios — Um partido socialista eleitoral — Minha retirada dos círculos subversivos — Um drama de família — A guerra desengonça as igrejinhas sociais — Quem não nasceu no Brasil há-de ser sempre estrangeiro.

§ 2.º — Como assumi a direcção do *Portugal Moderno* — Por intermédio do Sr. C. Neves conheci o Sr. B. Taborda — Desacórdio entre os proprietários do *Correio Português* — Organização da sociedade com o Sr. Taborda.

§ 3.º — A entrada de Portugal na guerra modifica profundamente

a opinião carioca, abafa os órgãos germanófilos da imprensa e leva os partidários do cáiser, como contragolpe, a organizar uma sistemática campanha de difamação contra Portugal — Os desafortos da *Brasília* e seus responsáveis — Queixas da colónia — Por que misterioso conclave um artigo que defendia o Brasil foi considerado ofensivo aos Brasileiros — Afirmções do Sr. Me-deiros e Albuquerque — Como os mesmos germanófilos foram agraciados pelo rei Alberto, conforme declara o Sr. Goulart de Andrade.

§ 4.º — As doutrinas da *Brasília* estão em opposição ao ideal étnico brasileiro — Testemunho dos Srs. Silvio Romero e Oliveira Viana — Uma anedota expressiva e um adágio agudo do Jeca Tatu — Os predadores de índios e negros: o que foi e o que é hoje a escravidão e a caça aos índios — O polaquismo e a lusofobia — Um fenómeno de mestiçagem, segundo G. de Andrade — Testemunho de Le Bon.

§ 5.º — A situação social do Sr. Taborda cria-lhe ódios insopitáveis — Entre mim e o meu sócio havia absoluta igualdade de condições — Uma carta elucidativa do Sr. Taborda — O autor estrangeiro da sua agressão em nome dos nativistas — A vítima navegava em águas bloqueadas e minadas pela pirataria — Um rastilho providencial.

§ 6.º — O artigo do *Correio Português*, recebido pela colónia e pela opinião geral como uma defesa de Portugal e do Brasil, é aplaudido sem reservas nos tres primeiros dias — Odios mesquinhos e especulações criminosas tudo invertem e pervertem depois — Repetição da profecia: Pedro negará Jesus tres vezes — Um pirata expulso da Inglaterra dispara contra o meu pacifico barco um tiro destruidor — Uma imprudência do Sr. Taborda e o empastelamento do *Correio Português* — A loba das ruas e as garantias legais — Expulsão dum "perigoso anarquista estrangeiro" e intervenção diplomática — Um acórdão unanime do Supremo Tribunal anula o acto do governo.

§ 7.º — Qual o valor pratico das leis que garantem a propriedade e o domicilio — A luta pelo direito é um dever cívico — Uma reparação necessária — O Supremo vai decidir — Um inquérito á opinião imparcial e testemunhos valiosos.

IX — As paixões populares que a imprensa explora . 171

Eça de Queirós e o nativismo — Causas biológicas e sociais da xenofobia — Direito teórico e direito pratico — Inutilidade das leis escritas ante a soberania do Estado — Limitação positiva dos direitos dos estrangeiros — Expulsão de Everardo Dias — Desarmonia psicológica entre estrangeiros e nacionais — Uma ideia de E. Ferri — Os preconceitos de côr: E. de Moraes e Lima Barreto — Uma frase xenófoba de Pedro II — Julio Dantas conta como Bordalo Pinheiro ia sendo morto numa explosão lusófoba — Os estrangeiros e os judeus na idade média — A lusofilia da Pauliceia: hegemonia integral — Um artigo de Menotti Del Picchia — Superioridade da nossa raça.

EDITORA - GERMINAL

Caixa Postal 15.142

AGÊNCIA POSTAL DA LAPA

RIO DE JANEIRO - GB - 06



Offic. Genh.
Monteiro Lo-
bato & Comp.
S. Paulo-1921



*Offic. Graph.
Monteiro Lo-
bato & Comp.
S. Paulo-1923*